



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FRANCISCO MARCOS XAVIER DE SOUSA

**ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, O MAB
E A BARRAGEM DO FIGUEIREDO, IRACEMA-CE;
Territórios, Lutas, Conflitos e Sobrevivência.**

Fortaleza - 2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FRANCISCO MARCOS XAVIER DE SOUSA

**ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, O MAB
E A BARRAGEM DO FIGUEIREDO, IRACEMA-CE:
Territórios, Lutas, Conflitos e Sobrevivência.**

FORTALEZA-2013

FRANCISCO MARCOS XAVIER DE SOUSA

**ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, O MAB
E A BARRAGEM DO FIGUEIREDO, IRACEMA-CE:
Territórios, Lutas, Conflitos e Sobrevivência.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Campo e Cidade no Semiárido. Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.

**FORTALEZA
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

S696a

Sousa, Francisco Marcos Xavier de.

Assentamento Boa Esperança, o MAB e a barragem do Figueiredo, Iracema-CE: territórios, lutas, conflitos e sobrevivência / Francisco Marcos Xavier de Sousa. – 2013.

119 f.: il. color. enc.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Geografia Humana.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.

1. Assentamentos humanos. 2. Barragens e açudes. 3. Desenvolvimento rural. I. Título.

CDD

FRANCISCO MARCOS XAVIER DE SOUSA

**ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, O MAB
E A BARRAGEM DO FIGUEIREDO, IRACEMA-CE:
Territórios, Lutas, Conflitos e Sobrevivência.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Campo e Cidade no Semiárido.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Francisca Silvania de Sousa Monte
Universidade Federal do Ceará (UFC)

**FORTALEZA
2013**

Á minha mãe, Raimunda Xavier de Sousa, aos meus irmãos e a todos que contribuíram para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e meus irmãos que me apoiaram nos momentos fáceis e difíceis da minha vida acadêmica.

À Irmã Yolanda Ferrari Dias a qual devo muito, pois de forma imensurável contribuiu para minha formação social, intelectual e ética,

Ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar que acreditou no desenvolvimento da pesquisa e muito contribuiu com o meu aprendizado bem como me influenciou na escolha dos estudos junto aos povos do campo.

Aos meus colegas de curso e de turma, em especial: Rachel Vieira de Araújo, Eciene Soares, Rodolfo Gois, Fabricio Andrade, Camila Meneses, João de Deus Aguiar e João Luís Sampaio Olímpio.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais-Leat. Aos meus amigos Narcélio de Sá Pereira, Enos Feitosa, aos meus amigos Cleano Brito, Guilherme Façanha e Rômulo da Costa pelas contribuições técnicas, metodológicas na elaboração de mapas nos trabalhos de campo.

Aos meus amigos que fazem o projeto Pré-Vestibular Popular “6 de março”, que ao longo de cinco anos muito contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

À compreensão da Diretora Ana Lucia, das Coordenadoras Yonara Setúbal, Carla Sampaio, das professoras, Ítala Mayara Castro, Beatriz Neri e todos vinculados a Escola Senador Fernandes Távora pela grande contribuição.

À senhora Damiana e toda sua família pela atenção e acolhida nos trabalhos de campo em Iracema e a toda Coordenação do MAB, no Ceará, sobretudo ao Evanilson que sempre esteve solícito a contribuir com o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFC, aos Professores do Departamento de Geografia, a secretaria em especial à Nonata e ao Evaldo.

. Por fim agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para realização deste trabalho de grande importância para meu crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

Esta pesquisa investiga a relação entre a construção da Barragem do Figueiredo e os processos de territorialização e reterritorialização das famílias camponesas do assentamento Boa Esperança, atingidas por esta construção. O trabalho tem como objetivo analisar o processo de açudagem implementado no Ceará sob a égide do Estado, como relevância para o processo de modernização do campo. Entender o processo de territorialização das famílias reassentadas em virtude da necessidade de serem retiradas de suas terras para dar lugar ao lago da barragem. Esses camponeses, muitas vezes, são assentados em áreas que dificultam a sobrevivência de maneira mais digna, como tem ocorrido com os camponeses que vivem no assentamento Boa Esperança, localizado nos Municípios de Potiretama e Iracema na região do Médio Jaguaribe, leste do Estado do Ceará, local da construção da barragem do Figueiredo. A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico, trabalho de campo, entrevistas informais com trabalhadores rurais do assentamento, além de visitas a órgãos públicos e sindicatos de trabalhadores rurais. Outro fator de relevância é a participação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) que tem sido de grande importância no auxílio aos camponeses no processo de resistência à forma excludente que trabalhadores têm sido tratados devido à Construção da Barragem do Figueiredo. O trabalho consta de uma introdução na qual faz uma breve explanação sobre a realização da pesquisa, tais como: o método e a metodologia utilizados para o desenvolvimento desta. O primeiro capítulo aborda questões relacionadas à política de uso e controle das águas e seu contexto geopolítico, incluindo as principais formas de utilização da água no mundo. O uso e o controle dos recursos hídricos no Brasil e no Ceará levando em consideração a Lei de Recursos Hídricos e as ações do Estado junto a esse recurso natural. No segundo capítulo serão tratadas questões relevantes ao processo de modernização do campo no Estado do Ceará baseado no uso e controle dos recursos hídricos, notadamente com a construção de barragens voltada para irrigação dos perímetros irrigados fortalecendo o agronegócio no Estado do Ceará em detrimento dos pequenos camponeses, mantendo-se assim bases conservadoras e excludentes. O terceiro capítulo trata da parte mais importante da pesquisa por ser o objeto de estudo da referida, dissertando a respeito das questões referentes ao processo de construção da Barragem do Figueiredo e dos problemas relacionados às indenizações dos camponeses atingidos pela Barragem, às questões relacionadas ao reassentamento das famílias e em que condições foram reassentadas, bem como a importância do MAB junto às resistências dos camponeses atingidos, principalmente, os do assentamento Boa Esperança. Por fim, as considerações finais acerca da importância do desenvolvimento desta pesquisa, levando em consideração os desafios e resultados alcançados.

Palavras-chave: Assentamento, Reassentamento, Modernização do Campo, Barragem, Água.

RÉSUMÉ

Cet ouvrage porte essentiellement sur les rapports parmi la construction du barrage Figueiredo et les processus de territorialisation et reterritorialisation au sein des familles rurales lourdement affectées par cette construction et qui sont dans l'établissement humain appelé "Boa Esperança". En raison de son intérêt et de son unité, la tâche principale de notre étude est d'analyser le processus appelé "açudagem" déployé et mis en œuvre par le gouvernement de l'État du Ceará, puis mettant en jeu la modernisation de la campagne. De plus, on met en lumière la situation des familles et leur déplacement surtout parce qu'elles seront éventuellement placées dans locaux où leur mode de vie risque d'être affecté et leur dignité est sérieusement remise en cause par rapport à leur subsistance. En tant que telle, la recherche est toute entière circonscrite sur des notes diverses, des interviews auprès de paysannes, et des visites aux syndicats de paysans. Un facteur considérablement important est la participation du Mouvement des paysans affectés des barrages (MAB) surtout parce qu'ils ont aidé les paysans dans le processus de résistance aux travailleurs d'exclusion qui ont été traités pour la construction du barrage de Figueiredo. Alors que cette question a constitué le départ de notre recherche, on renforce ce but mettant en cause une exposition par rapport le plan et l'organisation de la recherche à savoir, sa méthodologie. La recherche s'adresse à lancer des lumières sur la question politique et de l'usage et contrôle de l'eau dans le monde. La deuxième partie est dédiée aux questions importantes en ce qui concerne la modernisation de la campagne dans l'État du Ceará selon les prémisses d'usage et de contrôle des ressources hydriques, notamment en face de la construction/implantation de ce barrage ayant le but de renforcer, de façon conservatrice et excluyente, l'industrie agroalimentaire dans l'État du Ceará, au dépens des petits agriculteurs. Dans le troisième chapitre on fait des considérations à l'objet de cet étude, à savoir : la construction du barrage de Figueiredo et les problèmes liés à l'indemnisation des agriculteurs affectés par ce barrage, ainsi que les questions liées à la réinstallation des familles portant attention aux conditions selon laquelle ils ont été. Enfin, les dernières observations on se penche sur l'importance de la recherche et son développement en tenant compte son défis et des buts aboutis.

Mots-clés: Assurement, rassurement, modernisation de la campagne, barrage, eau.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01.	Tabela de Extração de água por Setores.....	24
Figura 02.	Mapa de porcentagem de extração de água doce por setores no mundo	25
Figura 01.	Imagem do Açude Castanhão.....	39
Figura 02.	Imagem da Vasão do Açude Castanhão.....	39
Figura 03.	Ponte Sobre o Rio Figueiredo no Município de Iracema-ce.	77
Figura 04.	Início das construções da Barragem do Figueiredo.....	77
Figura 05.	Cacimbões usados para irrigar plantação no Assentamento Esperança.....	83
Figura 06.	Solos utilizados para agricultura no Assentamento Esperança.....	83
Figura 07.	Cerca de pedras no Assentamento Boa Esperança.....	86
Figura 08.	Pequeno açude localizado dentro do Assentamento.....	86
Figura 09.	Casas Construídas na porção do Município de Iracema.....	87
Figura 10.	Casas Construídas na porção do Município de Potiretama.....	87

LISTA DE MAPAS

Mapa das Regiões Hidrográficas do Brasil.....	34
Mapa de Localização da Barragem do Figueiredo.....	75
Mapa de Localização do Assentamento Boa Esperança.....	80
Mapa de Solos do Assentamento Boa Esperança.....	84

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANA- Agência Nacional de Águas

CAIs- Complexos Agroindustriais

CBH- Comitê de Bacia Hidrográfica

CEBS- Comunidades Eclesiais de Base

CMB- Comissão Mundial de Barragens

COGERH- Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

IDACE- Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará

IECLB- Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil

IFC- International Finance Corporation

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB- Movimentos dos Atingidos por Barragem

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA- Ministério do Meio Ambiente

MME- Ministério de Minas e Energias

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PRONERA- Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

PT- Partido dos Trabalhadores

RAP- Resettlement Action Plan

SRH- Secretária de Recursos Hídricos

SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TL- Teologia da Libertação

UHE- Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. AS ÁGUAS NO CONTEXTO GEOPOLITICO: Uso e Controle.....	20
2.1. O Uso das Águas no Brasil.....	28
2.2. O Uso das Águas no Ceará.....	35
3. A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DO USO DAS ÁGUAS NO ESTADO DO CEARÁ.....	41
3.1 O Conceito de Modernidade.....	42
3.2. Modernização do campo no Ceará no contexto do uso e controle das águas.....	46
4. A BARRAGEM DO FIGUEIRADO, O MAB E O ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, TERRITÓRIOS DE SOBREVIVÊNCIA E LUTA PELA PERMENANÊNCIA NO CAMPO.	58
4.1 O Movimento dos Atingidos Por Barragem-MAB.	61
4.2. A Construção da Barragem do Figueiredo na Bacia Hidrográfica.....	71
4.3 O Assentamento Boa Esperança: Território de luta, resistência e Sobrevivência.....	79
5. Considerações Finais.....	92
Referências.....	95
Anexos.....	100
Apêndices.....	118

INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa surgiu a partir de minhas experiências na “Casa de Encontros” da Irmã Yolanda, ocorridas entre os anos de 1992 e 2008. Nessa casa tive a oportunidade de entrar em contato com movimentos sociais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), bem como, oito anos integrando o grupo dos catequistas da Paróquia Coração Imaculado de Maria no Bairro Henrique Jorge, município de Fortaleza, tendo a oportunidade de seguir uma linha de trabalho voltada para os movimentos sociais, motivando a entrar no Curso de Geografia e trabalhar com os Movimentos Sociais do Campo.

Durante a graduação desenvolvi trabalhos junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a educação do campo, quando participei do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (*PRONERA*), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); fiz trabalho sobre a educação contextualizada para comunidades pesqueiras nos municípios de Icapuí e Fortim no Litoral leste do Estado do Ceará, onde fui voluntário durante todo o ano de 2010, participei ainda do curso do MAB em nível regional ocorrido em Fortaleza no ano de 2010.

Foram esses trabalhos que motivaram a pesquisar e compreender o processo de territorialização dos camponeses atingidos pela construção da Barragem do Figueiredo construída no limite dos Municípios de Alto Santo, Potiretama e Iracema. O assentamento Boa Esperança que faz parte do objeto desta pesquisa encontra-se no município de Iracema localizada na mesorregião do Jaguaribe e na microrregião da serra do Pereiro.

É no Assentamento Boa Esperança que podemos compreender como estes camponeses atingidos pela construção da Barragem do Figueiredo lutam e resistem para manter seus territórios, sua cultura e de onde retiram o necessário para sua sobrevivência, contudo esses camponeses estão ameaçados de perderem seu território para a construção de grandes obras públicas em nome do desenvolvimento do hidroagronegócio.

As obras públicas, principalmente a construção de barragem, na maioria das vezes, desapropriam e expropriam centenas de famílias camponesas de suas terras, que além de perderem casas, trabalho, perdem também a identidade, inclusive culturais, à medida que se veem obrigados a migrarem para os outros espaços, como centros urbanos, passando a viverem nas periferias das cidades engajando-se em atividades informais, na maioria das vezes, por conta de falta de mão-de-obra qualificada como comércio ambulante, bem como

passam a morar em cortiços e favelas, em alguns casos aumentando os índices de violência nas grandes cidades.

Dessa realidade enfrentada pelos camponeses atingidos pela construção de barragens fruto do processo de modernização conservadora, onde beneficia apenas uma parcela da população, que já tem o suficiente para viver bem e com qualidade. É nesse contexto de enfrentamento e resistência que se inicia a organização dos camponeses em movimentos sociais como é o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como forma de resistir ao modelo de desenvolvimento que expande e exclui as famílias camponesas desse processo em favor das grandes empresas ligadas ao hidroagronegócio e elétrico.

O MAB surge no Brasil na década de 1970, como um movimento de resistência à política energética a partir da construção de barragens e usinas hidrelétricas como no caso da binacional Itaipu na divisa do Brasil e Paraguai. Essas obras atingem diretamente milhares de famílias camponesas que são expropriados de suas terras, para espaços que não possuem as mesmas estruturas, uma vez que falta o apoio do Estado e dos órgãos competentes que não lhes assistam de forma eficiente e eficaz.

Esse processo de resistência dos camponeses atingidos pelas construções das grandes barragens tem como finalidade a reterritorialização desses trabalhadores que lutam para manter os direitos, principalmente o direito a vida, e uma vida digna como garante a Constituição brasileira no seu Art. 5º, 1988.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

O território representa muito mais do que um simples espaço de reprodução e condição de sobrevivência, ele se apresenta como condição necessária ao camponês, pois é o estabelecimento e a manutenção desse território que ultrapassa as fronteiras do assentamento Boa Esperança, e surge a territorialização, que Saquet, (2009, p. 83) define como “resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional por ser detalhada através das desigualdades e das diferenças, sendo unitária, através das identidades culturais”.

A reterritorialização do camponês a partir do MAB deve contemplar, portanto, não só as dimensões econômicas, mas também as questões imateriais, tais como o sentimento de

pertencimento a terra, na manutenção dos costumes, culturas e suas crenças, caracterizando para (Quaini, 1974 *apud* Saquet, 2009, p.75) “O território como produto social constituído histórica, econômica, política e culturalmente. O território resulta das relações espaço-tempo”.

É nessa dimensão que as famílias camponesas atingidas por barragens no Ceará esperam por meio das resistências empreendidas a partir do MAB que seus direitos sejam de fato respeitados. Compreender o processo de reterritorialização do camponês por meio do MAB é entender o camponês como sujeito de um processo histórico das lutas pela manutenção, posse e uso da terra e do trabalho, sendo essa reterritorialização representada.

A permanência na terra se dá por meio das lutas e das resistências dos camponeses: sujeitos políticos, sociais e culturais, cujo desenvolvimento tem excluído os pequenos camponeses das políticas públicas em favor da modernização do campo brasileiro; nesse sentido, observa-se existência de desterritorialização/reterritorialização do camponês onde a modernização e a capitalização do campo brasileiro que vislumbra a solução para os problemas do campo, principalmente no Ceará, inserção do hidroagronegócio como sinônimo de modernização do campo.

Uma modernização excludente e seletiva que está diretamente ligada à posse, ao uso e a gestão dos recursos hídricos, tendo na construção de barragens o principal meio de acumulação de água pelo Estado e no caso do Ceará direcionadas para o uso na irrigação das lavouras do agronegócio.

Com essa compreensão acerca da construção das Barragens a pesquisa tem o objetivo principal compreender a gestão das águas e como esta influencia no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das famílias camponesas atingidas pelas grandes obras hidráulicas que desapropriam e expropriam os sujeitos sociais do campo.

Nesse sentido, é importante compreender que o processo de luta pelo uso e posse da terra e da água dos camponeses atingidos por barragens no Estado do Ceará se dá principalmente em virtude da política de açudagem, uma vez que ela força a saída de muitos camponeses de suas terras que serão inundadas pelas águas dos rios barrados, no caso da pesquisa, a barragem do Rio Figueiredo, bem como os processos de resistência das famílias de camponeses contra a expropriação de suas terras, com a intenção de manterem seus territórios.

O Movimento dos Atingidos Por Barragem-MAB se apresenta como mediador no processo de luta pela terra, por água e por uma vida mais digna para as famílias camponesas do Assentamento Boa Esperança, atingidas pelas construções de grandes barragens neste caso específico, da barragem construída no Rio Figueiredo no município de Iracema, objeto dessa pesquisa.

Entender o processo de territorialização do camponês por meio do MAB é fundamental para entendermos como se dá o processo de espacialização deste movimento, o qual tem lutado para manter viva a memória camponesa e que vê na mecanização do campo e na instalação de grandes usinas hidrelétricas, grandes barragens para manutenção do hidroagronegócio no caso Estado do Ceará, a solução para os problemas do campo, sem levar em consideração as relações socioculturais e ambientais nas quais estão presentes no modo de vida dos camponeses. Como afirma Haesbaert (2004, p.96).

Cada grupo social, classe ou instituição pode ‘territorializar-se’ através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os ‘seus’ espaços. Enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo. (HAESBAERT,2004, p.96).

Como objetivos secundários a pesquisa procura: a) Entender o assentamento Boa Esperança, no Ceará, o MAB e como eles têm contribuído na luta dos camponeses atingidos pela construção da barragem do Figueiredo no município de Iracema/CE; b) Examinar de que forma os camponeses do Assentamento Boa Esperança tem sido atendidos pelo Estado com a construção da Barragem e se essa assistência atende aos anseios dos camponeses retirados de suas terras e/ou de suas casas para dar lugar ao lago da barragem; c) Analisar se o processo de modernização do campo atende de forma justa os pequenos camponeses em especial os assentado no Boa Esperança.

Logo, o processo de territorialização do camponês é de grande importância para podermos entender a forma como esses camponeses vêm se organizando na luta para terem seus direitos respeitados.

Essa pesquisa foi realizada em etapas que se articulam e se complementam para atender aos objetivos. Na 1ª etapa foram realizados levantamento e revisões bibliográficas, fundamentação teórico-metodológica que nos fornecerá uma sólida base científica para o

trabalho, sobretudo no que diz respeito à utilização do método ao qual a pesquisa segue. Essa etapa acompanha toda a pesquisa.

A presente pesquisa adota como método o materialismo histórico e dialético, uma vez que tenta compreender as contradições da sociedade, esse materialismo faz oposição à ideia de Feuerbach, que não via o homem como ser social. A esse respeito Marx, 1996 coloca que:

O homem, para Feuerbach, é ser genérico natural, supra histórico, e não ser social determinado pela história das relações sociais por ele próprio criadas. Daí o caráter contemplativo do materialismo feuerbachiano, quando o proletariado carecia de ideias que o levassem à prática revolucionária da luta de classes. (MARX, 1996, p. 10)

Esta pesquisa parte, portanto, do pressuposto da existência do homem como ser social, que vive em constante luta de classes, vivendo assim as contradições impostas pelo modo de produção capitalista. Sendo assim de grande importância compreender a luta camponesa como forma de sobrevivência a um sistema excludente e opressor.

Porém, os trabalhadores e trabalhadoras rurais juntamente aos movimentos sociais do campo, entre eles o Movimento dos Atingidos por Barragem, vem resistindo a lógica perversa de inserção do capital no campo como forma de expropriá-los do campo para dar lugar aos grandes empreendimentos que utilizam a água, que é um bem público, em prol de incorporações produtoras de commodities.

Na 2ª etapa foram realizados trabalhos de campo no assentamento rural Boa esperança, nos municípios de Iracema, para compreender a territorialização das famílias camponesas a partir do MAB. Investigar de que forma participar do Movimento auxilia no processo de territorialização do camponês. Nessa etapa, fiz visitas técnicas, entrevistas informais com os camponeses, levantamentos de dados em Sindicatos Rurais e órgãos públicos no Município de Potiretama e Iracema.

A 3ª etapa consistiu da sistematização dos dados e elaboração parcial do relatório da pesquisa desenvolvida. A 4ª e última etapa consistiu na redação final do relatório.

O primeiro capítulo aborda a discussão sobre o uso e o controle das águas no seu contexto geopolítico considerando as ações dos Estados frente às problemáticas relacionadas ao uso e controle das águas no mundo e também levando em consideração a Lei de Recursos Hídricos no Brasil no contexto da gestão das águas também no Ceará, o que inclui a construção de barragens, sendo a Barragem do Figueiredo o foco principal do capítulo, a

problemática envolvendo os camponeses atingidos pela construção da barragem, e o Movimento dos Atingidos por Barragem- MAB.

O segundo capítulo versa acerca do conceito de modernização e sua evolução e uso no tempo e no espaço, entendendo a maneira como conceito de modernização é aplicado ao campo do Estado do Ceará levando em consideração as políticas voltadas para a utilização dos Recursos Hídricos, considerando no caso do Estado do Ceará as questões relacionadas aos fatores naturais.

O terceiro capítulo aborda a problemática dos camponeses atingidos pela construção Barragem do Rio Figueiredo no assentamento Boa Esperança; entender o papel do MAB, junto às famílias dos camponeses atingidos pela construção da Barragem do Figueiredo, analisando o processo de desterritorialização e a (re)territorialização dos camponeses.

Capítulo 2

A ÁGUA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO: Uso e Controle



Vazão da água no açude Castanhão. Ce – Fonte: SOUSA, 2013

É inegável a importância da água para sobrevivência dos seres vivos em todo o planeta, contudo o uso e controle das águas tem se apresentado como uma questão geopolítica, uma vez que os problemas relacionados à água afetam o mundo todo, além de estarem diretamente relacionados com as questões que envolvem o capital.

Em virtude desta questão, onde a partir da inserção do capital tudo vira mercadoria, o então considerado “elixir da vida” (Hermanns, 2002) tem passado por um rigoroso controle tanto pelo Estado como pela iniciativa privada, fazendo com que o acesso a essa água só seja possível mediante a compra, agregando assim valor a um produto que deveria ser um bem acessível a todos. Segundo a Organização das Nações Unidas Para Educação Ciência e Cultura-UNESCO (2005) por meio do Conselho Mundial da Água, o uso e a gestão adequada deste recurso é de grande importância não só para sobrevivência, mas também para a manutenção da paz, uma vez que a tentativa de acesso a esse recurso tem gerado conflitos constantes.

De acordo com RIBEIRO,(2008), os vários conflitos ocorridos na África Subsaariana e principalmente no Oriente Médio tem como fator relevante o acesso a água, sendo mais evidente no que se refere a Israel e Palestina. Referente a esse assunto o autor afirma:

O conflito mais destacado na Região mobiliza Israel e Palestina. O primeiro país determina o consumo do segundo, reafirmando um dos pontos de discórdia entre as partes beligerantes. Um dos itens presentes na pauta de negociação é o acesso à água em quantidade e qualidade satisfatória pela população palestina tema de difícil solução dado o quadro de escassez de água na região. (RIBEIRO, 2008, p.132).

Em diversos lugares do mundo ocorrem conflitos relacionados ao acesso e ao uso da água, como no caso do México que é obrigado a devolver aos Estados Unidos a água retirada dos rios Colorado e Grande; na África considerável tensão ocorrida em 1996 quando a Namíbia mostrou intenção de construir um aqueduto para transportar água do Rio Cubango com nascente em Angola passando por Botsuana, gerando conflitos entre os 3 países. Há conflitos ainda entre o Paquistão e a Índia e destas com Bangladesh pelo controle das águas do rio Indo.

De um modo geral todo o continente africano e também asiático tem sido palco de conflitos envolvendo o uso, controle e acesso à água, o que não deixa de fora os demais continentes, uma vez que na Europa, a Turquia, Portugal e Espanha dependem de seus vizinhos para receberem água, pois precisam depender dos países detentores das nascentes o que acaba sendo uma preocupação para os que se encontram a sua jusante da Barragem.

Outra fonte de conflito ocorrido também na Europa se deu quando o Reino Unido por meio de sua Primeira Ministra, a então Margaret Thatcher, resolveu privatizar os Serviços de água do país havendo um aumento considerável no preço do serviço, chegando a um aumento real de cerca de 46 %, descontada a inflação, resultando em ameaças de corte em virtude da inadimplência RIBEIRO,(2008).

A América Latina é o continente que possui a maior quantidade de água potável do mundo e ainda assim há escassez de água para população, isso devido a fatores relacionados à má gestão desse recurso, a ausência de políticas públicas que distribua de forma justa essa água.

A gestão eficaz dos recursos hídricos do mundo contribuem para reforçar a paz, segurança, cooperação e amigáveis relações entre todos os países de acordo com os princípios de justiça e igualdade. Ela pode e devem ser usados para promover o desenvolvimento econômico e social todos os povos da terra, de acordo com Propósitos e princípios das Nações Unidas, tal como definidos na Carta das Nações Unidas e da Declaração dos Direitos Humanos. (Conseil mondial de l'eau, 2010-2012, p.04).

No que concerne aos problemas ambientais, a água ainda não conseguiu sensibilizar de forma mais eficaz os dirigentes mundiais que ainda não deram a devida importância ao tema, mesmo tendo sido realizadas várias conferências internacionais, o efeito sobre a sociedade ainda não foi o esperado. Segundo RIBEIRO, 2008, “No Caso da água a ausência de regulamentação deve despertar a atenção para países que detém estoque hídrico” como o Brasil, essa atenção fez surgir no cenário da geopolítica mundial uma serie de convenções.

De acordo com dados da Fundação das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura (FAO), a quantidade de chuva que cai sobre a terra é quase 110 000 km³ por ano, quase dois terços desse montante evaporam do solo ou evapotranspiram por meio da vegetação (floresta, pastagens, lavoura), os restantes 40 000 km³ por ano, são convertidos para o escoamento superficial (que alimentam rios e lagos) e subterrâneo (aquíferos e alimentação). Estes são chamados de recursos renováveis de água doce. Parte dessa água está sendo removida destes rios ou aquífera através da instalação de infraestrutura.

Esta remoção de água é chamada de retirada de água. A maior parte da água retirada é devolvida para o ambiente depois de um período de tempo mais tarde, após de ter sido usada. A qualidade da água retornada pode ser menor do que a qualidade quando ela foi usada em um primeiro momento, em virtude de condições diversas (situação do solo, vegetação, armazenamento no lençol freático e condições dos rios, mares e lagos etc.)

Em nível global, os índices de abstinência são de 70 % da agricultura, 11% e 19% municipal industrial, esses números, no entanto, são tendenciosos fortemente pelos poucos países que têm retiradas muito elevadas de água. Em relação à média dos índices de cada país, descobrimos que "para qualquer país" esses índices são 59, 23 e 18 por cento, respectivamente, e foram inicialmente removidos.

No que se refere à agricultura, Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura-FAO, estima que um dos principais problemas do mundo moderno tem sido a capacidade de conseguir água para produzir alimentos, pois, estima-se que até 2015 a população mundial chegue a 7,2 bilhões de habitantes se tornando difícil o acesso equitativo dos recursos hídricos, ainda para FAO a agricultura de regadio consome cerca de 70% dos gastos mundiais de água doce.

Observa-se, que o uso direto da água no mundo está prioritariamente concentrada em três setores fundamentais: agricultura, indústria e uso doméstico, podendo observar, contudo, que mesmo sendo a agricultura líder no consumo de água como mostra a tabela a seguir, ainda assim a desigualdade alimentar ainda é bastante grave como mostra, PAZ et al, 2000, o número de famintos no mundo tem aumentado consideravelmente.

A desigualdade alimentar é marcante entre nações, indicando as que apresentam superávit de alimentos e aquelas deficitárias ao extremo. As nações desenvolvidas consomem 50% dos alimentos mundiais e correspondem a 25% da população do planeta. Atualmente, a Europa produz cerca de 30% mais de alimentos por habitante que em meados dos anos sessenta, e a África 27% menos que em 1967 (Hernández, 1996). Um outro fator a ser observado é o desperdício verificado em toda a linha de produção, armazenamento, transporte e consumo de alimentos. (PAZ, et al, 2000)

A tabela a seguir mostrará os diferentes usos para a água por continente, incluindo assim o uso por domicílio compreendido na tabela como uso por municípios, bem como o uso por setores da economia, a tabela mostra ainda os principais usos da água no Brasil, que seguindo a lógica mundial tem maior quantidade de água utilizada na agricultura, principalmente nos perímetros irrigados do Hidroagronegócio.

Quando se mensura o uso da água por municípios que equivale também ao uso doméstico da água, observa-se que o Brasil utiliza apenas 28% do total da água utilizada, enquanto no mundo todo o uso de água por municípios representa 12 % desse total.

TABELA DE EXTRAÇÃO DE ÁGUA POR SETORES NOS CONTINENTES EM 2012

Continente	Municipal		Industrial		Agrícola		Extração de água total*	Extração de água doce total
	Km ³ /Ano	%	Km ³ /Ano	%	Km ³ /Ano	%		
África	28	28	11	5	175	82	214	202
Américas	135	16	285	34	409	49	829	827
Brasil**	16,2	28	10,1	17	31,7	55	58,1	58
Ásia	228	9	244	10	2.036	81	2.508	2.373
Europa	72	22	188	57	73	22	333	332
Oceania	5	26	3	115	11	60	18	18
Mundo	468	12	731	19	2.703	69	3.902	3.752

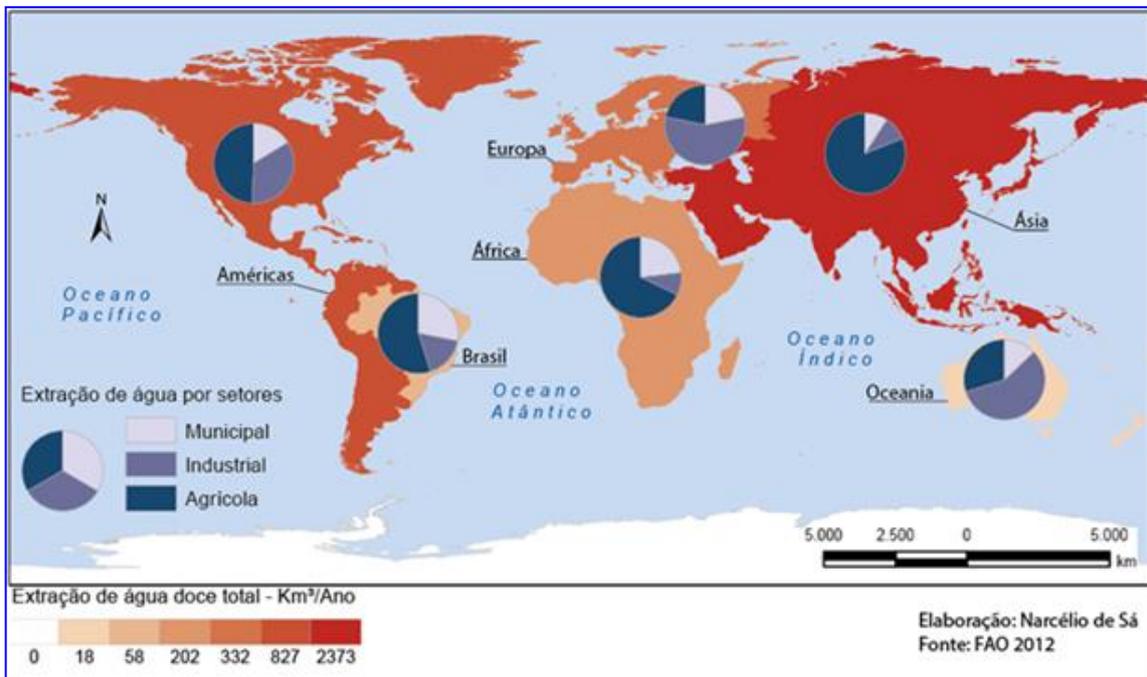
Fonte: FAO, 2014 (adaptada)

*Inclui o uso de água dissalinizada, o uso direto de água residual municipal tratada e a utilização direta de água de drenagem agrícola.

** Extração de água no Brasil que está incluído nos dados do continente americano.

Evidenciam-se a partir da tabela acima diferentes usos da água no mundo todo, no que se refere ao uso das águas por municípios, entenda-se aqui como uso doméstico, esse uso chega a 468 km³/ano, chegando a 12% do total de água usada no mundo, quanto ao uso da água no setor industrial a quantidade de água utilizada no mundo todo é de 731 km³/ano somando um total de 19% de toda água utilizada no mundo, contudo o setor que mais demanda água no mundo é o setor agrícola utilizando um total de 2.703 km³/ano o que equivale 69% do uso total de água extraída, contudo toda essa produção de alimento no mundo não significa uma equidade em sua distribuição, e que o uso da água na produção de alimentos no mundo e, inclusive no Brasil aonde o uso na agricultura chega aos 55%, é enganoso; portanto é bastante considerável observar-se que mesmo com o aumento da produção agrícola, não significa dizer aumento da distribuição de alimentos para a população mundial devido essa produção estar diretamente ligada à produção para exportação e conseqüentemente ligada ao hidroagronegócio uma vez que a utilização da água se torna de grande importância para a efetivação desse aumento na produção como mostra a figura 01.

Figura 01: Mapa da extração de água doce por setores no mundo



Essa realidade se faz presente também no Brasil, mesmo sendo considerado um dos maiores detentores de recursos hídricos do mundo. O uso das águas, muito embora, seja em maior quantidade para a agricultura como observado na fig. 01 e na tabela da página 23, não significa, portanto, que toda produção de alimentos seja resultado de políticas públicas que tenham beneficiado os pequenos camponeses de forma a poderem competir em igualdade com as grandes agroindústrias notadamente estrangeiras.

Nesse sentido, observam-se o desenvolvimento de novas técnicas de uso e controle dos recursos hídricos, aliados ao desenvolvimento técnico-científico e informacional, responsáveis por gerar mudanças significativas no campo tais como a mecanização das lavouras instalação dos complexos agroindustriais não foi suficiente para existência de maiores níveis de justiça social principalmente no campo.

Essa injustiça perpassa pelo desigual acesso a água e conseqüentemente pela geração de uma série de conflitos relacionados à escassez e a dificuldade de acesso à água potável, como já foi observado em várias regiões do mundo.

Muitas questões são tecidas acerca do que se chama de escassez de água, uma vez que a mesma faz parte de um ciclo e que, portanto está em mesma quantidade na terra a milhões de anos, porém é necessário considerar duas variáveis, uma delas está relacionada ao acesso a água potável, a outra, faz referencia as questões de cunho político, pois devido ao fato da água

ter se tornado mercadoria, quanto mais rara e difícil seu acesso, mais valorizada ela fica, sendo de certa forma equivocado generalizar, bem como atribuir a escassez de água unicamente as questões de ordem natural, quando as questões geopolíticas são as que se sobressaem.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO) que tem apresentado regularmente relatórios acerca do uso e distribuição dos recursos hídricos no mundo, um desses relatórios chamado de “*water for people, water for life (2003)*” (água para as pessoas, água para vida) mostra várias questões relacionadas aos novos caminhos relacionadas com a problemática da água no mundo todo, bem como o papel dos estados para um uso e uma gestão sustentável desse recurso de forma que ele possa chegar a todas as pessoas.

Uma série de discursões a respeito do uso e controle da tem sido discutido, sobretudo pela UNESCO, que tem realizado várias atividades relacionadas ao tema, além de lançar alguns programas para que este tema seja discutido, entre eles o lançamento da década da água que vai de 2005 até 2015 onde afirma que o objetivo principal da década deve ser um foco maior nas questões relacionadas à água em todos os níveis, bem como na implantação de programas relacionados à água de forma a atingir os objetivos acordados internacionalmente sobre questões ligadas à água que estão contidos na Agenda 21¹, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e no Plano de Implementação de Johannesburgo².

Essas conferências, que inclusive já ocorreram no Brasil, como a Rio-92, tornam público uma série de documentos acerca das decisões tomadas durante as reuniões de cúpula dos países, mas também previsões do que deve ser atingido para os próximos encontros com a finalidade de preservar o meio ambiente.

¹ A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

(Ministério do Meio Ambiente- MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em 22/05/13)

² É um documento das Nações Unidas. O presente Plano de Implementação tem como ponto de partida os resultados obtidos desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento e busca acelerar o cumprimento dos demais objetivos. . Nesse sentido, comprometemo-nos a atuar e a adotar medidas concretas em todos os níveis, bem como a ampliar a cooperação internacional, levando em consideração os princípios da Conferência do Rio, incluindo o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, conforme estabelecido no princípio nº7 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento². Esses esforços promoverão ainda a integração dos três componentes do desenvolvimento sustentável, ou seja, o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente, como três pilares interdependentes que se reforçam mutuamente. Fonte: ONU,2002

No documento aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, a respeito do uso dos recursos hídricos, foram propostos alguns objetivos para se chegar a um uso mais sustentável da água de forma que ela pudesse ser um bem realmente para todos.

Entre os principais objetivos podem ser listados durante a Conferência estão: de satisfazer as necessidades hídricas de todos os países para o desenvolvimento sustentável deles; manejo integrado dos recursos hídricos basear-se na percepção da água como parte integrante do ecossistema, um recurso natural e bem econômico e social cuja quantidade e qualidade determinam a natureza de sua utilização; com esse objetivo, os recursos hídricos devem ser protegidos, levando-se em conta o funcionamento dos ecossistemas aquáticos e a perenidade do recurso, a fim de satisfazer e conciliar as necessidades de água nas atividades humanas, ao desenvolver e usar os recursos hídricos deve-se dar prioridade à satisfação das necessidades básicas e à proteção dos ecossistemas.

A ONU destaca que o acesso à água precisa ser para todos, mas também defende a lógica do capital quando afirma que esse acesso tenha um custo, ou seja, que o acesso à água se faça mediante o pagamento transformando um bem que deveria ser comum em mercadoria e que, portanto seu acesso está condicionado ao fato de poder ou não pagar por ela, estando esta sujeita às leis de mercado baseada na oferta e procura, bem como no seu valor de uso e seu valor de troca.

Observa-se que os objetivos dos países a respeito da preservação e uso da água, faz referência sobre a prioridade do uso da água e que ela seja realmente um bem social, tendo como prioridade um manejo adequado para garantir o princípio básico a todos os seres humanos, o direito a vida, o que não ocorre sem acesso à água.

Observa-se, porém que a prioridade para o uso da água não tem sido a sobrevivência humana, e sim o fortalecimento desse bem social como mercadoria sendo de uso prioritário nas grandes indústrias e agroindústrias pelo mundo todo, sobretudo com a implantação dos grandes complexos agroindústrias (CAIs) que utilizam grandes quantidade de água para irrigação das lavouras cujo objetivo maior dessa produção não é necessariamente amenizar a fome no mundo.

2.1. O Uso e Controle das Águas no Brasil

O Brasil é um dos países que apresenta uma das maiores quantidade de água doce disponível, uma vez que, é no Brasil que se localiza a maior Bacia hidrográfica do mundo que é a bacia hidrográfica do rio Amazonas. Nesse sentido, com a intenção de melhor gerir os recursos hídricos do país cria-se a Lei de Recursos Hídricos, bem como a divisão em 12 regiões hidrográficas.

A Lei Federal 9.344 estabelece normas para o gerenciamento dos Recursos no Art. 1º da referida Lei, A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: I - a água é um bem de domínio público; II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

A Lei tem como objetivo principal assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

De acordo com a Lei, o uso prioritário dos recursos hídricos no Brasil deve contemplar em primeiro lugar as necessidades humanas e a dessedentação dos animais, contudo, podemos observar que as atuais políticas de açudagem no Estado do Ceará têm sido principalmente em relação ao uso da água para irrigação, sobretudo das grandes empresas do agronegócio.

A preocupação com a gestão dos Recursos Hídricos é contemporânea às discussões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, mediante a necessidade de modernizar o uso e a gestão desses recursos. A primeira iniciativa foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre a água realizada em Mar del Plata na Argentina ocorrida em março de 1977, em que foi elaborado um plano de ação que definia as responsabilidades de cada país.

De acordo com RIBEIRO,(2008, p.77)

O plano de ação aprovado ao final da conferência continha recomendações e resoluções. Entre as Primeiras estavam a busca da eficiência no uso das águas, o controle da poluição dos recursos hídricos e suas implicações na saúde humana, planejamento para o uso da água, educação e pesquisa sobre o emprego e o destino dos recursos hídricos e estímulo à cooperação regional e internacional.(Ribeiro, 2008, p. 77).

Toda essa preocupação o uso e a gestão dos recursos hídricos de forma global que vem sendo discutida desde a conferência de Mar Del Plata ocorrida em 1977, fazendo com que o mundo volte olhos para o Brasil por ser ele, o maior detentor de água potável do mundo de acordo com PAZ et al, 2000. O Brasil é o país mais rico em água potável, com 8% das reservas mundiais, concentrando 18% do potencial de água de superfície do planeta.

O Brasil, como forma de aperfeiçoar o uso, o controle e gestão dos Recursos Hídricos, sendo discutido de forma mais acentuada, em 27 de julho de 1999, na cerimônia de abertura do seminário "*Água, o desafio do próximo milênio*", foram lançadas as bases do que seria em um futuro próximo a Agência Nacional de Águas (ANA), que atuaria no gerenciamento dos recursos hídricos.

Nessa época, o projeto de criação da Agência foi encaminhado ao Congresso Nacional, com aprovação em 7 de junho de 2000. Tal projeto foi transformado na Lei nº 9.984 que estabelece no seu Art.1ª estabeleceu a criação da ANA, Esta Lei cria a Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estabelecendo regras para a sua atuação, sua estrutura administrativa e suas fontes de recursos.

Criada como desdobramento da Lei nº 9.443, também conhecida como Lei das Águas, a ANA possui características institucionais e operacionais um pouco diferentes das demais agências reguladoras. A legislação atribuiu ao Poder Executivo Federal a tarefa de criar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Além disso, criou uma autoridade responsável pela emissão de outorgas de direito de uso dos recursos hídricos em rios de responsabilidade da União, ou seja, aqueles que atravessam mais de um estado, os transfronteiriços e os reservatórios construídos com recursos da União.

Ainda como órgão regulador, não podem ser esquecidas as competências da ANA para definir as condições de operação dos reservatórios, públicos ou privados, para garantir os usos múltiplos dos recursos hídricos, e avaliar a sustentabilidade de obras hídricas com participação de recursos federais. Em suma, atuando de forma distinta de outras agências reguladoras em alguns aspectos, a ANA concilia competências de implementadora da Política Nacional de Recursos Hídricos e de reguladora, consciente da sinergia benéfica ao meio ambiente e à sociedade brasileira decorrente de sua missão institucional.

A Agência Nacional das águas (ANA), estabelece que cada país deve formular e analisar uma declaração geral de políticas em relação ao uso a ordenação e a conservação da água, como marco de planejamento e execução de medidas concretas para a eficiente aplicação dos diversos planos setoriais. Os planos e políticas de desenvolvimento nacional devem especificar os objetivos principais da política sobre o uso da água, a qual deve ser traduzida em diretrizes e estratégias, subdivididas, dentro do possível, em programas para o uso ordenado e integrado dos recursos.

Outra ação do governo brasileiro referente à gestão, uso e controle dos recursos hídricos e sendo uma das atribuições da ANA por Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) foi a criação do Comitê de Bacias Hidrográficas (CBH), que significa o fórum em que um grupo de pessoas se reúne para discutir sobre um interesse comum, o uso d'água na bacia.

O surgimento do comitê de bacias tem como referência demandas antigas relacionadas às várias conferências da ONU, relacionadas ao uso da água, entre eles; o Clube de Roma de 1972, questionando os limites do crescimento econômico; Estocolmo também em 1972; Dublin em 1992, destacando problemas referentes à disponibilidade hídrica sugerindo princípios para o uso sustentável da água.

No Brasil, algumas atividades relacionadas à temática que deram origem ao comitê de Bacias Hidrográficas em 1983, sendo realizado em Brasília o Seminário Internacional de Gestão de Recursos Hídricos, representando o início dos debates nacionais relativos às águas, e a partir daí, foram realizados vários encontros nacionais de órgãos gestores de recursos hídricos.

Em 1986, o Ministério de Minas e Energia (MME) criou um Grupo de Trabalho cujo relatório recomendou a criação e a instituição do Sistema Nacional de Gerenciamento de

Recursos Hídricos (Singreh), a busca de subsídios para instituir a Política Nacional de Recursos Hídricos, a transição do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH) e dos respectivos comitês executivos de bacias hidrográficas para um novo sistema e a instituição dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, o resultado de todo esse processo levou a inclusão, na Constituição Federal de 1988, de competência da União para legislar sobre a instituição do Singreh.

O Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (CNRH) é a instância máxima do Singreh, sendo suas principais atribuições: analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos; estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos; Promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários; arbitrar conflitos que tenha como foco o uso e a gestão dos recursos hídricos bem como aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e acompanhar sua execução.

Em movimento paralelo, durante 1980 e 1990, com a retomada do regime democrático no Brasil, algumas inovações institucionais foram se efetivando na gestão das políticas públicas, sobretudo por pressão de movimentos sociais que demandavam maior participação da sociedade na elaboração de políticas públicas. Assim, foram formuladas estruturas de gerenciamento com a participação de entidades da sociedade civil.

De certa maneira a inclusão dos Movimentos Sociais nas discussões acerca do uso das águas mais do que uma conquista para esses movimentos, foi uma maneira de aproximar a sociedade civil das discussões a respeito dos recursos hídricos no Brasil de um modo geral, sendo essa participação importante para o surgimento de leis que auxiliasse nas discussões sobre o uso da água no Brasil.

A principal competência de um comitê é a de aprovar o Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas. Esse plano, cujo conteúdo mínimo encontra-se definido no artigo 7º da Lei nº 9.433/1997 e regulamentado pela Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), de 2001, constituiu-se no instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos cuja prerrogativa legal é exclusiva do comitê.

Observa-se que mesmo com a criação do comitê de Bacias hidrográficas onde seu funcionamento está diretamente ligado a participação social, o papel dos movimentos sociais no que concerne a gestão, uso e controle dos recursos hídricos ainda tem sido bastante

limitado prevalecendo ainda as políticas públicas realizadas pelo Estado, prevalecendo os seus interesses em detrimento dos interesses coletivos da sociedade.

O Brasil apresenta, portanto, várias políticas públicas voltadas para o a gestão dos recursos hídricos, uma vez que o país é privilegiado pela disponibilidade de água que tem, embora a distribuição desse recurso se dê de forma irregular em virtude de sua grande extensão territorial que se leva em consideração uma diversidade climática igualmente diversificada, ainda assim com todos esses fatores naturais exercendo influência direta nos recursos hídricos do país, por isso é inadmissível que em um país com toda essa disponibilidade de água, pessoas, mais notadamente, as que vivem no campo e não tem acesso à irrigação, bem como em regiões onde a disponibilidade de água não ocorre de forma tão regular, passem sede e fome sob a alegação das irregularidades climáticas.

É necessário que o Estado crie mecanismos efetivos de distribuição de água a fim de beneficiar também os pequenos camponeses, uma vez que, Lei de águas ³sobre distribuição de água para todas as pessoas é caracterizada como um bem de domínio público, mas ainda há muitas famílias que necessitam de águas oriundas de carros pipas porque não há uma distribuição igualitária desta água em virtude de a mesma ser direcionada prioritariamente para irrigação dos CAIs, para as grandes indústrias e/ou voltadas para o abastecimento dos grandes centros urbanos, ficando os sujeitos sociais do campo menos favorecidos como no caso do agricultor familiar a espera da chuva para decidir se planta ou não o seu roçado porque a irrigação só chega a contento nas lavouras do agronegócio.

Nesse sentido, mesmo detentor desta grande quantidade de água, distribuída de forma homogênea em todo o território, havendo regiões que apresenta considerável déficit hídrico se tornando fonte geradora de conflitos na cidade e no campo, neste ultimo de forma mais expressiva.

Necessita-se que as políticas de distribuição, gestão, uso e controle dos recursos hídricos no Brasil estejam realmente voltadas para o bem estar social de um modo geral, fazendo com que o país possa utilizar os recursos hídricos de forma a beneficiar a todos de forma mais justa e igualitária, sobretudo no que se refere à região Nordeste onde

³ LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Fonte: Casa Civil, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em: 20/012014 às 11h: 45min.

trabalhadores e trabalhadoras rurais, ainda migram para cidade por falta de uma gestão de recursos hídricos que lhes garanta acesso a água para que possam sobreviver de forma digna, pois mesmo com restrições hídricas de ordem natural, é possível por meio de vontade política resolver os problemas relacionados aos períodos de estiagem que comumente assolam o campo do nordeste brasileiro e tem sido utilizada como erroneamente como responsável pela miséria e a pobreza do povo nordestino.

Vale ressaltar que o uso e controle dos recursos hídricos envolve o processo de modernização do campo brasileiro voltado, sobretudo para mecanização do campo, uso intensivo de agrotóxicos que tem prejudicado os mananciais causando significativos danos ambientais, além dos impactos causados pela construção de grandes barragens, a maioria delas voltadas para geração de energia hidrelétrica transformando-a na matriz energética brasileira.

O aproveitamento dos recursos hídricos por meio de barragens financiadas pelo Estado, muitas vezes construídas em propriedades particulares limitando seu uso comum, pois são voltadas para irrigação dessas propriedades o que não significa uma irrigação que passe a beneficiar os trabalhadores rurais de um modo geral, muito pelo contrário, estão a serviço das grandes multinacionais que se baseiam no agronegócio para produzir a todo custo sem levar em consideração os prejuízos que essa prática agrícola possa trazer para o meio ambiente o que parece ser um paradoxo uma vez que as políticas de gestão dos recursos hídricos a priori estão diretamente com as conferências patrocinadas pela ONU que tem por finalidade o uso sustentável dos recursos dos recursos naturais de um modo geral.

O mapa da página 33 mostra de forma clara a distribuição das regiões hidrográfica do Brasil o que não justifica, porém que alguma região do país possa ser considerada pouco desenvolvida em virtude da escassez de água, mas em virtude de políticas que beneficiam apenas parte da população, sobretudo quando se trata da Região nordeste do Brasil.



Universidade Federal do Ceará
 Pró-Reitoria de pesquisa e Pós-Graduação
 Centro de Ciências
 Mestrado em Geografia

**ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, O MAB
 E A BARRAGEM DO FIGUEIREDO, IRACEMA-CE:
 Territórios, Lutas, Conflitos e Sobrevivência.**

Mapa das Regiões Hidrográficas do Brasil

Autor: Francisco Marcos Xavier de Sousa
 Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes

Legenda

Regiões Hidrográficas do Brasil

-  01 - Região Hidrográfica Amazonica
-  02 - Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental
-  03 - Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental
-  04 - Região Hidrográfica do Atlântico Leste
-  05 - Região Hidrográfica do Atlântico Sul
-  06 - Região Hidrográfica do Paraguai
-  07 - Região Hidrográfica do Paraná
-  08 - Região Hidrográfica do Parnaíba
-  09 - Região Hidrográfica do São Francisco
-  10 - Região Hidrográfica do Tocantins
-  11 - Região Hidrográfica do Uruguai

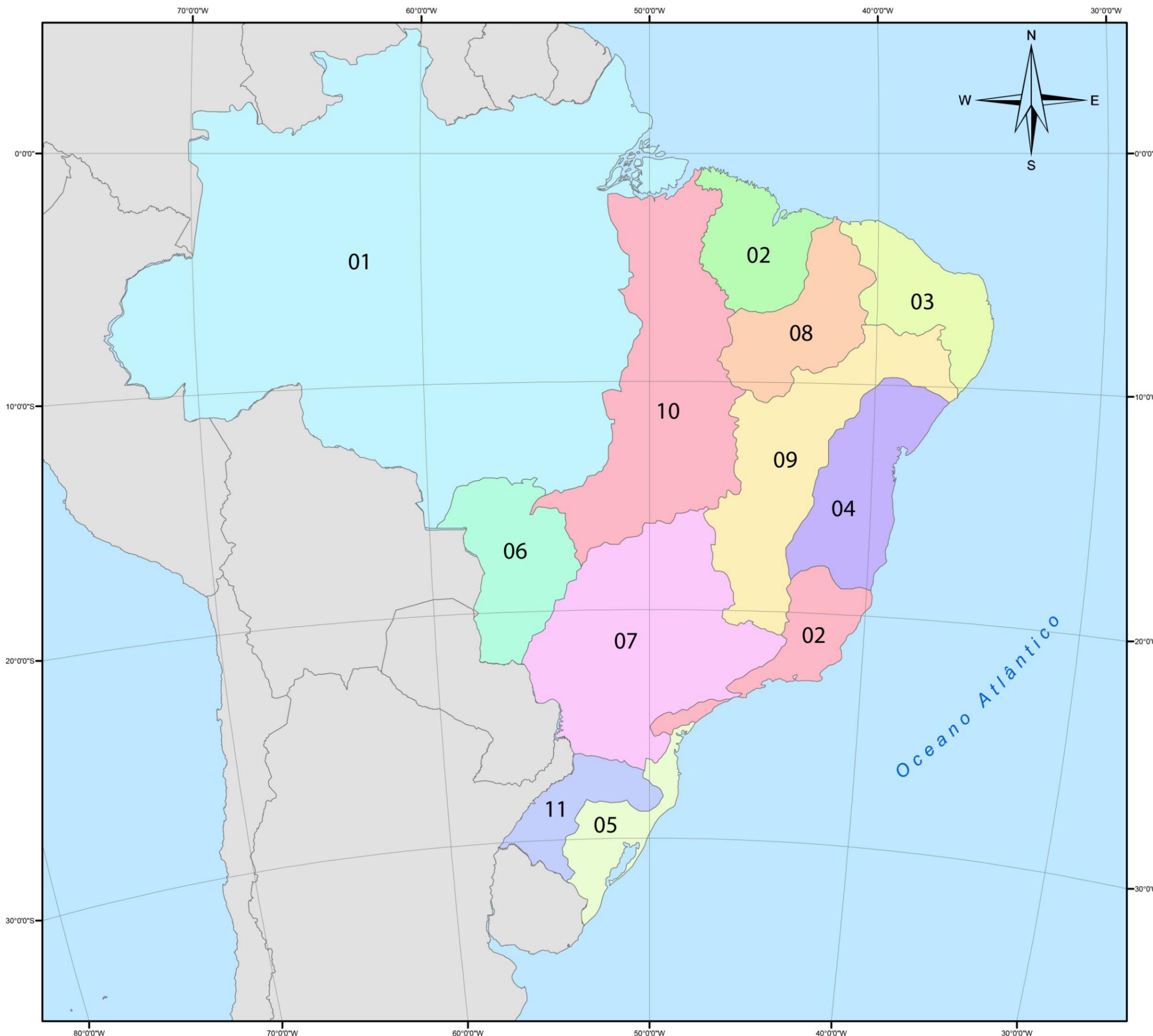
Unidades da Administrativas

-  Unidades da Federação
-  Países América do Sul



Projeção Policonica - Datum: WGS 1984
 Meridiano de Referência: 50° W. Gr.
 Paralelo de Referência: 0°
 Unidade: Metros

Organização: Narcélio de Sá



2.2. Uso e Controle das Águas no Ceará

O Estado do Ceará está localizado na região nordeste do Brasil, sendo o que apresenta mais de 70% de sua extensão dentro do semiárido. O Ceará que durante muito tempo ficou conhecida como uma das regiões menos desenvolvidas em virtude de suas características semiáridas, com destaque para as irregularidades climáticas.

Desde o período Imperial que há uma aparente preocupação por parte do Estado tanto na esfera federal como na estadual, uma vez que eram realizadas ações que amenizassem os problemas causados pelas grandes secas que ocorriam e ainda ocorrem no Estado, essas ações iam desde a criação de frentes de trabalhos criadas para gerar empregos para os trabalhadores que não podiam plantar suas “roças”, essas frentes de trabalhos variavam desde a construção de pequenos açudes até mesmo construção de estradas praças e igrejas que gerasse emprego e renda para os flagelados das secas.

Além das frentes de trabalhos já mencionadas a política de açudagem foi a principal forma de armazenamento de água para enfrentar os muitas vezes extensos períodos de estiagem, a primeira delas foi à construção do açude Cedro no município de Quixadá, construído por meio do barramento do Rio Sitiá com uma capacidade de 125.694.000 m³, esse açude demorou mais de 20 anos para ser concluído, sendo uma reposta a grande seca de 1877, a respeito desta seca, Monte, 2005 expõe que:

Esta seca foi determinante para que o governo brasileiro passe a encarar as secas no Nordeste como um problema que exigia interferência do governo federal. A grande solução que se apresentou foi à irrigação, através da construção de açudes e barragens, e a destinação de verbas para socorros especiais por ocasião da ocorrência de grandes secas. (MONTE, 2005, p.150)

Outro fator determinante para a gestão dos recursos hídricos no Ceará foi a criação do Departamento Nacional de Obras contra as seca (DNOCS) que tem sede em Fortaleza, e foi importante para por em prática a construção de vários açudes. A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no início da década de 1960 foi outra instituição que impulsionou o processo de construção de açudes no Ceará,

É com a criação da SUDENE que a ocorrência de grandes secas e suas consequências no Ceará e no Nordeste como um todo, deixa de ser exclusivamente como resultado de fatores climáticos, e passa a ser visto como resultado da permanência de estruturas arcaicas e conservadoras que via na manutenção da dependência da natureza uma maneira de manter a dependência do camponês ao controle imposto pelas oligarquias agrárias existentes no Ceará.

Deve-se considerar que o foco do governo federal era principalmente o de diminuir os elevados custos que as grandes estiagens causava aos cofres públicos.

Durante o período da criação da SUDENE, o Estado do Ceará passa por algumas estiagens entre elas a seca de 1958, nesse momento, o Brasil vivia um processo de transformação marcado, sobretudo pela construção da cidade de Brasília que viria a ser a capital do país, em virtude disso, vários recursos estavam sendo direcionados para essa construção, reduzindo-se consideravelmente as verbas para área social.

Concomitante a esse processo, surgem no Nordeste brasileiro as discussões promovidas, principalmente, com o surgimento das Ligas camponesas, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) dando a esse período um momento de efervescência e debates referentes às questões relacionadas às secas bem como as políticas públicas voltadas para o campo; as discussões estavam relacionadas ao fato de existirem as políticas voltadas para o campo, porém seus resultados, quando haviam, eram pontuais e efêmeros.

Sobre este assunto Sampaio, 1998 expõe o seguinte:

Todas essas ações deixaram marcas no território cearense, embora não houvesse um processo de continuidade capaz de garantir que tais ações fossem duradouras. Além disso, a maior fatia dos recursos é repassada para as mãos dos aquinhoados ou entregue a intermediários que desviamos recursos para uso próprio, ou seja, articulam uma rede de corrupção não permitindo que os recursos cheguem aos verdadeiros interessados. (SAMPAIO, 1989, p. 47).

A partir do exposto acima se comprova que, não necessariamente a falta de ações por parte do Estado, nem tão pouco as características climáticas do Estado são os responsáveis pelo flagelo de miséria pobreza e fome que assola o Ceará e os demais Estados do Nordeste, mas a existência de uma rede de corrupção presente no campo brasileiro. Essa corrupção mantinha a submissão dos pequenos camponeses aos grandes fazendeiros por meio das relações de compadrio muito comum no sertão do Ceará.

Essas relações sociais eram e em alguns casos ainda estão presentes, pois com a ausência do poder público no campo a figura do “coronel” se apresenta como uma espécie de “compadre” o benfeitor que ajuda os trabalhadores necessitados. Sobre a figura do coronel no campo e a subserviência do trabalhador rural a esse sistema Leal expõe que:

Completamente analfabetos, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limitavam a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser

em casos esporádicos, tem o patrão na conta do benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. (LEAL, 1997, p.43).

Essa interdependência entre camponeses *versus* fazendeiros vai justificar entre outras coisas o aparente e proposital atraso, pois ela evitava de certa forma que o trabalhador tivesse o mínimo de acesso à informação de forma a permanecer a dependência junto ao coronel mantendo as estruturas agrárias que ainda perduram nos dias atuais.

A preocupação do Estado com o uso e o controle dos recursos hídricos passa para outra fase da história do Ceará, esse momento foi marcado principalmente pelo enfraquecimento das oligarquias agrárias e fim do poder dos coronéis, e o advento de uma nova elite no cenário político cearense.

A irrigação foi uma das principais preocupações desta fase no processo de uso e controle das águas no Ceará, com foco para a agricultura de sequeiro como forma de amenizar os efeitos causados pelas grandes secas. Essa política recebeu críticas em virtude de se considerar os efeitos da seca um fenômeno homogêneo, ou seja, que a intensidade das secas ocorria da mesma forma, sem levar em consideração que umas pessoas seriam mais beneficiadas que outras.

Um problema questionado faz referência a exigência de se empregar tecnologia, uma vez que o estado ainda persistia na manutenção de uma estrutura pré-capitalista e de certa forma bastante rudimentar, o que exigiria um alto custo para implantação do projeto de irrigação para região.

Acreditava-se que as ações implantadas pela SUDENE, eram suficientes para melhorar o uso e o controle das águas no Estado, bem como, melhorar a economia da região semiárida, melhorando a agricultura de subsistência bem como um manejo adequado dos solos com a finalidade de aumentar a produção.

Nesse período, vários açudes no Estado do Ceará, foram construídos dentro de propriedades privadas não beneficiando a todos que sofriam, não só com a falta de água, mas com os problemas resultantes da estiagem como a fome que força a constante migração de pessoas do campo para cidade, gerando sérios problemas socioambientais no campo e na cidade.

Foi durante o governo dos coronéis, mais precisamente no governo de César Cals, considerado um dos primeiros governadores do coronelismo que surge a superintendência de

Obras Hídricas do Estado criada em 1971, com o objetivo de construir açudes e poços no Ceará, (MONTE, 2005, p.189). Outra ação do governo foi a criação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará- CAGECE.

Outro governador de expressão na política dos recursos hídricos do Estado do Ceará no período dos coronéis foi Adauto Bezerra que governou entre os anos de 1975 a 1978, uma das obras de grande importância nesse período foi a implantação do Sistema Pacoti-Riachão com o objetivo de abastecer a cidade de Fortaleza, bem como a perfuração de poços. Esse sistema foi concluído no segundo governo de Virgílio Távora, tendo importância também a criação de uma estação de tratamento de água.

O último Governador representante do Coronelismo, Gonzaga Mota, cria por força de Lei o Conselho de Recursos Hídricos do Ceará, com competência para definir uma política de recursos hídricos no Estado.

Observa-se que vários projetos de uso e controle das águas foram criados no Ceará no período do governo dos coronéis, porém, pouca coisa foi feita com a verdadeira intenção de por em prática obras que realmente tivessem por finalidade, facilitar a convivência dos camponeses com as questões relacionadas às grandes secas que assolavam o sertão cearense, exceto no que se refere aos reservatórios construídos dentro das propriedades privadas dos fazendeiros, que limitavam o acesso desses camponeses a água, mantendo-se assim uma política clientelista que beneficiava a poucos.

Outra fase importante no processo de uso e controle dos recursos hídricos está relacionada às mudanças no sistema político no Estado do Ceará. Nesse momento as oligarquias agrárias tradicionais começam a entrar em declínio, mudando também a política de recursos hídricos que perde parte do seu caráter clientelista que beneficiava alguns coronéis.

Esse novo momento da política das águas no Ceará está diretamente ligado como o chamado “governo das mudanças” iniciado no final da década de 1980, quando o estado deixa de ser governado pelos coronéis que representavam principalmente as elites agrárias e passando para o governo de uma elite industrial representada pela pessoa do jovem empresário Tasso Jereissati que inicia seu primeiro governo no ano de 1987 até 1991.

A principal preocupação relacionada aos recursos hídricos é a implantação de políticas efetivas o contrário do que se observava, pois nos períodos anteriores as ações eram mais

pontuais que não atendiam as necessidades do estado em longos períodos de estiagem, sendo a primeira iniciativa desse governo a criação da Secretária de Recursos Hídricos- SRH, que foi criada no ano de 1987 por meio de Lei, outra ação do Estado foi a criação da Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado- SOHIDRA, que seria uma autarquia, que tinha como principal função a de coletar e organizar as informações sobre as bacias hidrográficas, controle e demanda com vista ao controle do balanço hídrico

Outras ações realizadas pelo “governo das mudanças” foram a vinculação da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) a política de recursos hídricos, de acordo com (Monte, 2005, p.196) por último, o plano de gestão dos recursos hídricos “propôs todo um aparato jurídico e institucional para o setor, além de promover a integração dos órgãos estaduais, federais e municipais organizando-os no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH)”.

A preocupação com a gestão das águas no Ceará passa a fazer parte também do governo de Ciro Ferreira Gomes eleito em 1990, nesse momento o discurso político passa a fazer parte da nova fase da política cearense acerca do assunto.

Nessa fase, vários açudes de grande porte foram construídos no Estado do Ceará, com destaque para a construção do maior açude para fins múltiplos do Estado, recebendo várias críticas em virtude da forma como foram tratados os atingidos, uma vez, que foi necessário o deslocamento/reassentamento de várias famílias, pois uma cidade inteira foi reconstruída para colocar as pessoas da cidade de Jaguaribara, passando a ser então chamada de Nova Jaguaribara.

Fig. 01: imagem do Açude Castanhão



Fonte: Autor, 2011

Fig. 02: Imagem da vasão do Açude Castanhão



Fonte: Autor, 2011

Dentre as críticas tecidas a construção do açude Castanhão está o fato de o uso de suas águas estarem mais direcionada a projetos de irrigação na Chapada do Apodi, nos perímetros irrigados no município de Limoeiro do Norte, Tabuleiro de Russas e no município de Morada Nova localizados na região leste do Ceará, além de levar água por meio do canal da integração até os municípios de Fortaleza, bem como, abastecer indústrias localizadas no município de São Gonçalo do Amarante, Região Metropolitana de Fortaleza-RMF.

Muitas ações foram realizadas pelo Estado nos três níveis de poder, Federal, Estadual e municipal; criação de diversos órgãos com a finalidade de melhor gerir os recursos hídricos em esfera nacional e Estadual, a promulgação de diversas leis acerca do uso e controle das águas com a premissa de resolver os problemas relacionados com as grandes estiagens que assolavam o semiárido brasileiro.

Acreditava-se que os flagelos relacionados às secas deviam-se exclusivamente a fatores de ordem naturais físico-climáticas, sendo o nordeste brasileiro tido como atrasado em virtude desses problemas climáticos, sendo necessário intervir para que esta região se desenvolvesse economicamente, evitando entre outras coisas os constantes fluxos migratórios para região sudeste. Pensava-se ser a modernização do campo considerando o uso e controle das águas a única forma de abolir o estigma de região miserável.

Capítulo 3

A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DO USO DAS ÁGUAS NO ESTADO DO CEARÁ.



Pivô de irrigação na região do Baixo Jaguaribe - Fonte: SOUZA, 2013.

3.1. O Conceito de Modernização

As discursões acerca do conceito de modernidade abrangem uma literatura bastante vasta, estando o termo geralmente associado ao novo, as recentes transformações, Lefebvre, 1991, ao se referir ao conceito de modernidade expõe que “Por esta palavra é preciso entender que traz o signo de novo e da novidade: o brilho, o paradoxal marcado pela tecnicidade ou pelo mundano”, essa ideia é reforçada quando se coloca como conceito de modernidade a chegada novas expirações novos anseios e outras formas de as coisas serem realizadas. (Falcon e Rodrigues, 2006, p.6) aponta o início da idade moderna como sendo:

Trata-se, portanto, no caso da transição do feudal-capitalista, de um processo muito longo em termos cronológico, além de destituído de uma verdadeira uniformidade. Começando com os primeiros sinais da crise do feudalismo, termina séculos mais tarde com o advento do capitalismo, o que nos permite detectar nesse processo de transição inúmeros aspectos componentes, alguns contraditórios, configurando dois tipos de transformações: Uma associada as formas ou estruturas socioeconômicas de natureza feudal, e a outra mais ligada mais ligadas as transformações socioeconômicas de natureza pré-capitalista (FALCON e RODRIGUES, 2006, p.6)

Admite-se, portanto o início da modernidade relacionada ao fim de vários acontecimentos entre eles, pode ser considerar a transição do feudalismo para o capitalismo, marcando assim o fim da Idade Média, formado, sobretudo pela acumulação do capital e aumento da circulação monetária, crescimento das feiras na região de Champagne, na França (op cit.).

Nesse sentido, o estabelecimento da modernidade se dá meio as diversas transformações, não só, relacionadas às mudanças econômicas, uma vez que confirma o estabelecimento do modo de produção capitalista praticamente no mundo todo, mas também, no que se refere às transformações no ramo das ciências, das artes, da literatura modificando o modo de vida das pessoas sejam elas do campo ou da cidade.

De acordo com (MONTE, 2005, p. 37), “Quando se considera a história das ideias, alguns pensadores podem ser considerados fundadores da modernidade, entre eles, Thomas Hobbes, Adam Smith, Galileu, Kant, Cervantes, Hegel” entre outros tantos com a intenção de demonstrar que o termo faz referência às transformações que estão chegando.

Acredita-se, que o conceito teve início na Renascença, o que recebe uma forte crítica de estudiosos como Kumar, 1997, pois o mesmo defende que muito embora durante a renascença tenha havido uma “revolução” em vários seguimentos principalmente nas artes e nas ciências, o que não significa, portanto, que não tenha havido avanços em tempos pretéritos nesses ramos.

Nesse sentido, Monte, 2005, *apud* Kumar, 1997, afirma que:

A modernidade pode ser entendida, de um modo abrangente como todas as mudanças – intelectuais, sociais e políticas- que deram início ao mundo moderno e que tiveram origem na Idade Média cristã, como advento do cristianismo. Muito do que entendemos hoje como modernidade está contida na filosofia cristã, da história que guarda idéias semelhantes a algumas das principais características da modernidade. (MONTE, 2005, p.39, *apud* Kumar, 1997)

Assim, sobre a modernidade GOMES, 2006, coloca que:

Todo fenômeno, quando se apresenta como moderno, parte uma referência negativo àquilo que existia antes e que a partir de então se transforma no antigo ou no tradicional. O moderno possui uma ligação intrínseca com a contemporaneidade: substituiu alguma coisa do passado, defasada ou, simplesmente alguma coisa que não encontra mais justificativa no tempo presente. Daí vem à concepção de uma estrutura em progressão, segundo a qual o avanço e a mudança são sempre elementos necessários. (GOMES, 1996, p. 48-49).

Portanto, a modernidade se apresenta como uma passagem do que está posto, e o início do novo, outra sociedade, contudo não podemos entender esse processo como imediato e sim como um fenômeno gradativo que surgem com a inserção de elementos novos na sociedade, esses elementos estão presentes nos mais diversos setores tais como: arquitetura, artes, literatura entre outros.

É necessário compreender que a chegada do novo se faz mediante um modelo pré-existente, logo, partindo desse ponto de vista, não podemos considerar que a chegada do novo representa o abandono sistemático do que está posto, e sim levar em consideração a existência simultânea dos dois processos ainda por um tempo.

Sobre essa convivência sobre essa convivência dual entre no novo e o velho, (GOMES, 2006, p.50) expõe que, “É neste sentido que nos é permitido refletir sobre um modelo de modernidade dual, onde a continuidade é rompida pelo confronto recorrente do “novo” e do “tradicional”, cada um, marcado por uma atualidade sempre renovada”.

Contudo, delimitar um marco temporal definitivo para o início da modernidade, torna-se muito complexo, pois envolve realidades distintas, bem como diferentes formas de ver o mundo e suas especificidades econômicas, sociais e políticas.

Berman, 1986, conceitua-a como subjetiva, levando em consideração principalmente a relações sociais, nesse sentido, a modernidade é entendida como:

Existe um tipo de experiência vital — experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida — que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor

— mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”. (BERMAN, 1986, p.16)

Harvey, 2001, mesmo levando em consideração o marco da modernidade no descrito por Berman, 1986, acredita que o termo tenha uma história bem mais antiga, mais precisamente do século XVIII, baseado principalmente no esforço intelectual dos pensadores iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma, nos termos da própria lógica interna destas”.

A ideia de modernidade recebe várias críticas, sobretudo dos próprios autores modernos, que passam a criticar a inércia do homem moderno o que os levou a um verdadeiro cárcere, deixando-os presos a ordem capitalista e burocrática que determina a vida dos indivíduos que nasceram dentro dela, porém com a sensação que havia atingido o desenvolvimento, como nos coloca Berma, 1986.

Os críticos da modernidade, no século XX, carecem quase inteiramente dessa empatia com e fé em seus camaradas, homens e mulheres modernos. Segundo Weber, seus contemporâneos não passam de “especialistas sem espírito, sensualistas sem coração; e essa nulidade caiu na armadilha de julgar que atingiu um nível de desenvolvimento. (BERMAM, 1986, p. 25-26)

Nesse sentido, a modernidade entra no cotidiano das pessoas como algo que veio revolucionar, mudar a forma como as pessoas concebiam o mundo e dando-lhes novos anseios, era o desenvolvimento que se fazia presente, mesmo que este, não se fizesse de forma integral mantendo relações com o passado, mas com o olhar para um futuro que estava se desenhando, contudo a chegada do moderno principalmente no século XX se apresenta embebido de autoritarismo e conseqüentemente de perdas de liberdades, pondo em xeque a ideia de que o processo de modernização significaria de fato transformações sociais que atingisse a todos deixando o mundo mais justo.

Várias transformações sociais, econômicas, políticas e culturais foram evidenciadas no mundo todo durante os chamados tempos modernos, sobretudo no que concerne a relação espaço-tempo, uma vez que junto à modernidade surgem também os avanços das ciências e das tecnologias que propiciam o homem uma série de mudanças no cotidiano das pessoas, sejam elas do campo ou da cidade, mesmo que essas mudanças não signifiquem de certa

maneira o advento de uma sociedade homogeneizada, ou seja, uma sociedade em que todos possam ter o suficiente para viver de forma digna.

Ainda a respeito da modernidade relacionada à modernização no campo e na cidade (Mendonça & Mesquita, 2007, p.4) coloca que:

A modernidade se expressa através da modernização da agricultura, que significa a adoção de valores e comportamentos urbanos, mesmo para aqueles que ainda permanecem no campo. Ser moderno é ser um consumidor. Como a pobreza não é apenas rural, ao contrário, está também concentrada nas cidades restam poucas alternativas para a sobrevivência, o que estimula o Estado e a sociedade civil, pressionados pelo caos urbano (violência, tráfico, seqüestros etc.) a viabilizarem medidas paliativas (políticas assistencialistas) sem conteúdo de cidadania. (MENDONÇA & MESQUITA, 2007, p.4)

É nesses termos que o processo que a modernidade chega ao Brasil mais notadamente no campo brasileiro, aumentando as desigualdades e produzindo entre outras coisas exclusão social.

No Brasil, embora o advento da modernidade esteja relacionado à Semana de Arte Moderna ocorrida em 1922, outras áreas também passam a se modernizar, um exemplo visível tem sido modernização do campo brasileiro por meio da chamada revolução verde, pautado na mecanização da agricultura, no uso intensivo de agrotóxico, na agricultura irrigada, na inserção do capital estrangeiro principalmente por meio das empresas agrícolas com produção voltada para o mercado externo, bem como, a proletarização do campo, forçando de certa forma os pequenos camponeses a saírem do campo.

Diante disso, pode-se afirmar que o processo de modernização do campo brasileiro não chega a todos os sujeitos do campo de forma homogênea, mantendo assim sua estrutura pautada na existência da concentração fundiária, e no aumento do agronegócio em detrimento da agricultura familiar e conseqüentemente do pequeno camponês que vê na proletarização a única forma de permanência no campo.

O Ceará, seguindo a lógica da modernização do campo brasileiro, vai fincar suas bases, sobretudo na construção de grandes obras hidráulicas, principalmente na construção de barragens, que tem como objetivo principal a construção de projetos de irrigação para as grandes empresas multinacionais voltadas para agronegócio que se estabeleceram no Estado com o processo de globalização e desenvolvimento do meio técnico científico e informacional.

É por meio do advento do meio técnico científico informacional e da construção de grandes açudes auxiliados por um anseio de modernização propagada pelo discurso dos novos agentes da política cearense que prometem por fim as oligarquias tradicionais vistas como

responsáveis pelo “atraso” que o Estado entra no cenário da modernização. Vale ressaltar, que a eleição do então jovem empresário Tasso Jereissati para governador do Estado do Ceará, foi o marco inicial para que essa modernização pudesse ser implantada.

A esse respeito Monte, 2005, expõe que:

O objetivo principal do Governo Estadual, tal como anunciado em seus planos de governo, passou a ser dotar o Ceará de uma economia desenvolvida no prazo de uma geração com a melhoria, em curto prazo, da qualidade de vida a todos os cearenses. A eleição de Tasso Jereissati ao governo do Estado levou ao poder uma elite, fortemente vinculada aos setores modernos da economia. (MONTE, 2005, p.91).

Observa-se que a melhoria de vida a todos os cearenses em curto prazo mediante ao processo de modernização do estado não ocorreu e que os benefícios da modernização ficou restrito a uma pequena parcela da elite ligada à indústria ou a *agribusiness* enquanto a maior parte da população do Estado, notadamente, a população do campo, permaneceu excluída de uma modernização que não atende de forma satisfatória aos pequenos camponeses.

3.2. A Modernização do campo no Ceará no contexto do uso e controle das águas.

O Ceará assim como a região Nordeste, atribui o seu “atraso” econômico às condições climáticas impostas pela semiaridez de grande parte do seu território. Essa semiaridez justifica inclusive o aparente atraso no seu processo de colonização por parte do seu donatário Antônio Cardoso de Barros ainda no século XVI, atrasando também essa colonização como afirma (Lima, 2011, p.44) “frente aos “empecilhos” encontrados pelos dominadores, a colonização do Ceará ocorreu “tardamente” em relação a outras regiões do Nordeste brasileiro”, após várias tentativas de colonização desse Estado, via na construção de açudes a solução para amenizar ou até mesmo por fim a situação de miséria e pobreza que vivia grande parte do povo cearense que vivia no campo.

Observa-se, porém que a construção de açudes com a finalidade armazenar de amenizar o sofrimento do povo causado pela escassez de água, ocorreu que a construção de açudes passou a ser uma moeda de troca, tendo como finalidade a manutenção de “currais eleitorais” para eleger os políticos ligados aos coronéis que formavam as oligarquias agrárias

que apresentavam fortes influências sociais e principalmente política, chegando a decidir acerca do que poderia ou não ser realizado naquela região.

Por esse motivo, grande parte dos primeiros açudes, mesmo tendo sido financiados pelo Estado, foram construídos em várias propriedades particulares que faziam parte das oligarquias e, por conseguinte, controlavam seu uso, daí o fato de tantos açudes serem privados como expõe monte, 2005.

Embora a participação percentual da construção de açudes públicos e privados tenha diminuído em relação a praticamente todos os outros estados, quando foram construídos apenas 9,7% dos açudes públicos do Estado, o número de açudes construídos (seis) se manteve próximo à maioria dos Estados. O mesmo não pode ser dito, quando se considera o número de açudes privados, pois o Ceará foi dos estados nordestinos, que mais construiu esse tipo de açude 81 no total. (MONTE, 2005, p.163).

Em virtude de tantos açudes serem construídos dentro de propriedades privadas, se apresenta como um fator limitante a permanência do pequeno camponês no campo, pois estando em área particular a água do açude só pode ser utilizada com autorização do proprietário (latifundiário) e quando essa autorização não chega, o camponês, sem acesso à água, foge por medo de morrer de sede ou de fome, mas não por falta de água, mas devido o acesso ser controlado seja pelo Estado, seja por fazendeiros que tiveram o privilégio de possuírem dentro de suas propriedades e, portanto cercado um açude que possa garantir a sobrevivência de uns poucos em períodos de seca.

Nesse sentido, (Lima & Botão, 2006, p.48) coloca que “daí o acerto da expressão popular: O problema não é a seca, mas a cerca. Cerca que limita as terras e as águas dos açudes, condições de sobrevivência do homem nordestino do sertão”.

Partindo desses pressupostos, atribuir às características naturais as responsabilidades acerca das condições sociais dos sujeitos do campo, seria assumir um posicionamento determinista que não condiz com um Estado que acredita que o uso e o controle das águas por meio da açudagem seja um processo de modernização capaz de por fim a situação de miséria e pobreza em que vive o camponês no Estado do Ceará, observando-se assim que mesmo com o advento da modernização do campo, mantiveram-se as bases oligárquicas e excludentes resultantes de um processo de colonização e notadamente de modernização que não atende de forma equitativa às necessidades de todas as pessoas menos favorecidas, estejam elas no campo ou na cidade.

O Estado do Ceará insere-se no processo de modernização tanto no campo como na cidade a partir da década de 1980, com a inserção no cenário político e econômico, onde acordo com (Monte, 2005, p.88) “um grupo de empresários liderados por Tasso Jereissati, ocupou a cena política cearense projetando o Ceará para o resto do país como estado moderno”.

A modernização do Estado, portanto se encontrava pautada no discurso de por fim aos desmandos das oligarquias agrárias baseadas na legitimação do poder dos coronéis, e no ideário de um novo tempo para o Ceará. Essa ideia de um Estado moderno que já na segunda metade do século XX recebeu como “slogan” de “governo das mudanças”, contudo, essas mudanças não foram suficientes para por fim as heranças deixadas por um processo de colonização sustentado primordialmente na existência do latifúndio e do controle social político e econômico das elites agrárias.

A permanência de um sistema excludente onde os pequenos camponeses continuam excluídos do processo de modernização que se manteve controlada ainda por oligarquias mesmo que com uma lógica diferenciada das oligarquias agrárias, mas mantendo seu caráter notadamente conservador.

Nesse sentido, o conceito de modernização conservadora tem sua gênese em Moore Junior, de acordo com (Tavares & Fiori, 1996, p.23) “esse termo foi adotado para designar o modelo autoritário de desenvolvimento do capitalismo retardatário do século XIX, muito embora, inclua experiências bem sucedidas na Alemanha e no Japão”, contudo, a realidade desses países apresente um contexto histórico social, político e econômico bastante diferenciado.

A esse respeito, Tavares e Fiori expõem que:

Esse sucesso, no entanto, não pode ser explicado apenas por suas raízes autoritárias, presentes ainda hoje, ou pela democratização posterior de suas sociedades. É fundamental que se leve em conta a relação privilegiada dos dois países com os EUA, fruto do enfrentamento Leste-Oeste, e, sobretudo se acentue a eficácia de suas próprias estruturas internas de capitalismo organizado (TAVARES & FIORI, 1996, p.23)

Esse sucesso não ocorre no Brasil, o contrário do que ocorreu na Alemanha e no Japão, o processo de modernização atrelado ao desenvolvimento do capitalismo, encontra-se pautado na modernização conservadora, ou seja, que não gera modificações significativas às bases da sociedade brasileira, resultando inclusive na manutenção do latifúndio, má distribuição de renda e a existência de uma grande parcela da população ainda em situação de

miséria, sobretudo a população do campo, que a cada dia vem sofrendo com o processo de modernização do campo brasileiro iniciada na década de 1970 com a formação dos chamados complexos agrários industriais (CAIs) que não atinge o campo brasileiro como um todo, como afirma Silva, 1996.

Essa é uma característica fundamental da chamada “modernização conservadora” da pecuária em nosso país: do seu caráter excludente, quer se considere o tamanho dos produtores quer se considere a região do país. Os produtores integrados são principalmente os médios e grandes (embora haja pequenos produtores em culturas específicas) e estão nas regiões Centro Oeste, Sudeste e sul, nas regiões Nordeste e Norte, bem como numa parte significativa do Sudeste (nordeste de Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro) a predominância é de pequenos agricultores não integrados ao CAIs. (SILVA, 1996, p. 171).

A implantação dos CAIs, a cada dia vão se articulando mais com os setores industriais e de serviços, tem sido responsável ainda por intensificar o processo de proletarização do campo brasileiro, incluído o Estado do Ceará, sendo essa proletarização por significativo processo de expropriação dos trabalhadores do campo.

É importante ressaltar que o advento da globalização e o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação foram de grande importância para intensificar o processo de modernização do campo, pondo fim as oligarquias tradicionais, porém sem trazer significativos avanços no que concerne a melhoria das condições de vida de grande parte da população que vivia no campo, mantendo-se assim as mesmas estruturas sociais mesmo havendo a inserção de novos autores sociais no campo cearense, como afirma Lima, 2011.

Nesse novo contexto, o Estado é convocado a favorecer maior investimento ao setor industrial, à produção agropecuária, acentuando o papel de base dos serviços modernos para intensificar os fluxos de capital, de mercadorias e de pessoas. É nesse quadro internacional, domiciliado pelo Estado brasileiro, que o Ceará entra com atividades como o turismo, serviços modernos e agricultura voltada à exportação, o que não significa o aniquilamento da oligarquia agrária cearense, mas um aprofundamento da submissão aos ditames imperiais e neoliberais. (LIMA, 2011, p.64).

O processo de modernização do campo ocorrido no Brasil foi responsável pela ocorrência de transformações socioespaciais, sobretudo no que concerne ao nordeste brasileiro incluindo assim o Estado do Ceará, que entra no cenário da modernização do campo principalmente por meio da inserção de políticas públicas baseada principalmente na construção de açudes a serem utilizados para irrigação.

Essa modernização do campo no Ceará apresenta-se sob a lógica do neoliberalismo, onde as grandes empresas, sobretudo as multinacionais e transnacionais adquirem maior autonomia, enquanto o estado que antes se apresentava como gestor desse desenvolvimento passa a ter um papel secundário, onde de acordo com (Lima, 2011, p. 64) “Desestrutura-se a ordem do bem-estar social e soerguem-se as decisões do empresariado”.

São nessas bases que se instala no campo do Estado do Ceará, um processo de modernização conservadora, baseada primordialmente no uso e controle dos recursos hídricos, uma vez que, política de açudagem representa as bases dessa modernização, tendo como pilar de sustentação a inserção do capital estrangeiro reforçando a política neoliberal e aumentando assim a proletarianização do camponês e permanência da exclusão social e da pobreza do camponês cearense.

Um fator importante a ser considerado no uso e controle dos recursos hídricos no processo de modernização no Ceará, é o fato do Estado encontrar-se inserido dentro do que se denominou chamar de Polígono das Secas⁴ porém o termo deixou de ser usado, pois os estudos mostraram que mesmo a rigidez climática sendo constatada havia mecanismos possíveis de amenizar seus efeitos como afirma Sampaio, 1998.

A natureza Rebelde que sempre caracterizou as terras cearenses deve ser reestudada, porque o Estado não pode mudar sua “feição” sem mudar a natureza, aprimorá-la ou enaltecê-la. A natureza não pode ser só seca – “estação do inferno”- é necessário produzir e a mercantilizar o lado alegre, saudável e bonito da natureza no Ceará, (SAMPAIO, 1998, p. 78).

A ideia de Sampaio, 1998, é fortalecida por Macedo, 1996, ao afirmar;

O território cearense, inserido no contexto físico do semi-árido nordestino, apresenta uma série de condições naturais que se exploradas adequadamente, poderão proporcionar resultados positivos dentro da política de convivência com o fenômeno das secas. O primeiro passo é compreender sua natureza, identificar com clareza os diversos elementos que interferem nesta área do planeta, de modo que possa estabelecer soluções mais permanentes. (SAMPAIO, 1998, p. 78 apud MACEDO, 1996, p. 17).

Nesse sentido, as primeiras ações que ocorreram de acordo com Monte, 2005, “ainda no Brasil Imperial, quando em 1932 o governo da província do Ceará, por iniciativa do Padre José Martiniano de Alencar Já fornecia benefícios para construção de açudes

⁴ Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, o Governo Getúlio Vargas Criou o Polígono das Secas, cuja área compreende 936.993 Km², cerca de 51,99% da área do Nordeste (MEDEIROS FILHO & SOUZA, 1998, *apud* MONTE, 2005, p. 161).

particulares” pertencentes ao governo federal com a construção de vários açudes públicos e privados com o objetivo de armazenar água nos períodos mais críticos de estiagem.

Essas intervenções realizadas no governo do Estado do Ceará por meio da construção de açudes ganham ênfase a partir da criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) por meio de Decreto-lei nº 80486, de 28 de setembro de 1945, com o objetivo de conduzir uma política de aproveitamento e utilização das águas através da construção de grandes açudes e obras de irrigação. (Medeiros Filho & Souza, 1988, *apud*, Monte, 2005).

A partir destas intervenções, muitos rios foram perenizados artificialmente para que os problemas gerados pelas secas fossem amenizados, contudo, devido a uma política oligárquica existente no Ceará onde os coronéis faziam valer não só sua força, mas também sua influência política junto aos órgãos públicos, e eram beneficiados pela construção e açudes e perfurações de poços dentro de suas propriedades pondo em cheque a política de combate à seca, a fome e a miséria no Estado do Ceará, que é um dos estados da região nordeste que apresenta o maior número de açudes e ainda assim apresenta problemas com a escassez hídrica devido a má gestão desses recursos hídricos, como mostra (MONTE, 2005).

Desde a criação do IFOCS até 1968 os açudes públicos do Nordeste eram construídos predominantemente dentro das fazendas dos Coronéis, a água acumulada atendia em primeiro aos rebanhos e apaniguados e só posteriormente, por um ato de benevolência é que ficava ao alcance dos camponeses necessitados. (MEDEIROS FILHO, 1998 *apud* MONTE, 2005, p. 162).

As políticas de açudagem implantadas no Estado do Ceará não foram suficientes para transformar as estruturas conservadoras e concentradoras de renda e de terras no Ceará, uma vez que a grande maioria dos açudes era construída dentro das propriedades particulares e serviam como mecanismos de controle da população, sendo estabelecidas assim relações de poder⁵ entre os grandes proprietários e os camponeses.

As medidas de longo prazo, por sua vez, se traduziram na construção de açudes de pequena ou grande magnitude. Os pequenos eram construídos em regime de cooperação com proprietários de grandes fazendas e serviam aos objetivos destes proprietários. Os grandes açudes eram financiados totalmente pelo Governo Federal e se constituíram num esforço de reter às águas. Entretanto, nenhuma destas

⁵ Em seu significado mais geral, a palavra poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos, como a objetos ou a fenômenos naturais. Se entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade. O homem não é só sujeito, mas também objeto do poder social. (BOBBIO, el al, 1998, p. 933)

medidas, seja a curto ou médio prazo, contribuíram para modificar substancialmente o problema. (MONTE, 2005, p. 171).

A ação do governo local para a gestão dos Recursos hídricos se dá por meios da criação de dois órgãos. A Secretária de Recursos Hídricos-SRH criada pela Lei nº. 11.306 de 01 de abril de 1987. Art. 6º À Secretaria de Recursos Hídricos compete: Promover o aproveitamento racional e integrado dos Recursos Hídricos do Estado, coordenar, gerenciar e operacionalizar estudos, pesquisas, projetos, obras produtos e serviços tocantes a Recursos Hídricos e promover a articulação dos órgãos e entidades estaduais do setor com entidades federais e municipais fazendo parte do plano do governo do Estado do Ceará para monitorar e controlar esses recursos hídricos.

Outro órgão criado com a intenção de gerir esses recursos foi a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH, criada por meio da Lei Art. 1º. É criada, de conformidade com o Art. 326 da Constituição do Estado do Ceará, a COGERH, entidade da Administração Pública Indireta dotada de personalidade jurídica própria, que se organizará sob a forma de sociedade anônima, de capital autorizado.

Esse controle tem gerado algumas discussões, pois este, leva entre outras coisas, a dificuldade de acesso a esses recursos por toda população e sim, beneficiando alguns setores da sociedade no Estado do Ceará, tais como o hidroagronegócio e a instalação das grandes indústrias, localizadas próximas ao porto do Pecém no Município de São Gonçalo do Amarante, em detrimento dos pequenos camponeses que necessitam desses recursos hídricos para permanecerem no campo.

No que se refere ao vale do Jaguaribe, o processo de modernização materializa-se a partir a instalação dos projetos de irrigação, notadamente como forma de desenvolver a agricultura, contudo, apresentando contradições em relação às melhorias nas condições de vida dos pequenos camponeses que foram ficando fora desse processo, pois este tem como foco principal a instalação de perímetros irrigados para o desenvolvimento da fruticultura representada pelas grandes empresas do agronegócio com a produção voltada para o mercado externo motivada pelos incentivos do Estado como salienta Lima, et al,2011.

Poderíamos dizer que as classes dominantes estão configuradas nas empresas multinacionais, organizações nacionais, médios e grandes produtores, que são frações diferenciadas de um mesmo estrato, concorrendo para obter maior incentivo do Estado. Por outro lado, os pequenos agricultores camponeses estão configurados na classe dominada ou sob o domínio do Estado e das Empresas (LIMA; VASCONCELOS, FREITAS, 2011, p. 99).

A implantação desses projetos, portanto, estão sujeitos à construção de grandes barragens como no caso da construção do Açude Castanhão, que segundo (Monte, 2005, p.219) “A barragem do Castanhão, considerada o eixo central da política das águas do Estado” assim como a construção de outras barragens como é o caso da barragem do Figueiredo ainda em construção, mas continua seguindo a mesma lógica da construção da Barragem do Castanhão que tem como intuito principal o estabelecimento da fruticultura, beneficiando, sobretudo as grandes empresas do agronegócio.

O açude Castanhão tem múltiplas funcionalidades assim como a barragem do Figueiredo, ainda sobre a construção do Castanhão, Soares, 2002, p. 101. Afirma que:

Nos documentos oficiais sobre o açude público, todavia, duas finalidades são consideradas centrais: o de servir de caixa de passagem para águas de transposição do rio São Francisco e garantir espelho d'água elevado para atender à irrigação fácil das chapadas e tabuleiros da região, principalmente os projetos de irrigação situados no baixo Jaguaribe, como por exemplo o Jaguaribe-Apodi e o Tabuleiro de Russas. (SOARES, 2002, p. 101).

Não há dúvidas, porém que o processo de modernização do Estado do Ceará está pautado principalmente no processo de açudagem e conseqüentemente na construção de grandes barragens para o armazenamento de água que atenderá aos projetos de irrigação, mas também juntamente a isso, ao abastecimento de água para as grandes indústrias instaladas nos complexos portuário e industrial do Pecém. De acordo com (MONTE, 2005, p. 224).

A barragem do Castanhão é considerada pelo Governo do Estado do Ceará como um projeto de usos múltiplos com forte componente de desenvolvimento regional, cuja implementação representa fato de grande repercussão socioeconômico no Estado. Segundo estimativas do governo o açude vai garantir o abastecimento urbano, beneficiando 2.567.000 pessoas na Região Metropolitana de Fortaleza e também do Baixo Jaguaribe, além de assegurar o fornecimento de água para a área de influência do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Terá a dupla função estratégica de assegurar água durante os períodos críticos e conter as enchentes do Baixo Jaguaribe nos anos especialmente chuvosos, funcionando ainda como coração do Sistema de interligação dos rios do Estado do Ceará. (MONTE, 2005, p. 224).

Esse processo de modernização do Estado do Ceará está baseado em uma reestruturação produtiva da agricultura, mas, contudo, deixa de fora o pequeno camponês, notadamente o camponês atingido pela implantação dos grandes projetos hidráulicos que servirão para manter o Estado em um processo de modernização desigual que não beneficia os trabalhadores rurais na sua totalidade e sim uma pequena parcela da elite do campo cearense e mais diretamente as grandes empresas do agronegócio, rompendo assim com uma base econômica marcada principalmente no binômio gado-algodão, mas mantendo uma estrutura fundiária inalterada, caracterizada pela presença do latifúndio.

É contra essa modernização excludente que os camponeses vêm se reunindo em movimentos sociais do campo como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para resistirem e lutarem contra a expropriação que os marginaliza e os força a saírem do campo ou tornarem-se trabalhadores assalariados nas agroindústrias, gerando assim uma significativa mudança nas relações sociais do campo, uma vez que o camponês deixa de possuir sua própria lavoura e passando a ser um trabalhador de carteira assinada.

Os camponeses lutam para viverem de forma mais digna, uma vez que, a partir construção das grandes barragens, muitos camponeses são obrigados a saírem dos lugares que serão alagados pelas águas dos rios que serão barrados. Essa transferência muitas vezes não garante aos camponeses atingidos serem reassentados em lugares que possam garantir condições mínimas de sobrevivência e dignidade para esses trabalhadores rurais que foram obrigados a saírem de suas terras onde produziam o mínimo possível para sobreviver

O processo de modernização do campo no Estado do Ceará, que tem contemplado principalmente por meio da construção de grandes barragens, tem ocorrido de forma excludente e conservadora, sendo nesse sentido, uma forma de manutenção das estruturas agrárias arcaicas, baseadas na grande propriedade, muitas vezes, improdutiva e invés de beneficiar o pequeno camponês, ocorre o oposto, uma apropriação das menores propriedades por parte das maiores propriedades, contribuindo com o aumento das desigualdades já existentes” e dificultando assim, a permanência e o desenvolvimento dos pequenos camponeses de forma mais justa e igualitária no campo do Ceará.

Sendo assim, a modernização do campo e, por conseguinte, da agricultura no Ceará, não contempla a todos os camponeses, havendo com isso uma seleção deste processo beneficiando apenas as parcelas já desenvolvidas, acentuando uma reestruturação produtiva também concentrada, como afirma Elias, 2002.

Isto significa que a modernização da agropecuária privilegiou determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis a uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnica se pela globalização do da produção e do consumo. Desta forma, expandiram-se as relações capitalistas de produção no meio rural, conduzidas de forma extremamente prejudicial à maioria da população rural, à organização do território e do meio ambiente (ELIAS, 2002, p.285).

O processo de modernização do campo no Ceará tem ocorrido de forma a excluir os pequenos camponeses, sobretudo, quando se trata das famílias camponesas reassentadas que na maioria das vezes são esquecidas no se refere ao respeito e a manutenção dos seus direitos.

É necessário entender ainda que o processo de modernização do campo encontra-se diretamente relacionado com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pois, a partir dos diagnósticos por ela desenvolvidos afirmava ser a irrigação a forma de melhorar a produção junto ao semiárido nordestino.

De acordo com (Elias, 2002, p.24) “De um modo geral o processo de modernização da atividade agropecuária nordestina e conseqüentemente, da cearense baseada na irrigação”, porém esta irrigação acompanha o processo de modernização que mantém suas bases excludentes bastante evidentes não foi suficiente para tornar o Ceará um Estado dotado de um desenvolvimento que atendesse satisfatoriamente todas as famílias camponesas.

A implantação dos perímetros irrigados financiado pelo Estado tem sido um exemplo do processo de modernização, contudo, os perímetros irrigados só foram possíveis, mediante a construção de açudes que levam água para as plantações.

No Estado do Ceará, um dos principais perímetros irrigados é Jaguaribe-Apodí, localizado na região Leste do Estado, que recebe água do Açude Castanhão localizado na mesma região, sendo a construção desse açude parte da implantação do projeto do “Governo das mudanças”, vale ressaltar que o projeto de construção do açude é anterior a esse período, pois segundo (Lima, 2006, p.59) “o açude Castanhão foi pensado já em 1911 pelo técnico Roderic Crandall da Inspetoria de obras contra as secas” a construção do Castanhão foi o marco de modernização e conseqüentemente controle das águas no Estado do Ceará, acreditando-se essa construção representaria o fim das secas e o alívio do sofrimento dos camponeses que aguardavam apenas pelo período chuvoso para produzir.

Deve-se considerar que, muito embora, a construção do açude, propagada como a solução para o flagelo das secas no Estado, trouxe consigo uma série de problemas ambientais, econômicos e sociais, sobretudo, porque mesmo representando na visão do Estado um marco no controle das águas e uma reestruturação socioespacial para o Ceará, como é comum em todas as grandes obras hídricas no Brasil, não se levou em consideração, sobretudo os pequenos camponeses que viram suas terras serem alagadas sem que pudessem receber assistência adequada, seja nas indenizações, seja no processo de reassentamento, seja ainda no que se refere ao uso das águas do açude, uma vez que o mesmo, embora tenha como objetivo fins múltiplos, tem como prioridade levar água para os perímetros irrigados do médio e baixo Jaguaribe.

Nesse sentido, a construção do Castanhão que deveria representar um marco da modernização do campo cearense e significar de certa maneira, a emancipação dos camponeses frente aos problemas de miséria e pobreza até então justificados pela rigidez climática, representou a manutenção de estruturas conservadoras e perversas para com os pequenos camponeses que ficaram as margens do processo de modernização que se deu de forma seletiva e excludente. A esse respeito, (Soares, 2002, p.99) afirma que “Entretanto essa modernização teve um viés conservador, porque mesmo diante das transformações, resguardou e preservou e até mesmo reforçou a estrutura agrícola local”.

Observa-se, portanto que a modernização do campo no Ceará por meio do uso e controle dos recursos hídricos, mais precisamente por meio da política de açudagem, foi de grande importância para a instalação dos Complexos Agroindustriais- CAIs e conseqüentemente para produção de commodities, uma vez que, a produção desses produtos está direcionada para abastecer o mercado externo. Essa produção notadamente encontra-se respaldada por meio de um modelo de irrigação que privilegia as agroindústrias, a esse respeito, Elias, 2002, expõe:

O novo modelo de Irrigação baseia-se no incremento da iniciativa privada nos perímetros irrigados, através do acréscimo do número de lotes destinados às empresas agrícolas e agroindustriais, buscando a expansão de cadeias produtivas e conferindo-lhes competitividade no mercado nacional e, principalmente, internacional. (ELIAS, 2002, p. 305-306).

Vale ressaltar, que a instalação dos novos Modelos de Irrigação se faz mediante a participação de várias instituições ligadas ao governo, mesmo que os benefícios sejam direcionados para a iniciativa privada e não beneficie diretamente a sociedade cearense, exceto, quando da necessidade do camponês em se tornar trabalhador assalariado por não conseguir burlar a concorrência com as grandes empresas estrangeiras.

Nesse sentido, a implantação desses novos modelos de irrigação só se tornam possíveis mediante o uso e o controle dos recursos hídricos, sobretudo relacionados à construção de grandes açudes, o que vem sendo a política mais recorrente dos governos do Estado do Ceará nas últimas décadas.

De acordo com a Secretária de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, existem hoje cerca de 245 açudes construídos em todo o Estado, mesmo com essa grande quantidade de açudes construídos ainda se observa que ainda há uma grande parcela da população do campo que não tem acesso a essa água que por definição legal é de domínio público.

Neste sentido, não pode se afirmar que o processo de modernização do campo relacionado à construção de grandes açudes, teve por finalidade amenizar a falta de água em vários municípios do Estado, sobretudo quando se considera a necessidade de forma anual; após a quadra chuvosa no Estado que vai de Fevereiro a Maio, logo em seguida surge a necessidade de distribuição de água por meio de carros pipas, sendo essa distribuição na maioria das vezes de responsabilidade do Governo Federal por meio do Exército Brasileiro.

Portanto, se o processo de modernização do campo no Ceará tivesse realmente a finalidade de fazer com que os pequenos camponeses passassem a produzir de forma a libertar-se da dependência do Estado a fim de tornarem-se autônomos na sua produção e que dela pudessem sobreviver sem a necessidade de políticas assistencialistas que de certa forma é o que tem mantido o trabalhador rural no campo, pois na maioria das vezes os resultados dessa modernização têm se mostrado altamente seletivos e excludentes e não chegam de forma satisfatória aos pequenos camponeses, e sendo estes, assentados e reassentados o processo de exclusão desta modernidade é ainda mais acentuado.

Capítulo 4

A BARRAGEM DO FIGUEIRADO, O MAB E O ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, TERRITÓRIO DE SOBREVIVÊNCIA E LUTA PELA PERMANÊNCIA NO CAMPO.



Ruínas do Assentamento Boa Esperança e a construção da Barragem do Figueiredo – Fonte: SOUSA, 2013.

O território é uma das categorias de análise da Geografia que tem sido bastante discutida na atualidade, chegando a ser como afirma Fernandes, (2009, p. 198) “*fashion concept*”, contudo, outras áreas tem discutido bastante esse conceito; é interessante observarmos que desde o início da sistematização da Geografia como Ciência, no século XIX, já havia uma preocupação a respeito do conceito de território quando Ratzel coloca o território como significado de solo, Estado nação, através do método positivista, como afirma Saquet, 2007.

Ratzel (1990) fundamentara sua análise geográfica nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas: observação, descrição, comparação e classificação, compreendendo a Antropogeografia como uma ciência comparada. Por isso, naturaliza o povo e o território, ligando-o ao Estado-Nação. O solo é o elemento fundamental do Estado e sua unidade, condicionando, entre outros fatores, o crescimento espacial dos Estados. Em Ratzel (1990 e 1990a), o território, ora aparece como sinônimo de ambiente, ora como solo, ora como Estado-Nação. (RATZEL,1990 apud SAQUET, 2007).

Várias ciências tem trabalhado o conceito de território: a Geografia, Sociologia, Filosofia, Economia, Arquitetura, entre outras. Gottmann (1973), com a primeira grande obra escrita especificamente sobre o tema do território e da territorialidade, afirma ainda que o conceito de território vem evoluindo desde a antiguidade em virtude da natureza da soberania, esse território seria organizado historicamente por agentes humanos, política, jurídica e economicamente, logo o território tem um caráter *concreto, material* e político-ideológico.

Vagaggini e Dematteis, (1976), traz contribuições sobre os caminhos metodológicos na Geografia Moderna tomando por base o materialismo histórico e dialético, Raffestin por meio do conceito de poder trabalhado na Geografia Política, apresenta reflexões acerca do território e da territorialidade (1980/1981/1993), Quaini (2003 e 2005), trabalha aspectos intimamente ligados aos processos históricos. Haesbaert (2004), ao refletir sobre o mito da desterritorialização, aborda diferentes interpretações do conceito de território, dividindo-as em perspectivas materialistas, idealistas e uma integradora.

Saquet (2004) conceitua e também procura entender a formação dos diferentes territórios, e conseqüentemente suas diversas territorialidades, uma vez, que esses territórios são construídos como afirma (SOUSA, 2005, p.96) “O território um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, e essa relação de poder existente no território aparece primordialmente na implantação de políticas públicas e privadas em que prevalecem as relações de poder. Santos, 2002, conceitua território da seguinte forma:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. A Geografia é capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. (SANTOS, 2002 apud FERNANDES, 2009)

Nesse sentido, o território surge a partir destas relações de poder; as conflitualidades características das disputas territoriais sejam elas no campo como no caso das disputas para permanecerem no campo, como por exemplo, no Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB, sendo assim o território, construídos a partir das relações sociais conflituosas, perde o seu caráter de território de governanças e passa a ser compreendido também como afirma FERNANDES, op cit, “pela diferencialidade pode ser utilizado para compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas dos territórios”.

Resistir às expropriações para permanecer na terra como ocorre com o MAB, não se apresenta apenas em uma única dimensão, ou seja, não é a terra pela terra, e sim um contexto mais simbólico, uma vez que a terra significa para o camponês mais que somente lócus de moradia, mas espaço de produção e reprodução das relações sociais que vão desde a plantação do roçado até a forma como o camponês fala, anda, e veste-se, logo podemos dizer que o território se apresenta por meio de várias dimensões.

A luta do MAB e dos camponeses atingidos é para permanecer na terra e manter seus territórios tem sido também uma luta para resistir ao processo de inclusão do capital no campo, inclusão esta que se estabelece sob a égide do desenvolvimento econômico, porém, esse desenvolvimento defende os interesses de uma classe dominante em detrimento dos interesses dos pequenos camponeses que lutam por terra, mas também por vida, neste contexto, Fernandes, 2008, coloca:

Pensar o território nesta conjuntura deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas. Nestas condições temos três tipos de paisagens: A do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivíssimo para exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo frequente povoamento, policultura e produção diversificada de alimento – principalmente- para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo Agronegócio que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalterno de controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses. (FERNANDES, 2008, p.296).

Todo esse processo de apropriação dos territórios camponeses pelo capital, principalmente no que se refere à construção de barragens para projetos de irrigação dos polos agroindustriais, leva ao camponês a necessidade de construir novos territórios, uma vez que ao serem retirados de suas terras para dar lugar à barragem, muitas vezes são reassentados em áreas em que a manutenção de seus territórios materiais e imateriais torna-se mais difícil, gerando assim as resistências que o MAB tem realizado juntos aos camponeses atingidos pela construção dessas barragens.

O território apresenta-se como produto concreto nas relações sociais de produção, nesse sentido, (Oliveira, 2009 apud Cleps Junior, 2010) “desta forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território”.

Os camponeses, não ficaram inertes as transformações que ocorreram no campo que deram uma nova configuração ao território passando a gerar as conflitualidades, e principalmente as disputas por territórios, essas disputas se dão na grande maioria por meio de ocupações, reintegração de posse, uso capião e regularização fundiária, envolvendo os diversos sujeitos sociais do campo, atingidos, posseiros, grileiros, indígenas.

Assim, o Assentamento Boa Esperança, se apresenta para as famílias camponesas como locus da materialização da existência humana, englobando suas relações, suas disputas e primordialmente a luta pela manutenção de territórios e suas territorialidades, mantendo assim seus costumes, suas identidades e principalmente o necessário para a existência dessas relações sociais, a terra.

4.1. O Movimento dos Atingidos Por Barragem-MAB

O MAB é o movimento dos Atingidos por Barragem e surge no Brasil no contexto do processo de construção das barragens para geração de energia hidrelétrica, sobretudo a partir da década de 1950, quando o país dá início ao acelerado processo de desenvolvimento econômico, contudo é necessário compreendermos as bases desse movimento a partir do conceito de atingidos que vem ao longo do processo de construção de barragens com diferentes finalidades, uma vez que atualmente nem todas as barragens tem por finalidade exclusivamente a geração de energia elétrica.

Os primeiros passos da organização dos atingidos por barragens teve início ainda no final da década de 70, na ditadura militar, período em que ocorreu a retirada forçada de direitos civis e políticos. Ao mesmo tempo em que a ditadura restringia os direitos, a indignação contra o regime fez com que surgissem várias formas de organização e luta. É neste período que também surgem várias forças importantes de trabalhadores como o Movimento Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT).

Outra grande relevância para fundação e formação do MAB, foi à criação da Comissão Regional de Atingidos por Barragem (CRAB) na Bacia do Rio Uruguai ainda na década de 1970, como afirma WARREN & REIS.

A Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil) teve que enfrentar, na Bacia do Uruguai, logo que veio a público o inventário hidroenergético dessa Bacia em outubro e novembro de 1979, uma forte reação das populações locais, cerca de noventa por cento de agricultores familiares [...] Em dezembro desse mesmo ano, por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi realizada a primeira reunião na sede do município de Chapecó para discutir a problemática em questão. (WARREN & REIS, 2008, p.66).

A participação dos setores mais progressistas da Igreja Católica, sobretudo representada pelos segmentos ligados a Teologia da Libertação (TL), com uma importância maior para as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), setores ligados a Igreja Luterana (protestante). Ainda, segundo FOCHIERA, (2009, p.31) “é importante destacar a participação de alguns professores universitários identificados com as lutas populares que colaboraram na organização e na formação da matriz discursiva dos atingidos”.

Acerca da participação das igrejas e de sua importância junto aos movimentos sociais do campo, sobretudo quando da construção de Itaipu, GERMANI, 2003, afirma:

O trabalho que estas igrejas começaram a desenvolver correspondia à emergência na América Latina de uma igreja popular, mais comprometida com os pobres e oprimidos e preocupada também com os problemas da terra. A ação destes religiosos fez com que as capelas se transformassem também num lugar de reflexão e discussão de seus problemas. Era o novo sentido da evangelização (GERMANI, 2003, p. 73).

Observa-se, portanto que houve um trabalho conjunto das igrejas católicas mais precisamente as CEB's e Protestantes, representada pela Igreja Evangélica de Confissão

Luterana no Brasil (IECLB), papel importante na conscientização dos trabalhadores atingidos pelas construções dessas grandes barragens que tem como finalidade a expansão do capital e não a melhoria nas condições de vida das populações atingidas.

Acerca da participação dos atingidos nas mobilizações de enfrentamento e resistência aos grandes projetos de construção de barragens, sobretudo os do Alto Uruguai, SCHERER-WERREN & REIS, 2008, expõe que:

Outro aspecto que merece ser registrado é a possibilidade oferecida aos agricultores do Alto Uruguai, a partir deste primeiro evento, de entrar em contato com as experiências vivenciadas por outros produtores rurais quanto à implantação de Hidrelétricas. (SCHERER-WERREN & REIS, 2008, p.67)

Um bom exemplo dessa participação dos trabalhadores rurais foi o surgimento do Movimento Justiça e Terra, formado a partir da construção da barragem de Itaipu na década de 1980, quando os atingidos pela construção dessa barragem, encontravam-se insatisfeitos com a Itaipu e também com o INCRA, que não apresentavam uma proposta final aos trabalhadores e as responsabilidades eram, ora passadas para a Itaipu, ora para o INCRA. “E continuava o jogo de “empurra-empurra”: Itaipu não indenizava porque o INCRA não fornecia os títulos; e o INCRA dizia que não fornecia os títulos porque a Itaipu não fornecia as plantas topográficas”. (GERMANI, 2003, p.114) e no meio desse jogo fica o trabalhador sem ter a certeza do futuro.

Os trabalhadores tinham clareza de que era necessário se organizarem para que seus direitos fossem respeitados, surgindo assim o Movimento Justiça e Terra como forma de pressionar os órgãos envolvidos a cumprirem os acordos firmados, como afirma GERMANI, 2003.

Eles sabiam que não iam manter esta ânsia de justiça entre quatro paredes e, para as consequências serem favoráveis, seria bom que explodisse de forma organizada. Mas era preciso explodir, mostrar para o mundo o que estava custando para eles a construção da maior usina hidrelétrica do mundo. A pressão era a única forma que sensibilizaria os poderosos da Itaipu. (GERMANI, 2003, p.114).

Nesse sentido, foi por meio das mobilizações dos trabalhadores rurais juntos aos setores ligados a Igreja Católica, a Igreja Luterana e a formação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragem que, por meio da formação de comissões regionais com funções de coordenar a formação de outras comissões, surge o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

A partir do MAB, surge também a concepção de atingidos por barragem o que caracterizam esses trabalhadores e trabalhadores rurais que veem suas vidas serem transformadas por conta da construção das grandes barragens financiadas, sobretudo pelo Estado com finalidades diversas e nem são a de amenizar as dificuldades enfrentadas pelos camponeses principalmente no Nordeste brasileiro onde o Estado usa as características climáticas para justificar entre outras coisas a ausência de políticas públicas que assista de forma adequada todos os sujeitos do Campo.

Nesse sentido, VAINER, 2008, nos mostra os vários conceitos de atingidos que varia de acordo com a concepção defendida, que passam a ser observadas a partir do momento em que se começa a considerar a existência de impactos de ordem social e ambiental, pois predominava uma perspectiva territorial-patrimonialista pautadas em indenizações apenas para os proprietários, ficando fora os demais sujeitos sociais do campo como os posseiros, meeiros, arrendatários e os moradores de condição.

É por meio da criação de uma legislação ambiental mais específica que aponta regras para os licenciamentos acerca dessas obras e a movimentos remanescentes da construção de outras barragens como no caso dos movimentos, Justiça e Terra na Barragem de Itaipu na década de 1980, onde os camponeses atingidos lutavam pelo direito a indenizações justas, pois estavam pagando a eles apenas benfeitorias e benefícios, enquanto aos proprietários, as indenizações pelas terras eram bastante consideráveis como mostra GERMANI, 2003.

Os posseiros só estavam recebendo pelas benfeitorias e benefícios, para os proprietários pagava 105 mil cruzeiros o alqueire para terras que em função de boa safra, poderiam ser vendidas até 300 mil cruzeiros o alqueire. Havia algo mais em comum aos expropriados do que a angústia a incerteza e o desespero: era o forte sentimento de que tinham direitos que não estavam sendo observados. E o sentimento de que mereciam e iam exigir justiça e terra. (GERMANI, 2003, p. 114)

Outros movimentos semelhantes foram observados em outros momentos como no caso do Alto Uruguai e em Itaparica e em várias outras regiões onde os processos de construção de barragens se intensificaram e tiveram problemas semelhantes em que envolvem os atingidos. É necessário ressaltar como afirma (FOSCHIERA, 2009, p. 135) “A organização dos atingidos por barragens, em cada uma delas e/ou em sua região, tem suas especificidades, além de pontos comuns com o que ocorrem outras barragens e/ou regiões”.

Essa concepção acerca dos atingidos vai variar com os mais diversos interesses envolvidos, sobretudo quando diz respeito a fatores econômicos, nesse sentido, VAINER, 2008, coloca que:

Embora o termo apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de *atingido* diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação de direitos e de seus detentores. (VAINER, 2008, p.40)

Outra concepção para atingidos apresentada por VAINER, 2008, é a concepção hídrica, onde o atingido é o inundado, pois é nela em que os sujeitos sociais do campo, ou seja, os ocupantes, posseiros, meeiros encontram-se na área a ser inundada, sendo necessária a sua remoção, onde o autor classifica como deslocamento compulsório, enquanto o Banco Mundial classifica de forma suavizada como Reassentamento involuntário.

De acordo com International Finance Corporation-IFC (2001)

Os reassentamentos involuntários devem ser evitados, contudo quando o reassentamento involuntário for inevitável, todas as pessoas afetadas por ela devem ser compensadas, plena e justamente por bens perdidos. O reassentamento involuntário deve ser concebido como uma oportunidade para melhorar os meios de vida das pessoas afetadas e realizadas em conformidade. Todas as pessoas afetadas pelo reassentamento involuntário devem ser consultadas e envolvidas no planejamento de reassentamento para garantir que a mitigação dos efeitos adversos, bem como os benefícios da reinstalação sejam adequadas e sustentáveis. (IFC, 2001)

Fica evidente que a concepção hídrica não leva em consideração, portanto, as pessoas que mesmo não estando dentro perímetro do lago, bem como em qualquer outra área da implantação do projeto, sendo ela não considerada atingida, e não sendo necessários processos indenizatórios a essas populações, que nas palavras de (SIGAUD, 1989, p.107 *apud* VAINER, 2008) “a população aparece como um problema, um obstáculo a ser removido para liberar área” gerando um total desrespeito junto às populações que de alguma forma foram atingidos por essas grandes construções, pois nessas concepções o que realmente se apresenta como relevante não é a população atingida e sim as grandes empresas que construirão e controlarão a obra.

Outras concepções que se referem aos atingidos também podem ser levadas em consideração, como no caso das agências multilaterais, que eleva em consideração o deslocamento em duas variáveis; o deslocamento físico e deslocamento econômico.

Conforme VAINER, 2008, afirma acerca do deslocamento físico e econômico:

O deslocamento físico não se restringe ao resultante da inundação, mas inclui aquele proveniente da perda de acesso aos recursos produtivos. Por exemplo, pescadores que perdem ou vêem reduzida à possibilidade de pescar, agricultores que deixam de ter acesso à agricultura de vazante, são visto agora na condição de deslocado econômico. O deslocamento econômico é aquele resultante da interrupção de atividades econômicas, mesmo sem qualquer conotação físico-territorial. (VAINER, 2008, p.47).

Outro conceito de atingido que pouco aparece nas questões relevantes à construção das barragens diz respeito às populações atingidas pela construção de barragens, porém se localizam a jusante da barragem, ou seja, são os atingidos que estão localizados nas margens do rio após a construção da barragem, ficando essa população sujeitas, portanto as condições de vazão da água ser liberada pelas comportas da barragem.

Ainda nesse sentido, VAINER, (op cit), partindo do relatório da Comissão Mundial de Barragens-CMB (World Commission on Dams) enfatiza que os problemas decorrentes por conta da construção de barragens “provoca não apenas rupturas na economia local como desloca as populações, em sentido mais amplo do acesso a recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida”.

A partir dos vários conceitos de atingidos pela construção de barragens que o MAB, vem por meio de suas lideranças e com a participação de trabalhadoras e trabalhadores afetados por essas grandes obras que eles vêm lutando para serem não só reconhecidos como atingidos, mas também, terem seus direitos respeitados levando-se em consideração, sobretudo o Plano de Ação de Reassentamento (Resettlement Action Plan - RAP) em que de acordo com orientações da International Finance Corporation - IFC, ligada ao Banco Mundial, a entidade responsável pela obra específica os procedimentos que ele vai seguir e as ações que ele vai tomar para mitigar os efeitos adversos, compensar as perdas e proporcionar benefícios para o desenvolvimento das pessoas e comunidades afetadas por um projeto de investimento.

Nesse sentido o MAB, 2010 coloca que:

É direitos de toda população atingida por barragem, para mulheres e homens em condição de igualdade, ser identificada e reconhecida com base no conceito de “atingido” formulado e constante no relatório da Comissão Especial os “Atingidos” por Barragens aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos Humano. (MAB, 2010).

Vários são os conceitos relacionados aos atingidos pela construção de barragens, essas que expropriam e prejudicam as populações que serão atingidas de forma direta pelo lago da barragem como as que serão atingidas por conta do projeto, pois as populações no entorno, sobretudo as que se encontram a jusante de barragens terão acentuadas mudanças no seu modo de vida, seja no que se refere a questões econômicas como nas questões sociais, políticas, culturais que afetam de forma drástica o modo de vidas dessas populações.

Contudo, a luta do MAB, é para que além de serem reconhecidos como atingidos, tenham também seus direitos respeitados e garantidos, para que possam ter uma vida plena no local onde serão reassentados, o que não vem acontecendo no Brasil no que se refere às grandes barragens, seja para produção de energia hidrelétrica, seja para implantação de projetos de irrigação dos setores agroindustriais de grande porte, bem como, garantir o abastecimento para as grandes indústrias como é o caso da barragem do Figueiredo.

O MAB se define como um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político ou grau de instrução. O MAB se organiza em defesa dos interesses das populações atingidas pelo sistema de geração, distribuição e venda da energia e para a construção de um novo modelo energético que esteja a serviço do povo brasileiro, por meio de muita resistência, lutas e conquistas. Essa tem sido a história de organização dos atingidos por barragens no Brasil. São 20 anos de movimento nacional em defesa dos direitos dos atingidos e atingidas em defesa da água e da energia e pela construção de um Projeto Popular para o país.

Atualmente, o Movimento dos Atingidos por Barragens está organizado em 17 Estados, nas 05 regiões geográficas, para o MAB, uma participação organizada é de grande importância para evitar que os participantes do movimento possam se transformar em “massas de manobra” resultante de uma organização superficial. Nesse sentido, A organização do MAB serve para reunir (juntar os oprimidos); para esclarecer (clarear a mente); para despertar (alertar as pessoas); e para, através da dessa força, lutar por justiça e igualdade para com os “atingidos”.

Quanto a participar do Movimento, podem participar do MAB, dos grupos de base, todas as famílias ameaçadas ou atingidas de forma direta ou indiretamente por barragens. Na prática, isso significa organizar todos aqueles que moram nas comunidades atingidas e estão dispostos a lutar. Participam dos grupos, não só as famílias que possuem terras nas

comunidades, mas também aquelas que de alguma forma dependem economicamente da comunidade atingida para viver ou do próprio rio, ou seja, os arrendatários, os posseiros, os pescadores, os meeiros, os parceiros, os agregados, os trabalhadores rurais sem-terra, entre outros.

No Ceará, a organização e luta do MAB, é mais recente, precisamente com o Segundo Encontro Regional de Atingidos por Barragens na cidade de Iguatu região centro-sul do Estado e na Assembleia dos Atingidos ocorrida na cidade de Limoeiro do Norte, localizada na região Jaguaribana, leste do Estado. (MONTE, 2005).

Essas reuniões e encontros de lideranças dentro e fora do Estado do Ceará foram determinantes para a constituição do movimento no Ceará. As mobilizações se deram principalmente em virtude do descontentamento em relação à construção da barragem do Castanhão, como mostra MONTE, 2005, ao entrevistar uma das lideranças do MAB.

No início do Castanhão, da construção, da discussão, não tinha planejamento para os atingidos da zona rural como um todo, eu participei algumas vezes de debates[...], em Fortaleza, nas audiências públicas que se faziam. Algumas pessoas aqui de Jaguaribara participavam, políticos, instituições religiosas, mas quando chegavam aqui não faziam a socialização do debate com a comunidade, com o povo. Alguns políticos aqui diziam que era contra a construção da Barragem e lá nas discussões com os técnicos eram a favor, ai foram empurrando assim com a barriga, até que em dado momento a gente foi se dando que precisava organizar. (depoimento de um dos fundadores do MAB) (MONTE, 2005, p. 297).

Foi por conta das insatisfações com a forma que estava se dando a implantação dos projetos de construção das barragens, uma vez que a população se mantinha desinformada sobre a forma como eles seriam atingidos, bem como, em que condições ficariam após a barragem construída que se deu início o MAB no Ceará.

A partir dessa organização e também tomando conhecimento do Movimento no restante do país em que havia organização do MAB, que as lideranças passaram a mobilizar as pessoas atingidas pela construção da Barragem do Castanhão e a questionarem diversas coisas tais como: áreas que seriam alagadas, onde seriam instaladas as famílias residentes na zona rural, se os reassentamentos estariam de ofereciam as mesmas ou melhores condições de vida para camponeses, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais e principalmente culturais como preconiza a Comissão Mundial de Barragem.

Essa formação do MAB, no Ceará, a partir da construção da Barragem do Castanhão, foi de grande importância para constituir junto aos atingidos pela construção da Barragem do

Figueiredo, um processo de resistência e luta pela manutenção e garantia de que os direitos desses atingidos fossem respeitados de forma a se amenizar os efeitos negativos, tanto ambientais, como sociais a essas pessoas.

É importante identificar que a luta do MAB no Ceará apresenta uma conjuntura diferenciada do que apresenta no restante do Brasil, pois como observado anteriormente, as mobilizações que deram origem ao Movimento tinham como propósito se repensar o processo e os efeitos da construção das grandes barragens que tinham como objetivo primordial a construção de Usinas hidrelétricas (UHE), pautadas no discurso do desenvolvimento iniciado na década de 1950.

Enquanto no Ceará a temática não está necessariamente ligada ao processo de construção de UHE, e sim a construção de barragem como forma de armazenamento de água cuja sua utilização estará voltada principalmente para agricultura irrigada e nesse sentido, voltada para Agroindústria mais precisamente para o agronegócio, termo que no caso do Ceará pode ser usando como hidroagronegócio, uma vez que, a introdução do capital no campo na região Nordeste se deu com base na implantação da agricultura irrigada oriunda do processo de construção de Barragens.

É o hidroagronegócio baseado na modernização da agricultura, com uma modernização excludente que mantém suas estruturas focadas na monocultura e na produção voltada para o mercado externo e na presença do latifúndio que expropria o agricultor do campo por não apresentar condições de concorrer com uma agricultura irrigada e altamente mecanizada com elevados índices de produtividade, e que usa de processos de irrigação nos quais o pequeno produtor não tem acesso.

Para Mendonça & Mesquita, 2007.

Sem que se tenha compreendido adequadamente o agronegócio, eis que surge o hidronegócio, avassalador, associando a falácia da produção de energia com água disponível para os irrigantes (empresários rurais), atendendo os anseios do capital construtor/barrageiro transnacional vinculado às indústrias eletro-intensivas. (MENDONÇA & MESQUITA, 2007. P. 17).

Tem sido contra um projeto de desenvolvimento mantido por meio do uso intenso dos recursos hídricos, de agrotóxicos e da expropriação dos pequenos trabalhadores rurais do campo por conta dos megaprojetos de construção de barragens que o MAB ao longo da última

metade do século XX e início do século XXI, tem se organizado no Brasil todo de forma a amenizar os problemas enfrentados pelos camponeses atingidos por barragem.

A construção do açude Castanhão foram os primeiros vestígios de organização do MAB no Estado do Ceará, o que permitiu mobilizações frente à construção da barragem do Figueiredo onde vários camponeses foram atingidos e reclamam da falta de assistência junto às famílias atingidas, sobretudo residentes no assentamento Boa Esperança.

De acordo com lideranças regionais do MAB fez-se necessário as intervenções do movimento na região de Construção da Barragem do Figueiredo em virtude de acordos previamente realizado junto aos camponeses que seriam atingidos, como no caso do termo de ajuste de conduta anteriormente não terem sido respeitados.

O MAB tem estado à frente de várias manifestações que foram feitas no local, entre elas foram realizadas ocupações no canteiro de obras, bem como ocupações na sede do INCRA e do DNOCS a fim de exigir que os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras atingidos pela construção da barragem do Figueiredo fossem respeitados.

Ainda de acordo com lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens no Ceará, eles não são contra a construção das barragens em si, porém discordam do uso dado às barragens que não tem a finalidade dada a essas águas, que no caso do Ceará, não tem a finalidade de amenizar os problemas causados pelas secas, gerando, portanto uma série de conflitos e resistências.

O papel do MAB no Ceará juntamente com lideranças nacionais tem sido de grande relevância para que os direitos dos trabalhadores atingidos pela construção da Barragem do Figueiredo tais como acesso a água, a indenizações justas e a um reassentamento que esteja dentro das normas de estabelecidas por órgãos internacionais como a Comissão Mundial de Barragens (CMB).

Tem sido presença marcante nas construções das grandes obras hídricas pelo Brasil, a existência de conflitos gerados, sobretudo quando os direitos do atingidos não são respeitados, observa-se isso desde a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaipu e foi se seguindo as demais construções de barragens sejam elas para fim de geração de energia elétrica, seja para fins múltiplos incluindo a irrigação.

De acordo com lideranças do MAB, as resistências junto aos processos de construção de barragens sejam para fins de geração de energia, seja para fins de irrigação e abastecimento

humano é necessário para que os acordos assumidos entre as concessionárias, os Estados e os atingidos por essas construções sejam respeitados na sua íntegra para que esses atingidos possam ser tratados com dignidade e respeito como exigem os órgãos reguladores destas grandes obras que desalojam um grande número de famílias que muitas vezes não tem seus direitos respeitados, sendo reassentados de forma inadequada como acontece constantemente no Brasil.

É importante ressaltar que as ações do MAB, junto aos atingidos recebem a colaboração de vários setores da igreja, principalmente os mais ligados a uma linha mais liberal como no caso da CPT, das CEBES, e outros movimentos sociais como o MST, que contribuem para que os camponeses tenham acesso a terra e a água que lhes garante a sobrevivência.

4.2. A Construção da Barragem do Figueiredo na Bacia Hidrográfica do Rio Jaguaribe.

De acordo com o consórcio COBA/VBA, e os órgãos públicos envolvidos na Construção como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); a Secretária de Recursos Hídricos (SRH) e Instituto de Desenvolvimento agrário do Ceará (IDACE), a Barragem Figueiredo constitui-se como um importante elemento da infraestrutura hídrica da Bacia do Médio Jaguaribe, sendo fundamental na ampliação da oferta hídrica para o consumo humano e irrigação no estado do Ceará.

Construída no rio Figueiredo afluente da margem direita do rio Jaguaribe no Estado do Ceará, Brasil, de acordo com o DNOCS, a barragem encontra-se localizada próxima da sede do município de Alto Santo, mas ocupa áreas dos municípios Iracema e Potiretama na bacia do rio Jaguaribe no estado do Ceará, criando um grande reservatório cuja função será a satisfação das demandas de água para região uma vez que a mesma terá fins múltiplos, semelhantes ao açude Castanhão localizado na mesma bacia hidrográfica.

Esta Barragem cuja função principal será a satisfação das necessidades de água para consumo humano e industrial na região em que ela está inserida, designadamente dos municípios de Alto Santo, Ererê, Iracema, Pereiro e Potiretama, possibilitando também a irrigação do vale a jusante e o reforço dos projetos de irrigação previstos no baixo Jaguaribe.

Para além dos objetivos principais de abastecimento público e industrial e de irrigação, a barragem permitirá o desenvolvimento de atividades associadas ao turismo e piscicultura, bem como direcionar água para Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Devido apresentar usos múltiplos e, ainda de acordo com os órgãos responsáveis pela sua construção, a Barragem do Figueiredo trará benefícios a no mínimo seis setores distintos, o primeiro já explícito a cima, pois sua função será o consumo humano dos municípios circunvizinhos, pois de acordo com o projeto esta barragem terá beneficiado no ano de 2030 uma população urbana estimada na ordem de 61.342 habitantes, segundo o projeto original a Barragem permitirá ainda, o abastecimento da população ribeirinha situada a jusante da Barragem, sendo previsto o atendimento de uma demanda humana de 104,6 l/s (litros por segundo) no ano de 2030.

Outro uso dado a Barragem diz respeito à demanda hídrica para as indústrias difusas nos municípios relacionados, perfazendo uma demanda de 20,1 l/s, o terceiro uso previsto no projeto de construção da Barragem faz referência ao desenvolvimento hidroagrícola, possibilitando irrigação intensiva de aproximadamente 8.880 ha, nas regiões da Chapada do Atanásio e do Baixo Jaguaribe⁶.

Outras funções são atribuídas ao açude do Figueiredo, tais como, o controle das enchentes⁷ do no rio Jaguaribe e uso do açude para piscicultura no lago do açude e o sexto objetivo acordado pelos órgãos refere-se ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo e ao lazer das comunidades circunvizinhas.

A criação desta nova reserva de água conjuga-se designadamente com a do Açude do Castanhão, de maior capacidade, sendo prevista a exploração integrada destes dois reservatórios que num contexto regional atenderão às demandas hídricas de uma extensa região, desde o baixo Jaguaribe até à cidade de Fortaleza.

O projeto prevê a construção de uma barragem do tipo enrocamento com núcleo argiloso, e terá uma extensão total de 2.947 metros, com largura de oito metros no coroamento e altura máxima de 43,5 metros.

⁶ O Baixo Jaguaribe localiza-se no Nordeste do Estado do Ceará, prolongando-se até o litoral, com as várzeas se estendendo por quilômetros, onde se implantaram vários núcleos urbanos, (ELIAS, 2002. P. 18)

⁷ De acordo com Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), como construção do Castanhão esses problemas foram relativamente sanados, todavia a bacia do rio Figueiredo desemboca a jusante desse reservatório, não sanados por ele controlada, a sua distribuição aos picos de cheias que atingem o Baixo Jaguaribe só será reduzida com a construção do Açude Figueiredo. (EIA-RIMA, 2003, p.13)

O reservatório também contribuirá para o controle de cheias no Baixo Jaguaribe, evitando ainda, nas grandes enchentes, o impacto das águas do rio Figueiredo na calha do rio Jaguaribe. Para a construção da barragem Figueiredo serão desapropriados 9.631 hectares de terras localizadas no município de Alto Santo, com impactos também sobre comunidades em Iracema e Potiretama.

O acesso à Barragem se dá partindo-se de Fortaleza, o acesso ao local do barramento pode ser feito inicialmente, através de um trecho de 225 km da Rodovia BR-116, até a bifurcação desta com a Rodovia CE-205. A partir desta bifurcação, toma-se a direção sul e se percorre 18 km, pela CE-205, até a Cidade de Alto Santo. Desta cidade, segue-se, margeando o rio Figueiredo, por uma estrada vicinal que dá acesso direto, pela margem direita, ao local do eixo do barramento. Pela margem esquerda e utilizando a CE-205 também se chega ao sítio barrável, havendo, no entanto, que percorrer maior distância.

O projeto da Barragem Figueiredo foi elaborado pelo consórcio COBA/VBA, por sua vez, contemplou o projeto básico detalhado, o plano de reassentamento da população desalojada, o Estudo de Impacto Ambiental-EIA, os planos de Operação e a Manutenção e Avaliação Econômico - Financeira do Projeto, contratado pela Secretária de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

Segundo o DNOCS, a construção da Barragem do Figueiredo é uma aspiração do povo do Vale do Jaguaribe, zona leste do Estado do Ceará que vem a mais de 100 anos, tendo sido inventariado na década de 1950, através de um estudo de reconhecimento de vários boqueirões no vale do Figueiredo.

O contrato nº. PGE-23/2007 de 28 de dezembro de 2007 firmado entre o DNOCS, cnpj-00.043.711/0001-34 e a empresa Galvão Engenharia S/A, cnpj- 01.340.937/0001-79, publicado no DOU nº04, de 07/01/2008 é a decorrência almejada pela Concorrência pública: Nº 002/2006v (Pré- Qualificação) e Nº. 007/2007-DA/L.

De acordo com dados do DNOCS, a contratação é do tipo empreitada por preço global. O valor financeiro inicial de 77.999.968,71. (setenta e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil e novecentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos), que representa o total da proposta da contratada, baseado nos itens e quantitativos e multiplicados pelos respectivos preços propostos.

O valor financeiro foi aditado segundo o Acórdão nº 1717-2009/ TCU, passando para o valor de 77.960,149,74; calculado conforme a publicação do Diário da União de nº 159 de agosto de 2009.

A obra foi novamente aditada em 13.998.825,33, passando o contrato para o valor de R\$ 91.958.957,67; conforme a publicação do Diário da União de nº 211 de 04 de novembro de 2010, com o prazo máximo de execução de 36 meses.

O Açude público Figueiredo, empreendimento pertencente à bacia do “Rio Figueiredo” subsistema do “Rio Jaguaribe” na porção leste do Estado do Ceará, Localizado nos municípios de Alto Santo, Iracema e Potiretama no Estado do Ceará.(ver mapa na pagina 71).

A construção do açude Figueiredo está localizada na mesma região onde segundo o DNOCS encontra-se construído o maior açude para fins múltiplos da América Latina, contudo vale ressaltar que o discurso do Estado com relação à necessidade da construção do açude na bacia hidrográfica do Rio Figueiredo não é o mesmo das comunidades atingidas pela construção da barragem.

Logo, a construção do açude Figueiredo não significa necessariamente que todas as pessoas daquela região terão acesso direto e facilitado a essa água, pois se sabe que a utilização desta água está diretamente relacionada com a demanda exigida pelo hidroagronegócio e também para as grandes indústrias instaladas no estado do Ceará, o que vem sendo questionado pelo Movimento dos Atingidos por Barragem.

O mapa da pagina 74 mostra a localização da barragem do Figueiredo, onde seu lago ficará entre os três municípios que receberá a Barragem, Alto Santo, Iracema e Potiretama.



ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, O MAB
 E A BARRAGEM DO FIGUEIREDO, IRACEMA-CE:
 Territórios, Lutas, Conflitos e Sobrevivência.

AUTOR: Francisco Marcos Xavier de Sousa
 ORIENTADOR: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

Mapa de localização da Barragem do Figueiredo



Legenda:

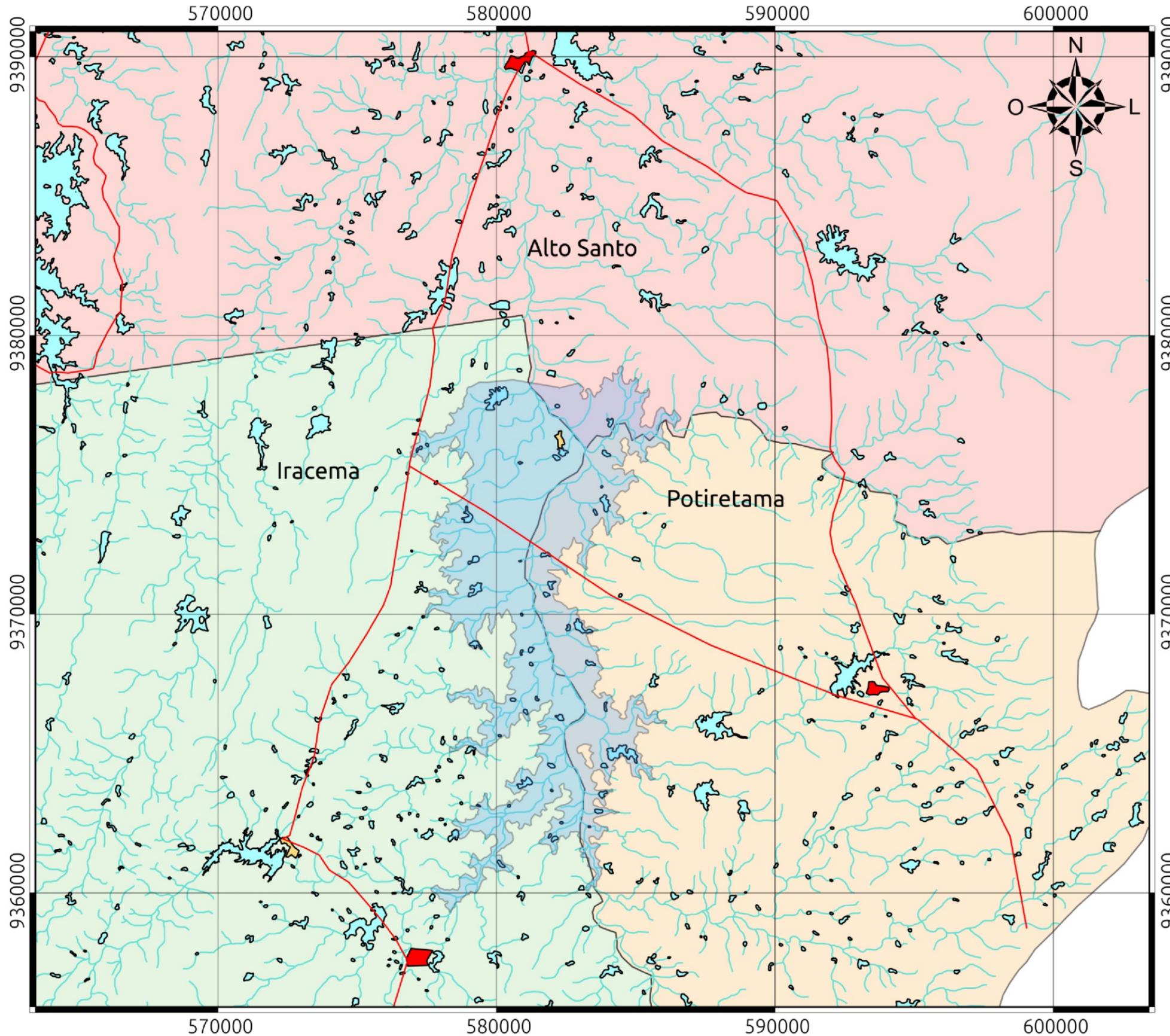
- | | | | |
|--|---------------------|--|-------------|
| | Limites Municipais | | Alto Santo |
| | Sedes Municipais | | Iracema |
| | Sedes Distritais | | Potiretama |
| | Barragem Figueiredo | | Açudes |
| | Rodovias | | Hidrografia |



Sistema de Projeção: Universal Transverso de Mercator
 Datum Geodésico: WGS84 - Zona 24 S

Base de Dados Cartográfico: Mapa Exploratório-Reconhecimento de Solos do Estado do Ceará, SUDENE, 1973. Vetorizado pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME. Disponível em Ceará em Mapas - IPECE

Elaboração: Narcélio de Sá, 2012



Todos os anos nos quais se verificou quadra chuvosa igual ou superior a média histórica; acumular cerca de 520 milhões de m³ de água; propiciar irrigação intensiva de 6.000 hectares, podendo ser 2.000 há, na Chapada do Atanásio e 4.000 na Região do Baixo Jaguaribe.

Essa área de terra é de solos drenáveis, profundos e livres de movimentação de máquinas e são excelentes para agricultura; Abastecimento com suficiência para o consumo humano e industrial de 26.000 habitantes que já reside na região; desenvolvimento da pesca com produção extensiva em torno de 295. 607, 50 kg/ano (2.570,5 ha x 115kg/ha/ano) e intensiva (em gaiola) de 2.956.075,00. kg/ano, importando em um total de 3.251.682,50 kg/ano (8.908,57 kg/dia, Essa produção já tem mercado consumidor e mão de obra ociosa; geração de Eletricidade com uma potencia de cerca de 1,18 MW; bem como desenvolvimento turístico, recreação e lazer.

De com o DNOCS, a obra da construção da barragem foi paralisada em 26 de agosto de 2010, devido à invasão do canteiro de obras pelas comunidades que residem a montante do empreendimento, sob a alegação de que o processo de reassentamento ainda estava em andamento. O reinício dos serviços aguardava, portanto a liberalização com base no termo de ajustamento de conduta PRM/LIM/CE N° 02 (em anexo).

Em 2012, outro termo de ajustamento de condutada n° 01/2012 (em anexo) foi assinado por um grupo de camponeses que segundo alguns camponeses pertencentes às comunidades, os camponeses que assinaram o termo não representavam os anseios das comunidades, estando os camponeses insatisfeitos, solicitaram junto ao Ministério Público da Comarca de Limoeiro do Norte, que marcou a reunião com camponeses e representantes da igreja, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Ceará - FETRAECE e também representantes do Movimento dos Atingidos por Barragem. (ata da reunião em anexo), mesmo assim as obras de construção da barragem foram retomadas ainda com o início da operação do reservatório e haverá, também, aumento na disponibilidade de recursos hídricos superficiais na sub-bacia do Médio Jaguaribe, permitida pela perenização do rio Figueiredo e pela própria presença do reservatório.

O Açude Figueiredo acumulará 519,6 milhões de metros cúbicos de água, inundando uma área de 4.985 hectares, transformando-se num dos maiores reservatórios do Ceará.

Pelo menos R\$ 120 milhões estão sendo investidos pelo Governo do Estado do Ceará e pelo Governo Federal, através de recursos advindos do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC), com a perspectiva de 1.200 empregos diretos na sua construção; 15.000 empregos diretos e indiretos através da irrigação, piscicultura, criação de agroindústrias e outras ações decorrentes de suas reservas hídricas.

Apesar dos significativos avanços das obras civis do empreendimento, famílias das comunidades de Lapa, em Potiretama; distrito de São José dos Famas, Assentamento Boa Esperança e localidade de Água Nova, em Iracema, permanecem inseguras quanto a seu futuro, pois as indenizações e as construções das casas para onde muitas serão reassentadas não estão sendo devidamente executadas.

As famílias que deverão ser indenizadas reclamam quanto ao valor pago, além da demora na regularização fundiária necessária para que isto ocorra; e, não menos importante, protestam contra a não inclusão de criações, equipamentos, benfeitorias e infraestruturas necessárias à sua reprodução física e cultural no cálculo das indenizações, tornando improvável que consigam restabelecer suas atividades tradicionais em outras áreas.

As famílias que serão reassentadas se encontram em situação ainda mais urgente, pois, apesar de já estarem ameaçadas pelo possível represamento das águas com o avanço das obras da barragem, as casas para onde deveriam ser transferidas sequer começaram a ser construídas e as mesmas ainda encontram-se morando nas mesmas casas que lhes foram cedidas quando as mesmas foram do assentamento.

Fig. 03. Ponte sobre o Rio Figueiredo no Município de Iracema-Ce.



Fonte: Sousa, 2011

Fig. 04. Início das construções da Barragem do Figueiredo.



Fonte: Sousa, 2011

De acordo com o RIMA, o plano de reassentamento das famílias está pautado nas especificações técnicas do Banco Mundial e na estratégia de reassentamento rural da Secretária de Recursos Hídricos responsáveis pela efetivação do mesmo.

Contudo, mesmo seguindo essas especificações, vários camponeses têm alegado que seus direitos não estão sendo respeitados, principalmente no que diz respeito ao cumprimento do termo de ajuste de conduta que havia sido assinado entre as partes onde os camponeses afirmam não ter sido cumprido. Isso levou a ocupação do canteiro de obras da barragem por parte dos camponeses juntamente com dirigentes do MAB, com o objetivo de terem todos os acordos firmados atendidos.

Observa-se, portanto a existência de conflitos entre os órgãos realizadores do projeto de construção da barragem e os camponeses atingidos por esta construção, notadamente, os que serão compulsoriamente reassentados como os camponeses que residem em áreas onde se localizará o lago da barragem, mais precisamente os camponeses em questão que residem no assentamento Boa Esperança.

A literatura tem mostrado que é frequente a existência de conflitos relacionados à construção das grandes obras hidráulicas, principalmente por envolver uma série de questões relacionadas ao deslocamento de pessoas de suas terras o que envolve problemas tanto de ordem material, pois os mesmo são obrigados a saírem de suas terras e casas e serem deslocados para outras áreas, como também de ordem imaterial uma vez que envolvem ainda, sentimentos de pertencimento junto ao local onde vivem sua cultura, seus vizinhos e até mesmo sentimentos relacionados aos seus antepassados uma vez que há também remoção dos cemitérios.

Todas essas ações são geradoras de conflitos, sobretudo, quando o reassentamento compulsório, não atende de forma adequada aos anseios de trabalhadores e trabalhadoras que são obrigados a saírem de seus territórios, mesmo sem perderem sua identidade de camponeses, isso se permanecerem no campo,

Nesse sentido, Rothman, (2008, p.19) expõe que “foram confirmadas as denúncias feitas pelo movimento brasileiro e internacional de atingidos por barragens sobre os impactos provocados por essas grandes barragens”, esses impactos que são socioambientais têm ocorrido com frequência nas grandes construções do Brasil.

3.1. O Assentamento Boa Esperança: um território de luta e sobrevivência

O assentamento Boa Esperança é de responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, criado a partir da portaria INCRA//SR-02/Nº0064 de 22 de outubro de 1997. Decreto de 05 de dezembro de 1996- imissão de posse em 10 de outubro de 1997.

O assentamento Boa Esperança está localizado entre os municípios de Potiretama e Iracema partindo da sede da cidade de Iracema o caminho se dá pela CE-138 com destino ao município de Alto Santo sendo necessário entrar em uma estrada carroçal de oito quilômetros para se chegar a sede do imóvel onde estão hoje assentadas cerca de 32 famílias, distribuídas nos dois municípios, 18 famílias no município de Potiretama e 14 no município de Iracema. O mapa da página 79 mostra a localização do Assentamento Boa Esperança

A fazenda Boa Esperança era de propriedade do Sr. José Heldecy de Queirós Diógenes, tendo sido negociada com a presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iracema, o INCRA e representantes do Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra-MST, sendo que pelo fato de as famílias ali assentadas serem da região tornou-se mais fácil a negociação

O assentamento apresentava uma infraestrutura bastante diversificada onde se podia contar com uma casa sede atualmente demolida, vinte e cinco casas de alvenaria, que foram transferidas do local em virtude da construção da Barragem, dose pequenos açudes, quatro cacimbões, um curral, um galpão, cercas de arames e pedras utilizadas para proteger as plantações de possíveis ataques dos animais entre outras estruturas.

Todos os assentados são camponeses que praticavam uma agricultura de subsistência, onde de forma individual, plantavam culturas de ciclos curtos tais como milho, feijão, mandioca, e arroz de sequeiro e algodão herbáceo, bem como a criação bovina, caprina, ovina e aves, de forma que esses camponeses conseguiam sobreviver de forma digna dentro do assentamento, mesmo sendo a produção um processo ainda rudimentar. Essa produção conseguia suprir as necessidades básicas dos camponeses assentados no Boa Esperança que sobreviviam sem maiores problemas que começaram a surgir a partir da construção da barragem do Rio Figueiredo que ocupará áreas do assentamento sobretudo nas áreas em que encontram-se as residências.



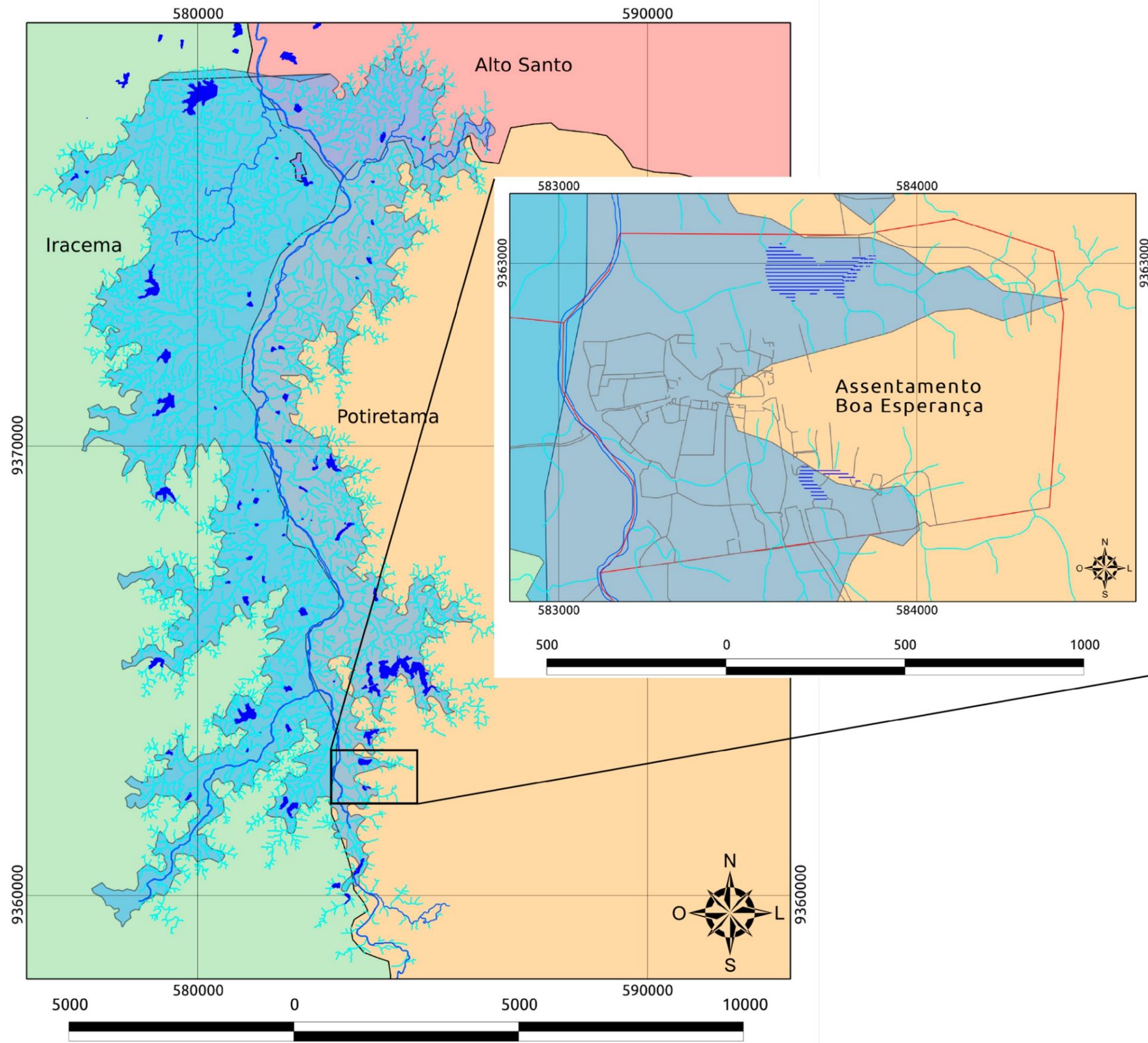
Universidade Federal do Ceará
 Centro de Ciências
 Departamento de Geografia
 Programa de Pós-Graduação em Geografia



ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, O MAB
 E A BARRAGEM DO FIGUEIREDO, IRACEMA-CE:
 Territórios, Lutas, Conflitos e Sobrevivência.

AUTOR:Francisco Marcos Xavier de Sousa
ORIENTADOR: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

Mapa de localização da Barragem do Figueiredo



Legenda:

- | | |
|---------------------|--------------------|
| Alto Santo | Potiretama |
| Iracema | Açudes |
| Barragem Figueiredo | Rios perenes |
| Limite dos lotes | Rios intermitentes |
| | Cercas e muros |

Sistema de Projeção: Universal Transverso de Mercator
 Datum Geodésico: WGS84 - Zona 24 S
 Base de Dados Cartográfico: Mapa Exploratório-Reconhecimento de Solos do Estado do Ceará, SUDENE, 1973. Vetorizado pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME. Disponível em Ceará em Mapas - IPECE

Elaboração: Narcélio de Sá, 2012

A partir do momento em que os camponeses do assentamento Boa Esperança e outras localidades atingidas tiveram conhecimento de que precisariam sair de suas casas em função da construção da barragem, passaram a se articularem a fim de exigirem que essa construção levasse o direito de todos os assentados, entre eles o direito de serem reassentados em lugares onde contasse com infraestrutura igual ou superior ao que tinham no próprio assentamento Boa Esperança.

Observa-se nesse momento, o sentimento de pertencimento dos camponeses junto ao assentamento Bom Esperança, é onde eles se identificam como parte integrante desse assentamento, evidenciando assim, a existência de um território, Souza, 2009, além de conceituar território como “espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” vai fazer referencia ainda as questões materiais e imateriais no que se refere ao território levando em consideração também questões culturais.

Nesse sentido é superficial considerar o território exclusivamente como relações de poder, uma vez que o mesmo contempla também dimensões sociais e, culturais que dão ao camponês uma identidade.

Os camponeses do Assentamento Boa Esperança estão inclusos nessa definição de território não só por envolver ali a partir da construção da barragem do Figueiredo representações claras de relação de poder, mas também por se sentirem parte integrante desse assentamento passando assim a exigir por meio do auxílio do MAB, que seus direitos fossem respeitados, e que tivessem um tratamento adequando, ou seja, que se fossem reassentados que fossem em uma área onde houvesse as mesmas ou melhores condições de sobrevivência que tinham no lugar que será alagado pelas águas da barragem.

É importante perceber que camponês apresentam uma dinâmica diferente do homem da cidade, pois apresentam peculiaridades valorizando coisas tais como o modo de vida diferenciado, uma vez que não veem o tempo como o cidadão ver, pois para o sertanejo o tempo é calculado na hora de plantar e de colher, a sua religiosidade, suas crenças que se apresentam como fonte de força para darem continuidade à luta pela manutenção de seus territórios e da vida. Para conseguirem manter seu modo de vida peculiar dos camponeses tem cada vez mais resistido ao processo de inserção do capital no campo, como é o caso da construção da Barragem do Figueiredo que se apresenta como fruto de um processo de modernização do campo que não atinge de forma igualitária todos os sujeitos do campo.

Assim cada vez mais os camponeses passam a integrar os movimentos sociais com a finalidade de contestar a realidade em que estão inseridos.

Nesse sentido, observamos que Cunha, 2002, foi coerente em caracterizar o sertanejo como um forte que não abate diante das adversidades nem do tempo nem do espaço e que ele vive essa dinâmica ao seu jeito, sem a pressa rotineira da cidade grande.

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços do litoral. A sua aparência, entretanto, [...] revela o contrário. [...] É desengonçado, torto. [...] Reflete a preguiça invencível, [...]. Basta o aparecimento de qualquer incidente [...] transfigura-se. [...] reponta [...] um titã acobreado e potente [...] de força e agilidade extraordinárias.” Veste-se de couro, protegendo-se dos espinhos da caatinga. É vaqueiro. Sua cultura respeita antiquíssimas tradições. Torna-se um retirante, impulso pela seca cíclica, mas retorna sempre ao sertão. (CUNHA,2002, p. 123).

Os camponeses que foram assentados no Boa Esperança tem passado por várias dificuldades depois que tomaram conhecimento da construção da barragem, segundo os camponeses as indenizações tem sido abaixo do preço devido e o órgão do DNOCS, responsável pelas indenizações não tem discutido os problemas, outro problema enfrentado pelos moradores do reassentamento refere-se a educação do campo que não vem sendo respeitada, pois as crianças são obrigadas a saírem da comunidade e irem para cidade que fica a 24 km de distância do reassentamento e todos são obrigados a irem em um “pau de arara” sem as mínimas condições de segurança por uma estrada de terra batida, como podemos observar nas palavras de dona Damiana, moradora do reassentamento.

“Nossas crianças muitas vezes não vão para escola porque estão muito cansadas do caminho e o conselho tutelar chama a gente de irresponsável” (moradora do Reassentamento Boa Esperança, 04/10/2011).

Vários são os problemas enfrentados pelas famílias camponesas no Boa Esperança, sobretudo os relacionados à estrutura e de assistência às famílias, pois, com a construção da barragem foram apontados pelos assentados vários problemas, sobretudo, no que se refere à proibição de cultivarem sua roça.

De acordo com os moradores do assentamento, o DNOCS, proibiu logo no início do processo de construção da barragem que os trabalhadores continuassem a plantar seus roçados que era como vimos anteriormente a base do sustento dos camponeses que ali vivem, uma vez que a área do assentamento que era utilizada para a prática da agricultura eram aquelas que apresentavam maior fertilidade.

Algumas vezes, mesmo que de forma mais informalizada, esses camponeses passam a sobreviverem de trabalhos temporários e esporádicos para que possam manter o sustento embora básico de suas famílias. Vale ressaltar que, mesmo com alguns problemas de cunho geológico/pedológico, o assentamento apresenta solos de boa fertilidade, com uma boa produtividade como mostra o mapa de solo da região.

É importante perceber quão importante é o uso dos solos para os camponeses, pois os mesmos vivem da agricultura, principalmente da agricultura de várzea, uma vez que aproveitam o fim da quadra chuvosa e plantam nas margens dos rios e próximos aos pequenos açudes ou junto aos cacimbões existentes dentro do assentamento.

Fig. 05: Cacimbões usados para irrigar plantação no assentamento Boa Esperança



Fonte: Sousa, 2013

Fig. 06: Solo utilizado para Plantação no assentamento Boa Esperança



Fonte: Sousa, 2013

O uso do solo e da água para o camponês mais do que fonte de sobrevivência é uma relação de pertencimento e de auto reconhecimento. O camponês se sente parte desse solo, com sua cultura, como seu modo de viver de falar e de se relacionar no tempo e no espaço; é esse pertencimento que garante ao camponês a sensação de que tem um território, e esse território muitas vezes dá lugar as grandes obras hídricas financiadas pelo Estado, mas em prol de outros sujeitos sociais que não é o trabalhador rural.

O mapa da página 83 mostra os diferentes tipos de solo encontrados no Assentamento Boa Esperança, evidenciando que a área que será inundada pelas águas da barragem é bastante fértil, principalmente por se tratar de uma planície de inundação.

Uma questão bastante relevante a se considerar diz respeito, sobretudo as condições do solo, pois a condição básica para sobrevivência dos camponeses é o acesso a um solo produtivo.

A manutenção das famílias no local em que estão assentados é, portanto, de grande importância para subsistência em virtude da boa qualidade apresentado pelos solos da área, pois alguns camponeses ficaram “impedidos” de saírem para trabalhar fora, pois podem perder os direitos como, por exemplo, cestas básicas que embora demorem a chegar, tendo como fonte de renda apenas os programas assistencialistas do governo como o Bolsa Família e a aposentadoria dos idosos do Reassentamento.

Segundo a moradora do Reassentamento, “tu não pode sair para trabalhar fora por que tu já tem uma diária, mas não tem condições de a gente produzir” Reassentada 01, (04/10/2011).

Os camponeses do reassentamento Boa Esperança reclamam das indenizações. De acordo com lideranças do MAB e moradores do assentamento Boa Esperança, muitas famílias deixaram de ser indenizadas em virtude de mais de uma família morar na mesma casa, e quando indenizadas, muitas vezes não era suficiente para os camponeses.

O DNOCS afirma que os camponeses foram indenizados e que os valores estão de acordo com as regras contidas no código de conduta, assinado por representantes dos assentados no Assentamento Boa Esperança.

Casos como esses vêm acontecendo ao longo dos processos de construção de barragens pelo Brasil, em que os camponeses têm seus direitos desrespeitados como nos coloca Germani, 2003, referente à construção de Itaipu:

Mas o que mais estava assustando os colonos era o preço oferecido pelas terras que, além de ser estabelecido unilateralmente, não parecia para eles tão justo quanto havia falado Itaipu: “Eles sempre falam de preços justos, mas qual é o preço justo? O que eles estão querendo pagar pra eles. A reunião deles era sempre pra fala o preço que iam pagá, mas nunca deixaram ninguém contente com o preço deles.” (GERMANI,2003, p. 71).

Observo, portanto, que desde o início do processo de construção de barragens sejam elas para fins energéticos, ou múltiplos, os direitos dos camponeses atingidos pela construção dessas barragens quase sempre são desrespeitados, sendo necessário, portanto, iniciar o movimento de resistências, aparecendo no cenário da luta pelas terras, vários mediadores



ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, O MAB
 E A BARRAGEM DO FIGUEIREDO, IRACEMA-CE:
 Territórios, Lutas, Conflitos e Sobrevivência.

AUTOR: Francisco Marcos Xavier de Sousa
 ORIENTADOR: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

Mapa de Solo da Barragem do Figueiredo

Legenda:

Convenções Cartográficas

- | | | | |
|--|--------------------|--|---------------------|
| | Limites Municipais | | Barragem Figueiredo |
| | Sedes Municipais | | Açudes |
| | Sedes Distritais | | Rodovias |
| | | | Hidrografia |

Tipos de Solos

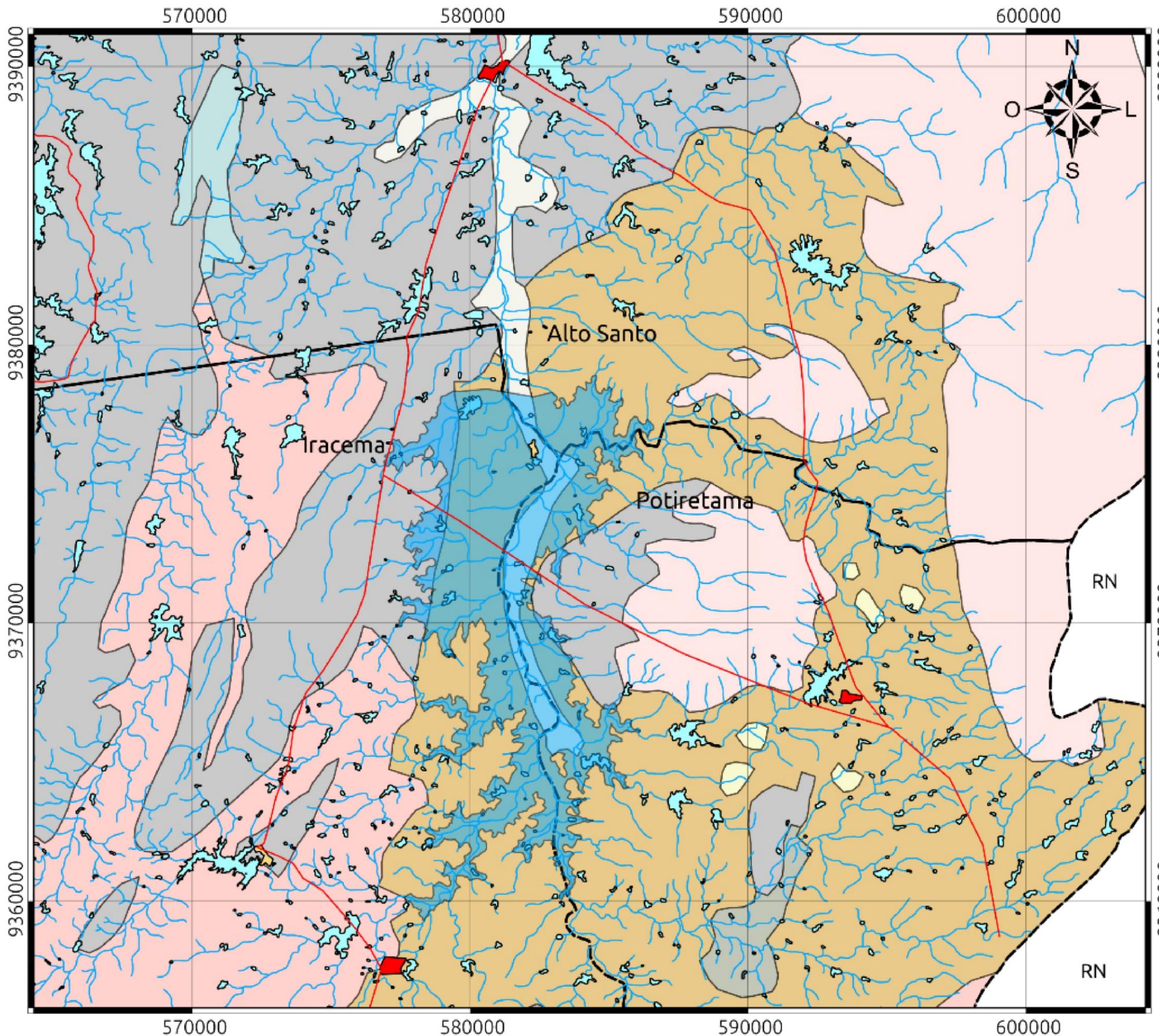
- | | |
|--|---------------------------------------|
| | Afloramentos Rochosos |
| | Luvissolo Crômico |
| | Argissolo Vermelho Amarelo Distrófico |
| | Argissolo Vermelho Amarelo Eutrófico |
| | Neossolo Regolítico Distrófico |
| | Neossolo Regolítico Eutrófico |
| | Neossolo Litólico Eutrófico |
| | Planossolo Nátrico |
| | Neossolo Fúlvico |
| | Vertissolo |



Sistema de Projeção: Universal Transverso de Mercator
 Datum Geodésico: WGS84 - Zona 24 S

Base de Dados Cartográfico: Mapa Exploratório-Reconhecimento de Solos do Estado do Ceará, SUDENE, 1973. Vetorizado pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME. Disponível em Ceará em Mapas - IPECE

Elaboração: Narcélio de Sá, 2012



como a igreja por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) da Comissão Pastoral Terra (CPT).

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) trabalha junto aos camponeses por meio de estratégias como foi o caso da barragem do Figueiredo ocupada pelos camponeses ali atingidos; essas ocupações realizadas no canteiro de obras, e manifestações em frente ao prédio do DNOCS, em Fortaleza, além de vários outros movimentos sociais organizados da sociedade cível que tem dado legitimidade a luta dos camponeses atingidos por barragem e em especial a barragem do Figueiredo e no Reassentamento Boa Esperança no Município de Potiretama Estado do Ceará.

De acordo com o DNOCS, parte dessas terras será alagada sendo, portanto, necessário retirar as cercas de pedra (ver fig. 02) que separavam as plantações das áreas em que os animais frequentavam, ficando as famílias impossibilitadas de plantarem como afirma reassentada, 02 do Boa Esperança.

O reassentamento apresenta boas condições para plantar, contudo, a retirada das cercas de pedra, fica sem condições mesmo tendo uma boa oferta de água e um solo fértil (Reassentada, 2012).

Ainda de acordo com a reassentada, a oferta de água no reassentamento é bastante considerável e algumas áreas de solos bastante férteis sobretudo mais próximas do leito do rio, o que possibilitava uma produção satisfatória, contudo, com a ordem do DNOCS, para que as cercas de pedras que protegiam as plantações fossem retiradas, torna-se inviável a manutenção dos roçados.

Fig. 07. Cerca de pedra dentro do assentamento Boa Esperança



Fonte: Sousa, 2012

Fig.08. Pequeno Açude dentro do Assentamento



Fonte, Sousa, 2012

Diante da impossibilidade de cultivar a terra, por conta da ausência das cercas de pedra, mostrada na figura acima, as famílias camponesas estão sobrevivendo primordialmente por meio dos programas do Governo Federal como o Bolsa Família e por meio das aposentadorias dos idosos, que são utilizadas para manutenção itens mais básicos para sobrevivência dos assentados do Boa Esperança.

Os moradores do assentamento que não aceitaram as indenizações por acreditarem ser arbitrária, foram reassentados dentro do próprio assentamento em uma área que ficará distante da região a ser alagada pelas águas da barragem. O número total de famílias a serem reassentadas dentro do Assentamento é de 32 famílias que foram divididas em duas áreas, sendo 14 famílias reassentadas na parte do assentamento que se encontra no município de Iracema e outras 18 foram reassentadas na parte do município de Potiretama.

Fig. 09: Casas construídas no Município de Iracema-Ce.



Fonte: Autor, 2013

Fig. 10: Casas construídas no Município de Potiretama-Ce.



Fonte: Autor, 2013

O Plano de Reassentamento do Açude Figueiredo é o instrumento de orientação do processo de deslocamento de grupos populacionais residentes na área afetada com a formação do lago, no atendimento das diretrizes da política de reassentamento da SRH, cujo objetivo é minimizar os efeitos negativos da relocação sobre a população e sobre a estrutura do espaço onde ocorra, garantindo também que a população seja reassentada sobre uma nova base produtiva, com melhores condições de vida relativa à situação anterior no que se refere à: habitação, organização social, organização ambiental e organização econômica.

De acordo com a Diretiva Operacional 4.30 do Banco Mundial quando existe a identificação da vontade de mudança da população com a necessidade da intervenção

governamental, que beneficiará um número maior de pessoas, o deslocamento é entendido como "voluntário". Se não há esta identificação, a relocação é concebida como um reassentamento "involuntário". Em ambas as situações o Plano de Reassentamento deve contemplar, no mínimo, as seguintes etapas: diagnóstico da área a ser atingida; programação de alternativas de desenvolvimento econômico; prognóstico do comportamento futuro do plano.

Conforme as diretrizes definidas pela Política de Reassentamento adotada pela Secretaria dos Recursos Hídricos, o processo de remanejamento e relocação da população atingida deverão ser implantados considerando as etapas transcritas a seguir. Atuação Inicial: nesta etapa, juntamente com a consultora responsável pela elaboração do Plano de Reassentamento, deverão atuar a equipe de reassentamento e mobilização social, da SRH. Também nesta etapa deverá ser designado o Monitor de Campo responsável direto pela interface SRH/comunidade. A principal atividade, a ser elaborada nesta etapa, é a quantificação total e definitiva da população a ser relocada.

Campanha de Motivação: A campanha visa esclarecer a respeito do processo de deslocamento e reassentamento da população, motivando-a quanto à transferência para o local de destino selecionado. A campanha deve adquirir o sentido de esclarecimento e de conscientização do real significado da mudança para o novo núcleo, sem estender-se em promessas, evitando criar falsas expectativas entre a população.

O local do reassentamento será escolhido pela comunidade, num leque de alternativas oferecidas pela SRH. Os atingidos estarão, assim, realmente informados tanto a respeito das condições a serem proporcionadas pelo plano, quanto dos critérios para o seu engajamento.

Deverão ainda conhecer as estruturas que encontrarão no novo núcleo, tanto no que se refere ao tipo de habitação, quanto à disponibilidade de equipamentos comunitários. Sempre que possível, a SRH irá proporcionar às lideranças e alguns dos atingidos, visitas em projetos nos quais as agrovilas já foram implantadas. As principais atividades a serem desenvolvidas são: visita às famílias, reuniões coletivas, e seleção de líderes locais.

O plano de reassentamento apresenta ainda uma série de ações a serem desenvolvidas quando da transferência dos futuros "novos moradores" a serem reassentados; essas ações se iniciarão antes mesmo das casas serem construídas, dentre elas podem ser listadas: Pré-Transferência: as atividades nesta etapa são as seguintes: preparo de documentação, cadastro de móveis, utensílios e animais domésticos, distribuição de casas e lotes, preparo da posse

definitiva das casas e lotes, contratação de veículos, elaboração do calendário de mudança, etc. O Monitor de Campo será responsável direto pelo desenvolvimento destas atividades solicitando, sempre que necessário, a assessoria jurídica e o apoio financeiro da SRH.

Transferência: esta etapa consiste no processo de mudança da população e seus pertences e animais, dos locais de origem ao de reassentamento. As atividades previstas são as seguintes: deslocamento da população, transferências de móveis e utensílios, transportes dos animais domésticos. As atividades desta etapa terão o acompanhamento efetivo da Comissão Pró-Mudança, sempre coordenada pelo Monitor de Campo.

Recepção e Assentamento: esta etapa refere-se ao conjunto de atividades que envolvem a recepção, o encaminhamento da população e seus pertences à nova moradia e as orientações necessárias à nova vivência comunitária. A todas as famílias relocadas deverão ser fornecidas refeições gratuitas durante o dia da transferência.

O plano de reassentamento apresenta ainda algumas alternativas de reassentamento para os camponeses que foram atingidos, sendo apresentadas a eles algumas opções de reassentamento.

A primeira alternativa configura-se no reassentamento em novas áreas: este tipo de reassentamento define o público-alvo do Plano de Reassentamento, e conseqüentemente as dimensões do sítio de reassentamento, podem optar por esta alternativa: proprietários de terras com áreas desapropriadas superiores a 2/3 da área total das propriedades e com indenização de terras e benfeitorias inferiores a R\$12.000,00; moradores com benfeitorias com indenização inferior a R\$ 5.000,00; e moradores sem benfeitorias. Nos dois primeiros casos a opção está condicionada a permuta dos valores das indenizações por casa e/ou lote agrícola;

Outra alternativa para as famílias atingidas é o reassentamento urbano: os optantes desta alternativa são os mesmos da alternativa anterior, esta alternativa, entretanto, só será executada se o número de optantes justificar a aquisição de uma área na zona urbana.

A alternativa de compensação monetária consiste em que seus optantes, deverão dispor de uma quantia de até R\$ 5.000,00 (no caso de moradores) e de até R\$ 12.000,00 (no caso de proprietários) para aquisição de um lote de terra e/ou casa, em local de sua escolha ou ainda para financiamento de outra atividade econômica. A liberação do valor monetário só será feita mediante comprovação do investimento. O beneficiário do plano ao fazer sua opção, deverá assinar um termo de opção de acordo com a alternativa escolhida.

Várias foram as alternativas de reassentamento oferecidas tanto pelo consócio construtor da Barragem quanto pelos demais órgãos envolvidos, contudo as famílias do assentamento Boa Esperança que optaram por permanecer no mesmo assentamento sendo apenas transferidos para uma área que não será alagada pelo lago da barragem questionam uma série de reivindicações que foram feitas durante as reuniões das quais foram aceitas, porém não foram atendidas.

Os reassentados nas novas casas do assentamento Boa Esperança, cujas construções foram de responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará-IDACE, questionaram a estrutura das casas, pois quando as mesmas foram entregues, estavam fora dos padrões do termo de ajuste de conduta (em anexo) assinado em 2010 pelas partes envolvidas, onde a concessionária e os órgãos públicos responsáveis pelo processo de reassentamento das famílias se comprometeram a entregar as casas dotadas de infraestrutura adequada à permanência dos reassentados, obedecendo assim às regras de reassentamento voluntário.

Segundo os Reassentados tanto da porção localizada no município de Potiretama quanto os reassentados no município de Iracema as casas recém-construídas já apresentam problemas de rachaduras, sendo necessários reparos feitos por moradores; outro problema enfrentado pelos reassentados foi o fato das casas terem sido construídas com considerável distância dos principais corpos hídricos do assentamento (cacimbões e pequenos açudes) sendo que as mesmas foram entregues sem cisternas capazes de armazenar água para os períodos de estiagem. No caso das casas de Iracema uma das reassentadas construiu por conta própria uma cisterna que auxilia no abastecimento de água para as demais casas vizinhas.

Ainda de acordo com moradores, as casas foram entregues sem energia elétrica em desacordo com a cláusula terceira do Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Essa falta de energia resultou na desistência de algumas famílias que não foram para as casas novas por desenvolverem alguma atividade econômica que necessitava do uso de energia elétrica, como no caso das pequenas mercearias, que utilizam freezers para conservar alguns alimentos, uma vez que em virtude da distância da cidade é preciso armazenar alguns alimentos.

Em conversa com representantes do IDACE, não há previsão de chegada de energia nas novas casas em virtude de necessitar de uma série de infraestrutura para que a rede elétrica chegue até o local onde foram construídas as casas.

Durante a construção da barragem uma série de manifestações foram realizadas em favor dos direitos do atingidos. Contando com o apoio do Movimento dos Atingidos por

Barragem, os camponeses ocuparam o canteiro de obras de construção da barragem a fim de pressionar o Estado a cumprir com todas as responsabilidades assumidas por meio de reuniões e assinaturas de documentos entre as partes envolvidas.

Essas manifestações foram resultados do descumprimento de acordos firmados que não foram respeitados, resultando em várias reuniões no Ministério público na Comarca de Limoeiro do Norte. Em uma dessas reuniões (ata em anexo) algumas lideranças se reuniram com o promotor para questionarem um segundo termo de conduta que foi assinado, e segundo as lideranças esse novo TAC foi assinado sem o conhecimento das pessoas que realmente são representantes dos atingidos.

Os atingidos, principalmente os assentados do Boa Esperança, juntamente com movimentos sociais e seguimentos da Igreja católica e outras entidades, passam a questionar a verdadeira finalidade da construção da Barragem do Figueiredo, questionam ainda a quem essa obra irá realmente beneficiar, aos camponeses que sofrem com a seca nos períodos de estiagem ou se será mais uma obra que objetiva manter os perímetros irrigados do hidroagronegócio bem como as grandes indústrias instaladas no interior do Estado do Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa foi de grande importância para se entender como tem ocorrido o processo de uso, controle e gestão dos recursos hídricos em escala global, regional e local, bem como essa gestão tem significado uma distribuição equitativa de água para suas várias finalidades.

Percebeu-se durante a pesquisa que a maior parte do uso da água no mundo, cerca de 2.703 km³/ano, está diretamente relacionada com o setor agrícola, bem como a produção de alimentos, enquanto que a indústria mundial utiliza aproximadamente 731 km³/ano, logo não podemos relacionar a fome no mundo com a falta de alimentos. Ela ocorre em virtude de toda essa produção de alimentos está atrelada ao modo de produção capitalista onde tudo vira mercadoria, logo quem não tem acesso ao capital não consegue adquirir.

Vários órgãos no mundo vêm tecendo preocupações relacionadas ao uso sustentável da água que é um bem fundamental a vida. A Organização das Nações Unidas (ONU) por meio de seus vários órgãos, sobretudo a UNESCO tem se dedicado a discutir as questões relacionadas ao uso controle e distribuição das águas no mundo todo com foco voltado para preservação desse recurso para gerações futuras, dentre essas preocupações podem ser citadas a Conferencia de Mar del Plata, a Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, como a ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, onde se produziu um documento para guiar a ações para o século XXI, que ficou conhecido como agenda 21 com vários compromissos a serem cumpridos.

A pesquisa mostra ainda que ações governo brasileiro em níveis federal, estadual e municipal tem realizado como forma de melhor gerir os recursos hídricos de forma que todos possam ter acesso à água, daí a promulgação de leis e criação de órgãos reguladores para que o acesso à água seja respeitado, contudo seguindo a lógica do mercado observa-se que o acesso à água no Brasil é bastante desigual, tanto no que se refere aos fatores de ordem climática, quanto nas questões econômicas uma vez que as classes menos favorecidas tem maior dificuldade de acesso a esse recurso, sendo a região Nordeste um exemplo claro desta limitação.

Esse déficit hídrico na região foi tido durante muito tempo como responsável pela situação de fome, miséria e pobreza do povo nordestino que se via obrigado a sair de sua terra natal onde se sentiam pertencentes para tentar sobreviver em outras regiões.

Hoje, com o avanço da tecnologia, sobretudo no processo de armazenamento de água não se justifica mais que pessoas passem sede e fome em virtude de falta de chuva, muito embora tenha se observado durante a pesquisa que parte das políticas pública de uso e gestão dos recursos hídricos no Ceará ainda não chega a atingir a todos de forma igualitária.

Ainda assim, a partir de meados do século XX, e início o século XXI, o Estado do Ceará por meio das Leis de Gestão dos Recursos Hídricos baseado nas leis brasileiras tenha investido um significativo montante na construção de grandes barragens. Nota-se no Ceará um diferencial dessas construções em relação à política nacional, pois esta última tinha como objetivo a construção de grandes barragens para geração de energia elétrica como foi o caso da Binacional Itaipu, como as três maiores usinas da região Nordeste, Três Marias, Sobradinho e Paulo Afonso, com a finalidade de gerar energia elétrica para toda região.

No caso do Ceará com o processo de modernização, a construção de grandes barragens tem tido por finalidade a formação de perímetros irrigados com produção voltada para o mercado externo, bem como o estabelecimento dos complexos agroindustriais (CAIs) na região do médio Jaguaribe onde foi construída a barragem do Figueiredo objeto de estudo desta pesquisa. Juntamente com a mecanização do campo passa a estabelecer no campo brasileiro uma política de uso das águas voltadas principalmente para o hidroagronegócio, uma vez que, barragens como a do Figueiredo e do Castanhão tem tido esta finalidade, mas também, apesar de ser caracterizada como barragens com fins múltiplos, elas tem o papel de levar água para o uso no complexo industrial do Pecém localizado na região metropolitana de Fortaleza.

Nesse sentido, a construção das grandes barragens em qualquer lugar do mundo traz grandes transtornos, entre os principais estão o deslocamento de pessoas que serão atingidas tanto no que se refere às pessoas que habitam a região que será alagada quando o lago da represa se formar, quanto as que moram à jusante da barragem sofrendo impacto direto dessa construção, uma vez que a vazão do rio será controlada e juntamente a isso a oferta de alimento oriunda dos rios também tende a ser limitada. Com isso as comunidades ribeirinhas passam a sofrer limitações de alimentos, pois haverá uma diminuição considerável da oferta de peixes, além de limitar questões que se referem à agricultura de vazante podendo comprometer a produção de alimentos.

O foco principal da pesquisa direcionou-se em entender como os camponeses mais precisamente do assentamento Boa Esperança passaram a ser considerados com o processo de

construção da Barragem do Figueiredo, levando em consideração as indenizações, a construção das casas, o processo de desterritorialização desses camponeses já que foram forçados a saírem do seu território onde já mantinham relações de poder e de pertencimento sendo obrigados a se reterritorializar em outra área dando início a um novo processo chamado de reterritorialização.

Nesse sentido, a pesquisa foi de grande importância para entender como se deu o processo de reassentamento das famílias atingidas, uma vez que algumas famílias passaram a exigir que seus direitos enquanto atingidos fossem respeitados.

Para tanto a atuação dos movimentos sociais, em especial o Movimento dos atingidos por Barragem, foi de grande importância para garantir por meio de resistência e luta junto aos camponeses que eles passem a ser reconhecidos enquanto atingidos e que lhes fossem garantidos o direito a ter acesso à água, a comida e por que não dizer ter direito a vida, uma vez que, comida e água são requisitos básicos a sobrevivência humana e dos demais seres vivos.

Dentre as resistências durante o processo de construção da barragem do Figueiredo pode se apontar diversas ações junto aos camponeses, ações que foram desde ocupação do canteiro de obras da barragem para que indenizações e a política de reassentamento obedecessem aos requisitos mínimos de assistências aos atingidos, como a política de reassentamento voluntário como condições iguais ou melhores as anteriores como preconiza a Comissão Mundial de Barragens (CMB).

A barragem do Figueiredo foi inaugurada na manhã dia 14 de junho de 2013, em meio a vários protestos das comunidades atingidas que exigiram que seus direitos fossem respeitados e que o estado cumprisse com todas as cláusulas existentes no Termo de Ajustamento de Conduta entre elas assistência às famílias atingidas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o Homem no Nordeste**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1973.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). **Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos**. Brasília, 2001.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). **Comitê de Bacias Hidrográficas: Cadernos de capacitação em Recursos Hídricos**. vol.1. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br>> . Acesso em: 23 out. 2013, 22:32:00.

BARREIRA, Cesar. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo , 1992.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. Tradução Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: em 01 dez. 2012, 12h:00:00.

BRASIL, Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Criação do Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 04 nov. 2012, 19:35:40.

CEARÁ. **EIA-RIMA**, subprograma de desenvolvimento sustentável de recursos hídricos para o semi-árido brasileiro. PROÁGUA/SEMI-ÁRIDO. COBA/VBA, 2003.

CEARÁ, Lei nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010. **Lei de Recurso Hídricos do Ceará**. Secretária de Recursos Hídricos-SRH. Disponível em: <<http://www.srh.ce.gov.br/>> Acesso em: 15 jan. 2013, 16:22:00.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

CLEPS JR, João. Questão Agrária, Estado e Territórios em Disputa: Os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos Conflitos no Campo Brasileiro. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roseli Aleves dos (Org.). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (p. 39-62).

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

DINIZ, Aldiva Sales. A construção dos Perímetros Irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Paradigmas da Agricultura Cearense: Modernização Excludente**. Fortaleza: Edições Democrito Rocha, 2002. (p.39-59.)

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, Trabalho e Poder: por uma geografia relacional. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. v.1, n.2, p. 173-195, ago. 2006. Disponível em: <www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/.../CadernosDeHistoria-05-04.p...> . Acesso em: 05 maio 2012, 23:45:00.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006.

ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Paradigmas da Agricultura Cearense: modernização Excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ELIAS, Denise. **O novo Espaço da Produção Globalizada: o baixo Jaguaribe-Ce**. Fortaleza: FUNCEME, 2002.

FALCON, Francisco, RODRIGUES, Antonio Edmilson. **A Formação do Mundo Moderno: a construção do Ocidente dos Séculos XIV ao XVII**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

FAO. **Municipal and industrial water withdrawal modelling for the years 2000 and 2005 using statistical methods**. Disponível em: <http://www.fao.org/nr/water/aquastat/catalogues/Mun_Ind_Model_20110210.pdf> acesso em 22 maio 2013, 22h:10:00.

FAO, **Usos da água**. Disponível em: <http://www.fao.org/nr/water/aquastat/water_use/index.stm> acesso em: 20 maio 2013, 21:30:00.

FAO. **Aquastat, base de dados**. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/nr/aquastat>>. Acesso em: 20 maio 2013 às 22:00:00.

FELICIDADE, Norma; MARTINS, Rodrigo Constante; LEME, Alessandro André. **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**. São Carlos - SP: Rima, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Editora: Expressão Popular, 2007.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da Barranca do Rio para a Periferia dos Centros: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens fosse às políticas do setor elétrico no Brasil**. 2009. 344 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente-SP, 2009.

FREY, Klaus, **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática e análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas , Planejamento e Políticas Públicas,n. 21 - Jun de 2000. IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5364> . Acesso em: 01 nov. 12, 23:15:00.

GERMANI, Guiomar Ines. **Expropriados, Terra e Água: o conflito de Itaipu**. 2.ed. , Salvador: Edufba-Ulbra, 2003.

GRYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais do Campo**. Petrópolis-RJ: Editora vozes, 1990.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 87-120.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Tradução SOBRAL, Adail Ubirajara; GONÇALVES, Maria Stela. 21.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HERMANNNS, Klaus. **Água e Desenvolvimento Sustentável no Semi-árido**. Fortaleza- CE: Fundação Conrad Adenauer, 2002.

International Finance Corporation.(IFC). **Handbook for Preparing a Resettlement Action Plan -2001**. 31 de março de 2001. Disponível em : <www1.ifc.org/wps/.../ResettlementHandbook.PDF> . Acesso em: 28 jul. 2013, 22:20:00

LIMA, Luiz Cruz; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; FREITAS, Bernardete Maria Coelho. (Org.). **Os Novos Espaços Seletivos no Campo**. Fortaleza: Ed. UECE, 2011.

LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação Socioespacial**: do espaço banal ao Espaço da racionalidade técnica. São Paulo: Annablume, 2006.

MARTINS, Mônica Dias. **Açúcar no Sertão**: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Annablume, 2008.

MARTINS, José de Sousa. **Os Camponeses e Política no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Editora: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MENDONÇA, M. R. . O Agro-Hidro-Negócios no Cerrado Goiano: construção das (re)existências. In: **I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas**: Salvador (BA) (2007 pôr o número do evento ao invés do ano, se só tiver o ano, deixa ele mesmo). Anais... Salvador-BA: 2007. 1 CD-ROM.

MONTE, Francisca Silvania de Sousa. **O Uso das Águas no Processo de Modernização do Estado do Ceará**: O caso da Barragem do Castanhão. 2005. 388f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas**. 2005. 218f . Tese (Doutorado) - Instituto de Economia Aplicada da Unicamp. Universidade de Campinas. São Paulo, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E CULTURA. **Water for People, Water for Life**. 2003, disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001295/129556e.pdf> > Acesso em: 25/08/2013, 19:11:00

POLETTI, Ivo. A Igreja, a CPT e a Mobilização pela Reforma Agrária, in: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: editora UNESP, 2010.

RAFESTIN, Claud. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008.

ROTHMAN, Franklin Daniel. Conflitos Socioambientais, Licenciamento de Barragens e Resistência. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas: conflitos socioambientais licenciamentos e barragens**. Viçosa-MG: Editora UFV, 2008.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as Duas do Estado do Ceará**. 1998. 122 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo- FFLCH-USP, Universidade de São Paulo- USP. São Paulo, 1998.

SAQUET, Marcos Aurelio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/12646/1180> > acesso em 05/05/2012 às 22:15!

SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. **Geografia Agrária, Território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SHERER- WARREN, Ilse. REIS, Maria José. **Do local ao Global: Trajetoria do Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB) e sua Articulação em Redes**. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais licenciamentos e Barragens**. Viçosa-MG: Editora UFV, 2008.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Universidade Estadual de Campinas- Unicamp- SP. São Paulo, 1996.

_____. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras**. IPEA, Brasília, 2009. Disponível em <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1424.pdf> acesso em 04/11/2012 às 14:53:25.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. Agricultura e Modernização Socioespacial em Limoeiro do Norte. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Paradigmas da Agricultura Cearense: modernização excludente**. Fortaleza-CE: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SOUSA, Maria Losângela Martins de. **Diagnóstico Geoambiental da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Figueiredo, Ceará; Subsídios ao Planejamento Ambiental**. 2012. 144f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará-UFC. Fortaleza, 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís. **(Des)Ajuste Global e a Modernização Conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VAINER, Carlos B. O Conceito de “atingido”: uma Revisão do Debate. 2008. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas: conflitos socioambientais licenciamentos e barragens**. Viçosa-MG: Editora UFV, 2008.

VIEIRA, Vicente. P.P.B. **A água e o Desenvolvimento Sustentável no Nordeste**. Brasília: IPEA, 2000.

ANEXOS:**1.Termo de Ajuste de Conduta assinado em 2010.**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE
 EM LIMOEIRO DO NORTE/CEARÁ

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PRM/LIM/CE Nº 02/2010

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA QUE FIRMAM ENTRE SI O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS, O ESTADO DO CEARÁ, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ - IDACE, A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIO NO CEARÁ- INCRA/CE - E OS REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DO AÇUDE FIGUEIREDO: COMUNIDADE DA VILA SÃO JOSÉ, COMUNIDADE DA LAPA, ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, ASSENTAMENTO DO OZIEL E COMUNIDADES DAS POPULAÇÕES DIFUSAS.

No dia 04 do mês de setembro do ano de dois mil e dez, na sede da Procuradoria da República no Município de Limoeiro do Norte/Ceará, o Ministério Público Federal, pelo procurador da República abaixo firmado, o DNOCS, o IDACE, o INCRA e as comunidades atingidas pela Barragem do Açude Figueiredo, em Iracema, Potiretama e Alto Santo, por intermédio de seus representantes,

Termo de Ajustamento de Conduta Figueiredo

605
 (LIM)
 PR
 1

CONSIDERANDO a existência do Procedimento Administrativo 1.15.001.000001/2010-46, em trâmite nesta Procuradoria da República, em que o presidente da Comissão Municipal de Acompanhamento do Açude Figueiredo, em Iracema/CE (fls. 126/127), noticia que as obras da Barragem do Açude já estão bastante avançadas, no entanto o DNOCS não vem cumprindo o cronograma de pagamento das indenizações, nem da construção das vilas onde serão reassentadas várias famílias atingidas pela Barragem;

CONSIDERANDO que o atraso no cumprimento do cronograma por parte do DNOCS levou várias famílias afetadas a interditarem, no final do mês de agosto do corrente ano, o andamento das obras, por estarem com medo de terem suas casas alagadas com as futuras águas do Açude Figueiredo, cujo andamento das obras já está bastante avançado;

CONSIDERANDO que o DNOCS firmou convênio com o IDACE (Convênio 001/2009), cujo objeto é o desenvolvimento de ações de regularização fundiária e reassentamento das famílias residentes na área da bacia hidrográfica da Barragem do Figueiredo no Estado do Ceará (fls. 144);

CONSIDERANDO que a Barragem do Figueiredo também vai atingir assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

CONSIDERANDO o Relatório da Audiência Pública do dia 09 de setembro de 2010 (fls. 169/176), em que as partes envolvidas acordaram em assinar um Termo de Ajuste de Conduta para pôr fim a suas divergências.

RESOLVEM firmar o presente

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA,

o que fazem no esteio no § 6º do art. 5º da Lei de Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) e nas demais disposições legais aplicáveis, comprometendo-se as partes a cumprir as cláusulas abaixo listadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA. O objeto do presente Termo de Ajuste de Conduta, que possui natureza jurídica de título executivo extrajudicial, consiste no compromisso por parte do DNOCS, do IDACE e do INCRA em cumprirem suas responsabilidades legais

Termo de Ajustamento de Conduta Figueiredo

FR 6 05











2

com as comunidades atingidas pela Barragem do Açude Figueiredo, ao passo que as comunidades se obrigam a desocuparem o canteiro de obras, tão logo assinem o presente acordo.

DAS OBRIGAÇÕES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS.

CLÁUSULA SEGUNDA. O DNOCS se compromete a construir, simultaneamente com as obras de reassentamento realizada pelo IDACE e as obras civis da barragem Figueiredo.

CLÁUSULA TERCEIRA. O DNOCS se compromete a interceder junto à COELCE para que seja assegurado o fornecimento de energia elétrica nas casas dos reassentamentos até a data de 23 de dezembro de 2010, data em que o IDACE entregará as casas aos reassentados.

CLÁUSULA TERCEIRA-A. O DNOCS se compromete a agilizar/dar prioridade nos processos de indenização das famílias atingidas pela Barragem do Figueiredo, devendo concluir o pagamento das indenizações sem pendências legais até o dia 23 de dezembro de 2010.

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO CEARÁ, POR INTERMÉDIO DO SEU INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

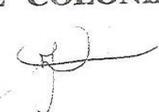
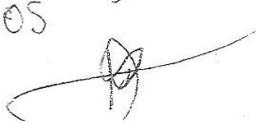
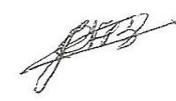
CLÁUSULA QUARTA. O IDACE se compromete a dar início ao processo de construção das casas dos reassentados a partir do dia 10 de setembro de 2010, devendo concluí-las até o dia 23 de dezembro de 2010.

PARÁGRAFO ÚNICO. Após a entrega das casas, o IDACE fornecerá cesta básica durante o período de 01 (um) ano aos reassentados.

CLÁUSULA QUINTA. O IDACE realizará a atualização cadastral e regularização fundiária até o dia 30 de setembro de 2010, devendo entregar a documentação a seus legítimos possuidores/proprietários.

DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Termo de Ajustamento de Conduta Figueiredo

FR 6 OS  
   3

CLÁUSULA SEXTA. O INCRA se compromete, no prazo de 01 (um) mês a partir da data da assinatura do presente TAC, a indicar qual a área de terra a ser comprada/desapropriada pelo IDACE para compensar territorialmente as comunidades da Boa Esperança , prejudicada com a Barragem do Figueiredo.

DAS OBRIGAÇÕES DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DO AÇUDE FIGUEIREDO.

CLÁUSULA SÉTIMA. As Comunidades afetadas pela Barragem do Açude Figueiredo se comprometem, após a assinatura do presente Termo de Ajuste de Conduta, a desocuparem o local das obras.

DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM LIMOEIRO DO NORTE/CE.

CLÁUSULA OITAVA. O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL é o órgão encarregado de fiscalizar o presente ajuste, devendo ajuizar as ações executórias necessárias a seu integral cumprimento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

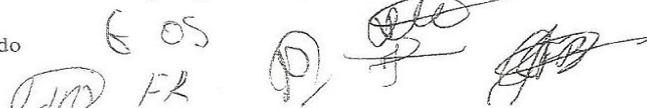
CLÁUSULA NONA. Fica eleito o foro da Subseção Judiciária Federal da cidade de Limoeiro do Norte/Ceará, para dirimir qualquer dúvida oriunda e/ou eventual execução judicial do presente Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA . Este Termo produzirá efeitos legais a partir da data de sua celebração e terá eficácia de título extrajudicial na forma do art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A assinatura deste TAC permitirá que o DNOCS reinicie os trabalhos da Barragem do Açude Figueiredo, no entanto não dará início ao fechamento da calha do rio até que o IDACE inicie os trabalhos de construção das casas da Agrovila.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O descumprimento do presente Termo de Ajuste de Conduta implicará na sua imediata execução judicial, na forma da legislação vigente,

Termo de Ajustamento de Conduta Figueiredo

E OS


bem como na cominação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada dia que infrator extrapolar os prazos acima ajustados.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente Termo em 05 vias de igual teor e for sendo uma cópia juntada aos autos do mencionado Procedimento Administrativo segunda entregue ao DNOCS, a terceira entregue ao IDACE, a quarta ao INCRA quinta entregue aos membros das comunidades.

Limoeiro do Norte, 24 de Setembro de 2010.

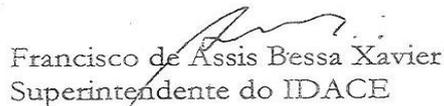


Luiz Carlos Oliveira Junior

Procurador da República



Eng. Elias Fernandes Neto
Diretor Geral do DNOCS



Francisco de Assis Bessa Xavier
Superintendente do IDACE



Raimundo Amadeu de Freitas
Superintendente Estadual Regional II INCRA

Eduardo Martins Barbosa
Superintendente Regional Substituto do INCRA/CE
Port./INCRA/P/Nº 145 de 26/05/09

Membro da Comunidade de São José

Lindomar Balduino de Souza

Membro da Comunidade de São José
Diego M. Moraes Souza

Termo de Ajustamento de Conduta Figueiredo



osmar FRANCISCO MOURA
Membro da Comunidade da Lapa

RODRIGUES ALVES
Membro da Comunidade da Lapa

Membro da Comunidade do Assentamento do Oziel
joão paulo MEIRA DA SILVA

Membro da Comunidade do Assentamento do Oziel

Fl. VILBERDIO P. DA SILVA
Membro da Comunidade do Assentamento Boa esperança

Membro da Comunidade do Assentamento Boa Esperança

Jane Celcia Freire Bezerra
Membro da Comunidade das Populações Difusas

2. 2º Termo de Ajustamento de Conduta PRM/LIM/CE Nº 01/2012



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM LIMOEIRO DO NORTE-CEARÁ**

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PRM/LIM/CE Nº /2012

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA QUE FIRMAM ENTRE SI O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS, O ESTADO DO CEARÁ, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ - IDACE, A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIO NO CEARÁ- INCRA/CE - E OS REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DO AÇUDE FIGUEIREDO: COMUNIDADE DA VILA SÃO JOSÉ, COMUNIDADE, DA LAPA, ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, ASSENTAMENTO DO OZIEL E COMUNIDADES DAS POPULAÇÕES DIFUSAS.

No dia 02 do mês de julho do ano de dois mil e doze, na sede da Procuradoria da República no Município de Limoeiro do Norte/Ceará, o Ministério Público Federal, pelo procurador da República abaixo firmado, o DNOCS, o IDACE, o INCRA e as comunidades atingidas pela Barragem do Açude Figueiredo, em Iracema/CE, Potiretama e Alto Santo por intermédio de seus representantes,

CONSIDERANDO a existência do Procedimento Administrativo 1.15.001.000001/2010-46, em trâmite nesta Procuradoria da República, em que, o presidente da Comissão Municipal de Acompanhamento do Açude Figueiredo, em Iracema/CE (fls. 126/127), noticia que as obras da Barragem do Açude já estão bastante avançadas, no entanto o DNOCS não vem cumprindo o cronograma de pagamento das

indenizações, nem da construção das vilas onde serão reassentadas várias famílias atingidas pela Barragem;

CONSIDERANDO que o DNOCS firmou convênio com o IDACE (Convênio 001/2009), cujo objeto é o desenvolvimento de ações de regularização fundiária e reassentamento das famílias residentes na área da bacia hidráulica da Barragem do Figueiredo no Estado do Ceará (fls. 144);

CONSIDERANDO que a Barragem Figueiredo também vai atingir assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

CONSIDERANDO o Relatório da Audiência Pública do dia 09 de setembro de 2010 (fls.169/176), em que as partes envolvidas acordaram em assinar um Termo de Ajuste de Conduta para pôr fim a suas divergências.

RESOLVEM firmar o presente

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA,

o que fazem no esteio no § 6º do art. 5º da Lei de Ação Civil Pública (Lei 7.347 /85) e nas demais disposições legais aplicáveis, comprometendo-se as partes a cumprir as cláusulas abaixo listadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA. O objeto do presente Termo de Ajuste de Conduta, que possui natureza jurídica de título executivo extrajudicial, consiste no compromisso por parte do DNOCS, do IDACE e do INCRA em cumprirem suas responsabilidades legais com as comunidades atingidas pela Barragem do Açude Figueiredo, ao passo que as comunidades se obrigam cumprirem com os termos aqui ajustados.

DAS OBRIGAÇÕES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS.

CLÁUSULA SEGUNDA - O DNOCS se compromete a construir, simultaneamente com as obras de reassentamento realizada pelo IDACE, as obras civis da barragem Figueiredo;

CLÁUSULA TERCEIRA - O DNOCS se compromete a adotar todas as medidas necessárias com vistas à contratação dos serviços de desmatamento racional da Bacia Hidráulica do Açude Público Figueiredo, até o dia 30 de agosto de 2012;

CLÁUSULA QUARTA - O DNOCS se compromete a avaliar, até 30 de julho de 2012, as demandas dos atingidos, cujas ações não estejam contempladas na programação já estabelecida no Plano de Trabalho do Convênio nº 01/2009, bem como adotar as medidas necessárias objetivando alocar os recursos necessários à sua execução.

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO CEARÁ, POR INTERMÉDIO DO SEU INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – IDACE

CLÁUSULA QUINTA. O IDACE se compromete a executar os reparos necessários (conforme relatório de inspeção elaborado pela Comissão de Fiscalização nomeada pela Portaria nº 153 DG/CRH) nas casas construídas com os recursos oriundos da 1ª Parcela do Convênio, até o dia 10 de agosto de 2012.

CLÁUSULA SEXTA – O IDACE se compromete a executar o restante das casas e os equipamentos sociais (escola, igreja, posto de saúde, etc.), conforme o projeto executivo e o Plano de Trabalho do Convênio 01/2009, até o dia 30 de outubro de 2012.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após a entrega das casas restantes, o IDACE fornecerá cesta básica durante o período de 01 (um) ano aos reassentados.

CLÁUSULA SÉTIMA - O IDACE realizará a atualização cadastral e regularização fundiária até o dia 30 de novembro de 2012, devendo entregar a documentação a seus legítimos possuidores/proprietários.

CLÁUSULA OITAVA - O IDACE se compromete a executar as obras e/ou serviços visando a energização da Vila São José dos Famas, Agrovila e Boa Esperança, até 15 de agosto de 2012, e as demais, até 30 de outubro de 2012.

DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

CLÁUSULA NONA - O INCRA se compromete, no prazo de 01 (um) mês, a partir da data da assinatura do presente TAC, a indicar qual a área de terra a ser comprada/desapropriada pelo IDACE para compensar territorialmente as comunidades da Boa Esperança, prejudicada com a Barragem do Figueiredo.

DAS OBRIGAÇÕES DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DO AÇUDE FIGUEIREDO.

CLÁUSULA DÉCIMA - As Comunidades afetadas pela Barragem do Açude Figueiredo se comprometem a iniciar a ocupação das casas já concluídas e reformadas dentro do prazo de 5 (cinco) dias contados da conclusão das obras e/ou serviços de energização e fornecimento de água nas respectivas residências.

DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM LIMOEIRO DO NORTE/CE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL é o órgão encarregado de fiscalizar o presente ajuste, devendo ajuizar as ações executórias necessárias a seu integral cumprimento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro da Subseção Judiciária Federal da cidade de Limoeiro do Norte/Ceará, para dirimir qualquer dúvida oriunda e/ou eventual execução, judicial do presente Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Termo produzirá efeitos legais a partir da data de sua celebração e terá eficácia de título extrajudicial na forma do art. 5º, § 6º, da Lei 7.347-7/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. O descumprimento do presente Termo de Ajuste de Conduta implicará na sua imediata execução judicial na forma da legislação vigente, bem como na cominação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada dia que o infrator extrapolar os prazos acima ajustados.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente Termo em 05 vias de igual teor e forma, sendo uma cópia juntada aos autos do mencionado Procedimento Administrativo, a segunda entregue ao DNOCS, a terceira entregue ao IDACE, a quarta ao INCRA e a quinta entregue aos membros das comunidades.

Limoeiro do Norte, de de 2012

Luiz Carlos Oliveira Junior

Procurador da República

Engº Emerson Fernandes Daniel Junior

Diretor Geral do DNOCS

Ricardo Durval Eduardo de Lima

Superintendente do IDACE

Raimundo Cruz Pinto

Superintendente Estadual Regional II INCRA

Comunidade de São José

Comunidade Boa Esperança

Comunidade da Lapa

3. Ata de Reunião no Ministério Público Federal Procuradoria da República de Limoeiro do Norte/CE. Ocorrida em 06/07/12.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE/CE**

P.A. 1.15.001.000001/2010-46

ATA DE REUNIÃO

Assunto: Construção da Barragem Figueiredo

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de 2012 reuniram-se na Procuradoria da República no Município de Limoeiro do Norte no Estado do Ceará o procurador da República, Dr. Luiz Carlos Oliveira Júnior, e representantes das comunidades afetadas pela construção da Barragem Figueiredo ao final assinados, com o intuito de tratar questões relativas à construção da Barragem Figueiredo.

Inicialmente, foi informado pelas comunidades que o Termo de Ajustamento de Conduta nº 01/2012, celebrado em 03 de julho de 2012, foi assinado por pessoas não reconhecidas como representantes das respectivas comunidades. Informou-se também que o DNOCS não procurou as comunidades para tratar de questões relacionadas aos reassentamentos das famílias, conforme pauta de reivindicação já apresentada a essa Procuradoria da República, limitando-se a prorrogar no novo TAC os prazos constantes no termo anterior.

As comunidades informaram também que as obras da Barragem Figueiredo foram reiniciadas e que temem que algumas delas fiquem "ilhadas" com a conclusão de sua construção, como, por exemplo, parte da Comunidade da Lapa.

Em seguida, foi sustentado pelas comunidades que ainda não há notícias do IDACE ter cumprido a cláusula nova do TAC, isto é, não foi indicada a área de terra a ser comprada para compensar territorialmente as comunidades da Boa Esperança, prejudicada com a Barragem do Figueiredo.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'L' or similar character.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE/CE

Ao final, sugeriu-se que fosse solicitado ao DNOCS o envio da relação oficial dos que foram desapropriados administrativa e judicialmente pelo DNOCS e a relação daqueles que serão contemplados com novas casas. O procurador da República Luiz Carlos, por sua vez, sugeriu que as comunidades agendassem reunião com o Dr. Gercino José da Silva Filho, Ouvidor-Agrário Nacional, para discutir os problemas envolvidos com a construção da barragem para, posteriormente, levar as reivindicações em reunião a ser realizada na sede do DNOCS em Fortaleza com os órgãos envolvidos. Ninguém mais querendo fazer o uso da palavra, foi encerrada a reunião. Eu, Marcelo Sales Vasconcelos MARCELO SALES VASCONCELOS, Técnico Administrativo do Ministério Público Federal, Matrícula nº 14861-0, oficiou como escrivão do presente ato.


 Luiz Carlos Oliveira Júnior
 PROCURADOR DA REPÚBLICA

Damiana Alves Bruno . P.A. Boa Esperança MAB.
 MARCELO ALVES DIOLANNO P.A. Boa Esperança
 Ricardo Antonio de Moura Lapa
 Jane Cléia J. Bezerra. Comunidade Clíjusa (Agror
 Geraldo de Sousa Araújo " (Agror
 Polu Jina Aguiar - DIDERSE,
 Osarina da Silva Lima - Caritua
 Djevan da Silva Fernandes - CPT
 Francisco Vital Sampaio - FETRAECE
 Fco. moyses Xavier de Sousa Mestrado em
 Geografia
 José Maria Lima.

4. Relação de moradores atingidos por barragens que foram reassentados em outras áreas longe do lago da Barragem.

**BARRAGEM FIGUEIREDO
OBRAS - REASSENTAMENTO
Relação Nominal das Famílias da Vila São José dos Famas**

- 1 - BF.12.XVI - MARIA MARLENE DE SOUZA - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 2 - BF.12.XXVI - MARIA LUCILENE DE FREITAS - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 3 - BF.12XIX - LINDOMAR BALDUINO DE SOUSA - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 4 - BF.12XX - JOSÉ EDNIR ALVES DA SILVA (IDACE) - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 5 - BF.12XXII - José Wellington Medeiros de Queiroz/ Francisca Chaves Moraes Queiroz - Residindo na Nova V.S.J.Famas.
- 6 - BF.12XXVII - DJACIR COSTA SILVA (IDACE) - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 7 - BF.12XXXVI - ABÍLIO FERNANDES DE FREITAS - faleceu e a casa será de sua neta, segundo informação do Sr. Lindomar Balduino, confirmar com o IDACE. (casa fechada).
- 8 - BF.12XV - FRANCISCO VANILDO DE ALMEIDA MELO - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 9 - BF.12XIV - RAIMUNDO JARES LOPES DOS REIS - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 10 - BF.12XIII - GENÉSIO GOMES DE SOUSA - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 11 - BF.12X - ANTÔNIO MATIAS DE ARAUJO - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 12 - BF.12XXXV - MARIA DAS GRAÇAS FREITAS - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 13 - BF.12.IX - TEREZINHA ALVES DE ALMEIDA - (IDACE) - Confere, viúva de FRANCISCO NETO DA SILVA. Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 14 - BF.12.XII - UBIRACI COSTA SILVA - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 15 - BF.12.V - FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 16 - BF.12.IV - SEVERINO MATIAS DE ARAÚJO - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 17 - BF.12.II - RITA MARIA DA CONCEIÇÃO MATIAS - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 18 - BF.09.C - MARIA FERREIRA DE LIMA (SANTINA) - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 19 - BF.12.VIII - ANTÔNIO SOLANIO VIEIRA GUERRA - Residindo na Nova V.S.J.Famas
- 20 - BF.12.XXV - FRANCISCO DAS CHAGAS RUFINO DE ALMEIDA - Coabitante -

Residindo na Nova V.S.J.Famas.

21 - BF.12.I - ANTONIA GOMES (IDACE) Confere Viúva de VALMIR MATIAS DE ARAÚJO. Nova V.S.J.Famas.

22 - BF.21 - ANTONIA AURINEIDE ALMEIDA DA SILVA (MORADORA) - Cadastrada na AGROVILA.

23 -12 - BF.03-C - GENIR RODRIGUES SILVA - Moradora Transferida para Nova V.S.J.Famas.

24 - BF.09.D - MARIA GUERRA MORAIS - MORADORA

25 - BF.12.VI - JOSÉ SARNEI VIEIRA GUERRA - Cadastrado na AGROVILA

29 - BF.12.XXXI - NAIARA DE ALMEIDA MORAES - Confirmado (espólio) Casa fechada

30 - BF.12.XXXIV -LUIZ VIEIRA DA SILVA - Residindo na Nova S.V.S.J.Famas

31 - BF.12.XVI - MANOEL SOUZA FILHO - Residindo na Nova S.V.S.J.Famas

**BARRAGEM FIGUEIREDO - REASSENTAMENTO
RELAÇÃO NOMINAL DAS FAMÍLIAS DA AGROVILA**

- 1 - BF.22.A - GERALDO SOUSA MAGALHÃES - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 2
- 2 - BF.50II.A - RAIMUNDO ANTÔNIO TAVARES NUNES - Morador - (Casa fechada)
- 3 - BF.82.A - JESUS LOPES DA SILVA - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 38
- 4 - BF.69.D - JOSÉ EDNIR DE LIMA - Morador - (Casa fechada)
- 5 - BF.69.E - MANOEL BEZERRA FREIRE FILHO - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 29
- 6 - BF.69.F - MANOEL BARROS DA SILVA - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 25
- 7 - BF.69.G - ANTÔNIO LOPES SOBRINHO - Morador - (Casa fechada)
- 8 - BF.69.H - JOSÉ GOMES DA SILVA - Morador - (Casa fechada)
- 9 - BF.28.A - RICARDO DIÓGENES CAVALCANTE - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 34
- 10 - BF.29.A - GALDINO ROMÃO BATISTA - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 19
- 11 - BF.SEM BF - GDEVAL TAVARES DE SOUZA (fora da poligonal) Morador João Roque
- 12 - BF - FRANCISCO IVONETE NETO - Residindo na AGROVILA - Casa 14
- 13 - BF.26.A - JOÃO PAULINO DE LIMA - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 4
- 14 - BF.04.A - ANTÔNIO FERREIRA DE SANTANA - Morador (Casa fechada)
- 15 - BF.33.A - RAIMUNDO LEANDO OLIVEIRA - Residindo na AGROVILA - Casa 35
- 16 - BF.30.B - RAIMUNDO ALVES DA SILVA - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 33
- 17 - BF.30.A - JOSIVAN ARAÚJO DE MOURA - Morador - (Casa fechada) *Habitado*
- 18 - BF.56.A - DAMIÃO PEREIRA LIMA - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 27
- 19 - BF.51.A - CLEIDIANO OLIVEIRA SOBRINHO - Morador - (casa fechada)
- 20 - BF.49.B - LUCIVÂNIA BAZÍLIO MAGALHÃES - Moradora - Residindo na AGROVILA - Casa 8

- 21 – BF.49.A - JOÃO RUFINO MAGALHÃES - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 39
- 22 – BF.47.A - RAIMUNDO MAGALHÃES ALVES - Morador (Casa fechada)
- 23 - BF.35.A - FRANCISCO UBERLANIO PEREIRA DE MELO - Morador - (Casa fechada)
- 24 – BF.33.B – ANTÔNIO MOACIR DA SILVA - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 7
- 25 – BF.79.A - LEVI PEREIRA DE MOURA - Morador - (Casa fechada)
- 26 – BF.76.B - JOZIAS SEVERINO DE MOURA - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 21
- 27 – BF.76.A – JOSÉ DA SILVA - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 26
- 28 – BF.73-A – MARIA LIDUINA MATIAS - Morador - (Casa fechada)
- 29 – BF.63-D - ANTONIO BARBOSA SILVA - Morador - (Casa fechada)
- 30 - BF.63-C - JOSÉ ENO MAIA DA SILVA - Morador - Residindo na AGROVILA - Casa 33
- 31 - BF.63.B - ALDEMIR DAMIÃO DA SILVA SOBRINHA - Morador – Residindo na AGROVILA Casa 11
- 32 - BF.63.A - FRANCISCO XAVIER FREIRE (Chico doido) Morador - Residindo na AGROVILA Casa 37.
- 33 – BF.70.A - PEDRO BENTO DE MORAIS - Morador - (Casa fechada)
- 34 – BF.70.B - JUDÉLIA MARIA MORAIS – Coabitante - (Casa fechada)
- 35 – BF.70.C - JOSÉ PATRÍCIO DE MORAIS - (Casa fechada) 41
- 36 – 23 – BF.33.C - ANTONIO DE OLIVEIRA SOTO – Residindo na AGROVILA Casa 5
- 37 – BF.20B – FRANCISCO GLEDSTONE FREIRE BEZERRA – Morador – Residindo na AGROVILA Casa 15
- 38 – BF.07A – FRANCISCO IVONETO FAMA - Morador - DNOCS – (Casa fechada)
- 39 – BF.21 – JOSÉ LOPES DA SILVA - (Coquinho) Morador - Residindo na AGROVILA Casa 22
- 40 - BF.29.B – ANTONIO ALVES HONORATO - Morador - Residindo na AGROVILA Casa 6
- 41 – BF.06.A – JOSÉ PIO DE MORAIS GUERRA - Residindo na AGROVILA Casa 18
- 42 – BF.09.B - JOSÉ IVAN GUERRA GOMES - Residindo na AGROVILA Casa 10

Obs: Na AGROVILA ocorreram duas invasões: Sr. Edson Magalhães Filho Casa 14 e Sr. Raimundo Otávio Casa 13. Quais as providências que foram tomadas pelo IDACE?

Existem 16 casas na AGROVILA fechadas, segundo informação dos futuros moradores é que não tem água e nem condições para pagar o carro pipa. Esta situação pode levar a novas invasões.

**BARRAGEM FIGUEIREDO
OBRAS - REASSENTAMENTO
Relação Nominal das Famílias do Sítio Lapa**

-
- 1 - BF.67.R - RITA ROSA DE MOURA Confere**
 - 2 - BF.67.S - RICARDO ANTÔNIO DE MOURA - Confere**
 - 3 - BF.67.L - FRANCISCO MOURA - Confere**
 - 4 - (SEM BF) LÁZARO SOARES DE MOURA (IDACE) Coabitante - Não consta na lista oficial do DNOCS, efetivada pela equipe da CEP/EB.**
 - 5 - BF -67.H - PEDRO JOSÉ DE MOURA NETO - Confere**
 - 6 - BF.67.A - COSMO ALVES HOLANDA - Confere**
 - 7 - BF.67.Z - LEÔNIDAS JOSÉ DE MOURA - Confere**
 - 8 - BF.67.U - GERALDO ANTÔNIO DE MOURA - Confere**
 - 9 - BF.67.V - SEBASTIÃO JOSÉ DE MOURA - Confere**
 - 10 - BF.67.B - RAIMUNDO CHAGAS DE MOURA - Confere**
 - 11 - BF.67.J - OSMAR FRANCISCO MOURA - Confere**
 - 12 - BF.67.M - FRANCISCO AGOSTINHO MOURA - Confere**
 - 13 - BF.67.N - ANTÔNIO AMADEU ALVES MOURA - Confere**
-

Obs: Todas as casas estão fechadas, ainda não foram transferidos, alegam falta de água e energia. Afirmam que eles próprios estão vigiando para evitar invasão.

APÊNDICES.

7.1. Imagem de um trecho do Rio Figueiredo à montante da barragem no Município de Iracema, Ce.



Fonte: SOUSA, 2013.

7.2. Imagem de trecho do Rio Figueiredo completamente assoreado à jusante da Barragem no Município de Alto Santo, Ce.



Fonte: SOUSA, 2013.

7.3. Imagem da Antiga Escola do Assentamento Boa Esperança.



Fonte: SOUZA, 2013.

7.4. Imagem de uma residência localizada dentro do Assentamento Boa Esperança.



Fonte: SOUZA, 2013

7.5. Área onde será formado o lago da Barragem do Figueiredo.



Fonte: SOUSA, 2013

7.6. Parede da Barragem do Figueiredo.



Fonte: SOUSA, 2013

7.7. Casa de moradores atingidos do assentamento Boa Esperança na parte do Município Iracema, Ce.



Fonte: SOUSA, 2013.

7.8. Procissão em homenagem ao dia de São José, realizada por moradores atingidos pela construção da Barragem do Figueiredo



Fonte: SOUSA, 2013.